




Coleção
Documentos
54

O DNP E O ANTICOMUNISMO:

DA GESTAÇÃO AOS ANOS
INICIAIS DO ESTADO NOVO

CENTRO DE
LITERATURAS
E CULTURAS
LUSOFONAS
E EUROPEIAS

CLEPUL
Faculdade de Letras da
Universidade de Lisboa

FCT
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



FRANCISCO DAS NEVES ALVES

O DNP E O ANTICOMUNISMO: DA GESTAÇÃO AOS ANOS INICIAIS DO ESTADO NOVO





DIRECTORA: MARÍLIA PULQUÉRIO FUTRE PINHEIRO



**BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE**

DIRETORIA

PRESIDENTE – FRANCISCO DAS NEVES ALVES
VICE-PRESIDENTE – PEDRO ALBERTO TÁVORA BRASIL
DIRETOR DE ACERVO – MAURO PÓVOAS
1º SECRETÁRIO – LUIZ HENRIQUE TORRES
2º SECRETÁRIO – RONALDO OLIVEIRA GERUNDO
TESOUREIRO – VALDIR BARROCO

Francisco das Neves Alves

O DNP E O ANTICOMUNISMO: DA GESTAÇÃO AOS ANOS INICIAIS DO ESTADO NOVO



- 54 -



UIDB/00077/2020



Lisboa / Rio Grande
2021

Ficha Técnica

- Título: O DNP e o anticomunismo: da gestação aos anos iniciais do Estado Novo
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Coleção Documentos, 54
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Capa: Modelo da Bandeira da República Comunista do Brasil (com base em Exposição do Museu da República)
- Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Novembro de 2021

ISBN – 978-65-89557-26-5

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019) e à UNESP (2020). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de cento e sessenta livros.



Conselho Editorial/Científico

Alvaro Santos Simões Junior (Universidade Estadual Paulista – Assis)
António Ventura (Universidade de Lisboa)
Beatriz Weigert (Universidade de Évora)
Carlos Alexandre Baumgarten (PUCRS)
Ernesto Rodrigues (CLEPUL – Universidade de Lisboa)
Francisco Topa (Universidade do Porto)
Gilda Santos (Real Gabinete Português de Leitura)
Isabel Lousada (Universidade Nova de Lisboa)
Isabel Lustosa (Fundação Casa de Rui Barbosa)
João Relvão Caetano (Cátedra CIPSH de Estudos Globais – CEG)
José Eduardo Franco (CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa)
Maria Aparecida Ribeiro (Universidade de Coimbra)
Maria Cristina Firmino Santos (Universidade de Évora)
Maria Eunice Moreira (PUCRS)
Tania Regina de Luca (UNESP)
Vania Pinheiro Chaves (CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa)
Virgínia Camilotti (UNIMEP)

APRESENTAÇÃO

O anticomunismo vai além da “oposição à ideologia e aos objetivos comunistas”. Depois da Revolução Russa, “o comunismo entrou na cena mundial não só como um movimento organizado e difuso, senão também como uma alternativa política real em relação aos regimes tradicionais”. Nessa perspectiva, “o anticomunismo assumiu necessariamente valores bem mais profundos que o de uma simples oposição de princípios, contida, não obstante, na dialética política normal, tanto interna como internacional”. O anticomunismo constituiu “um fenômeno complexo, ideológico e político ao mesmo tempo, explicável, além disso, à luz do momento histórico, das condições de cada um dos países, e das diversas origens ideais e políticas em que se inspira”. Nos regimes autoritários característicos do período entreguerras e da própria II Guerra Mundial, ocorreria um “anticomunismo extremo”, o qual se traduziu “na sistemática repressão da oposição comunista”, além de estabelecer “por norma tachar de comunismo qualquer oposição de base popular”¹.

No Brasil, desde a sua criação, o Partido Comunista passou por breves períodos de ação no campo da legalidade, entremeados com outros, mais longos, nos quais teve de agir na clandestinidade, tendo em vista as medidas governamentais que o colocaram na ilegalidade. Após o modelo ditatorial do Governo Provisório, com a promulgação da Constituição de 1934, houve um

¹ BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto et al (dir.). *Dicionário de Política*. 4.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992. p. 34-35.

acirramento das disputas políticas entre as agremiações políticas de cunho nacional que à época se organizavam, com a bipolarização entre a Ação Integralista Brasileira e a Aliança Nacional Libertadora. Com a crescente arregimentação de forças e a radicalização nos enfrentamentos entre as duas frentes, as tendências autoritárias, crescentes entre as forças governativas desde 1930, passaram a acirrar-se ainda mais. Nessa linha, o anticomunismo passaria a ser uma marca registrada do governo Vargas, o qual culminaria com o fechamento da Aliança Nacional Libertadora. As revoltas comunistas no final de 1935 viriam a servir de pretexto para que as forças governativas aguçassem o pensamento anticomunista e as práticas repressivas, vindo a ocorrer etapas sucessivas de predomínio do Estado de exceção.

Estabeleceu-se desde então um caminho sem volta em direção ao estabelecimento do regime autoritário. O combate ao comunismo passava a ser argumento essencial do governo, chegando a ser por este forjado e amplamente divulgado um suposto projeto dos comunistas para chegar ao poder, conhecido como Plano Cohen. Um dos mais recorrentes temas abordados pelos governantes era vinculado à possibilidade de uma nova insurreição movida pelo comunismo, de modo que as medidas repressivas permaneciam avançando. O golpe que implantou o Estado Novo, em novembro de 1937, seria a culminância desse processo histórico, instaurando-se um regime autoritário, centralista e concentrador de poderes. Dentre os fatores utilizados pelos golpistas na busca por justificar a ruptura institucional esteve marcantemente presente o “perigo vermelho”. No próprio manifesto de Getúlio Vargas,

apresentando o novo regime “à nação”, ficavam bem demarcados os propalados adversários contra os quais estaria sendo instituído o Estado Novo, ou seja, os políticos tradicionais, diante do que os partidos políticos foram extintos; o mandonismo regional, ficando estabelecido um Estado unitário e centralizador; as agitações pela campanha eleitoral, com o adiamento por tempo indefinido das eleições; e, o maior deles, o comunismo, implementando-se uma prática repressiva definitiva.

Assim, desde 1935, o anticomunismo governamental cresceu exponencialmente, atingindo seu apogeu durante o Estado Novo. Além das ações coercitivas, houve também uma intensa preocupação em promover campanhas propagandísticas, no sentido de expandir a visão negativa quanto ao comunismo em meio à opinião pública. Nos regimes autoritários, “o uso dos signos produziu um imaginário político em que se define, com igual força, os aliados e os inimigos”, em um contexto pelo qual “a chama de consciência e as veleidades de resistência se enfraquecem nesse universo em que todos os sentidos são agredidos permanentemente”. Dessa forma, “o signo fascina os olhares, mobiliza as energias, compensa as frustrações e infla as vaidades”, de modo que, “por um jogo de identificações, ele encadeia a sorte dos amigos do líder e, ao mesmo tempo, catalisa a violência, permitindo descarregá-la sobre os inimigos, ‘bodes expiatórios’ do momento”².

² CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 56.

Levando em conta tal ação propagandística, “a fácil penetração e a eficiência política” de uma “instrumentalização em um terreno cultural preparado pelo uso e pelo culto das imagens, dos símbolos, das comparações”, promovendo “ensinamentos por meio das parábolas evangélicas, da fala figurativa, que o cristianismo e o catolicismo, em particular, costumam propagar”. Nessa linha, havia um direcionamento político “ao que interessa, sem necessidade de precisá-lo, de demonstrá-lo”, ou seja, “o convencimento é alcançado por outras vias, à margem das tensões ideológicas e das contradições que uma definição comporta”³. Os mantenedores do regime argumentavam “que os conflitos sociais e os problemas econômicos eram fruto da inadequação do sistema político às condições brasileiras”, pregando “uma solução que, sem considerar fórmulas ou princípios, consistisse na criação de instituições compatíveis com as peculiaridades do país”. Tal “solução seria nacionalista no sentido de que não se basearia em fórmulas ou modelos estrangeiros, mas emergiria da realidade nacional”. No campo econômico, o governo pregava “um nacionalismo relativo, no sentido de que se deveria evitar o capital e a influência estrangeira, mas não de forma radical e sim apenas quando prejudiciais aos interesses da nação”⁴.

Nessa época, “o comunismo foi o grande catalisador de sentimentos que mobilizam temores de desintegração da sociedade e instauração do caos”, em

³ LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2.ed. Campinas: Papirus; Editora da UNICAMP, 1989. p. 16.

⁴ GARCIA, Nelson Jahr. *O Estado Novo: ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1982. p. 82.

um quadro pelo qual, “as representações negativas em torno desse elemento foram muito fortes”. De acordo com tal perspectiva, na concepção da “propaganda varguista o golpe de 1937 foi justificado como a salvação do país do perigo comunista”, a partir da alegação de “que a Revolução de 1930 livrara o país das ‘oligarquias decadentes e retrógradas’ e dos ‘políticos corruptos’”, ao passo que a implantação do Estado Novo “vencera definitivamente o comunismo”. Tais “mensagens da propaganda alardeavam que a ‘sociedade feliz’ concretizara-se” com o regime estado-novista, de maneira que “a ‘felicidade brasileira oficial’ era comemorada em todas as datas cívicas por meio de festas promovidas pelo Estado para celebrar as realizações do governo”⁵.

Na expressão do ideário anticomunista, o papel do Departamento Nacional de Propaganda foi fundamental. Outros órgãos estatais, atuantes desde o início dos anos 1930, demonstraram a ênfase que os detentores do poder davam à propaganda e, na época que marcou a transição autoritária definitiva, desde 1935 até a instalação do Estado Novo e durante seus primeiros anos, exerceu representativo papel para a publicidade governamental, o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, que viria a denominar-se Departamento Nacional de Propaganda (DNP). Como órgão “de propaganda do governo”, o DNP teria servido à “coesão nacional como poderoso elemento de formação da opinião pública”, tendo, “enfim importância decisiva na defesa e

⁵ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 57 e 71.

consolidação do regime”⁶. O DNP constituía “uma máquina de propaganda em busca de apoio das massas como base de sustentação” das políticas estadonovistas”⁷ e sua “ação abrangia a imprensa, o rádio, o cinema e o turismo”, sendo “seu objetivo difundir informações em âmbito nacional e internacional”. Quanto às transmissões radiofônicas, foi organizada a “Hora do Brasil”, voltada a transmitir a palavra oficial do governo. No que tange ao cinema, ao DNP “cabia divulgar notícias do Brasil para o interior e o exterior do país, exibir todos os filmes exibidos e promover reportagens e curta-metragens de caráter turístico. E, ainda quanto ao turismo, ficava encarregado “de receber visitantes estrangeiros e de prestar informações sobre o país”, bem como “editava cartazes e folhetos de propaganda”⁸.

Nessa perspectiva, a partir da ação estatal, ocorreu “uma propaganda sistemática do governo”, voltada “a difundir e popularizar a ideologia do regime junto às diferentes camadas sociais”⁹. Especificamente no que se refere à

⁶ EXPOSIÇÃO NACIONAL DO ESTADO NOVO. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Propaganda, 1939. p. 57.

⁷ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo?. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano – o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo – Segunda República (1930-1945)*. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 116-117.

⁸ GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990. p. 57.

⁹ VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano – o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo – Segunda República (1930-1945)*. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 149.

imprensa, o DNP “atendia cerca de 2.000 jornais brasileiros e mais de 1.000 periódicos estrangeiros com serviço regular de informações distribuídos pela Agência Nacional”, a qual também realizava “a captação de notícias da imprensa internacional para os jornais do país”. O órgão propagandístico “também cuidava da propaganda nacional no exterior, preocupando-se, inclusive, em lançar escritores e jornalistas brasileiros na imprensa estrangeira”, promovendo ainda intercâmbio de noticiários entre o Brasil e o exterior. Essas “funções do DNP foram se ampliando, e seus objetivos passaram a incluir intensa campanha de educação cívica através da divulgação de discursos e solenidades oficiais”. A partir do estabelecimento do Estado Novo, as responsabilidades do DNP foram ampliadas, tendo em vista “a necessidade de propaganda sistemática do regime e a adequação da imprensa ao caráter que lhe fora atribuído”¹⁰. Em tal contexto, “o exagero e as amplificações da ameaça comunista se reportavam a várias condições, das quais a mais superficial foi a habilidade de Vargas e de seus colaboradores em torná-la constantemente presente pela propaganda cerrada”¹¹.

¹⁰ GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990. p. 57-58.

¹¹ SOLA, Lourdes. O Golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 13.ed. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 261.

Levando em conta a produção cultural de caráter estatal¹², o DNP dedicou-se com afinco à elaboração de impressos que serviam à divulgação governamental, atuando “como estratégia de legitimação política das concepções e iniciativas do governo”¹³. Dentre as peças publicitárias impressas promovidas pelo DNP, várias delas destinaram-se, exclusivamente ou em parte, para promover os princípios anticomunistas. Ao atuar nos últimos anos que antecederam e nos primórdios do Estado Novo, o órgão de propaganda levou em frente a perspectiva governativa de promover junto à opinião pública o pleno combate ao comunismo, considerado como um dos inimigos fundamentais do regime. Nesse sentido, entre 1936 e 1938, o DNP promoveu edições variadas em que se fazia presente o anticomunismo, dentre as quais, algumas delas constituem o objeto de estudo deste livro.

¹² FRAGA, André Barbosa. A contribuição do DNP para a defesa nacional: o concurso de frases e cartazes patrióticos sobre a nova lei do serviço militar. In: *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, set./dez. 2020, p. 196.

¹³ FRAGA, André Barbosa. A “biblioteca do impossível”: levantamento da produção editorial do DPDC/DNP. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 41, nº 86, 2021, p. 137.

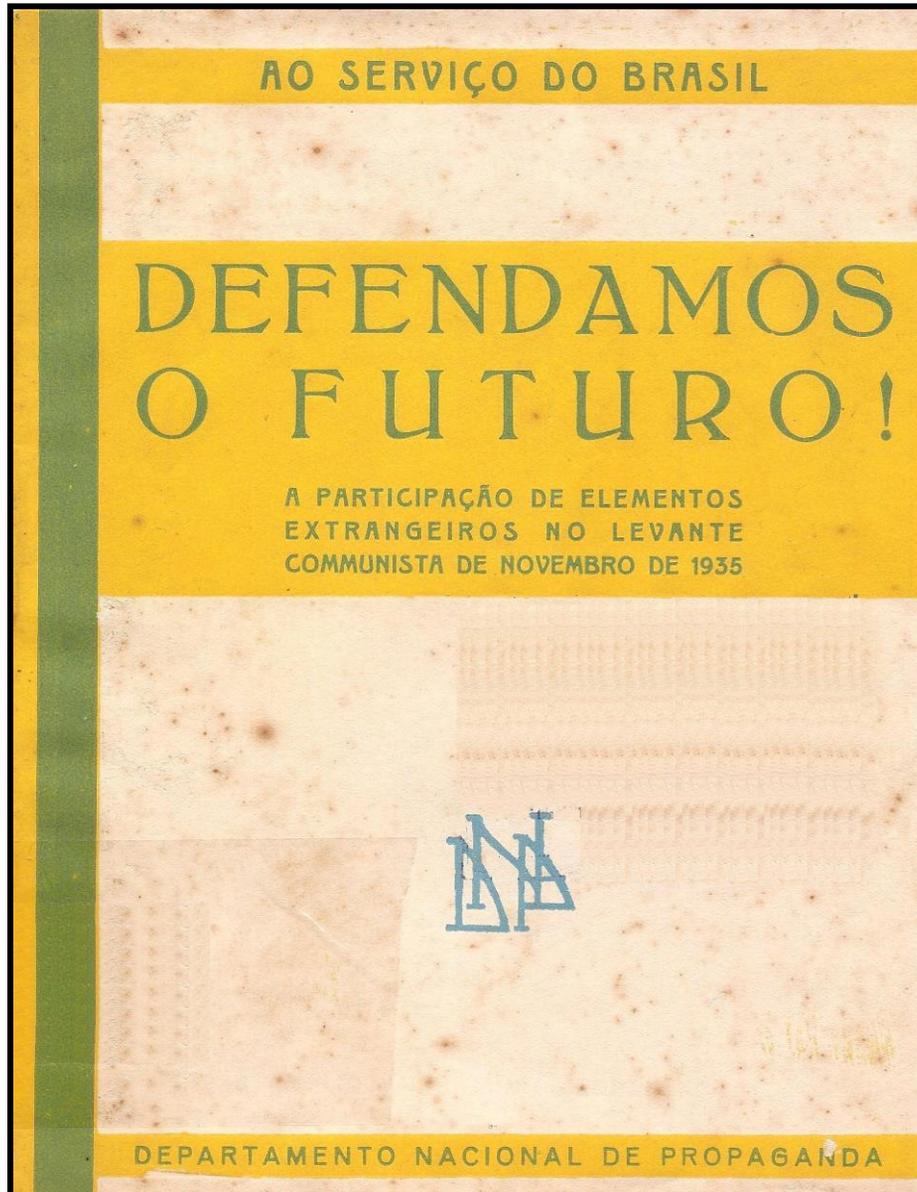
ÍNDICE

Folhetos, opúsculos e livros.....	21
A Exposição Anticomunista.....	85

FOLHETOS, OPÚSCULOS E LIVROS

A função ideológico-propagandística do DNP – e mesmo do órgão que o substituiu, vindo a angariar maior notoriedade, o Departamento de Imprensa e Propaganda – vinculava-se à nova feição governamental, até então inédita, de manter uma política que propalava a promoção de uma certa atenção para com as massas. Nesse sentido, o governo apercebeu-se com maior evidência a respeito da “necessidade de investir na propaganda”, lançando “mão de todos os recursos das novas técnicas de persuasão”. Em consonância com tal “esquema, a propaganda oficial alcançou um nível de produção e organização sem precedentes no país e passou a se responsabilizar pela defesa da unidade nacional e pela manutenção da ordem”¹⁴. Nesse quadro, a ação do DNP foi múltipla na promoção da publicidade governamental e, em meio ao conjunto dessas atividades, houve significativa dedicação à divulgação de farto material destinado ao ideário de combate ao comunismo. Para difundir o anticomunismo, o DNP utilizou estratégias variadas, dentre elas a edição de folhetos, opúsculos e livros.

¹⁴ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 80-82.



Antes mesmo da instauração do Estado Novo, o DNP deu chancela para a edição de um folheto de dezessete páginas, intitulado *Defendamos o futuro*, publicado em 1936, sendo impresso pela Imprensa Nacional. Em tom de conclamação e de fé patriótica, o material publicitário se anunciava como estando “Ao serviço do Brasil” e se dizia voltado a divulgar “a participação de elementos estrangeiros no levante comunista de novembro de 1935”. A capa trazia também a inspiração nacionalista, ao apresentar, em primeiro plano, as cores verde e amarelo, e, secundariamente, o azul, tudo sobre fundo branco, em alusão à bandeira brasileira. O folheto buscava fazer um breve levantamento histórico, até o desencadear das revoltas comunistas do final de 1935. O intento fundamental do escrito era comprovar a presença de lideranças estrangeiras na execução desses movimentos. Tal proposta estava em plena consonância com o anticomunismo brasileiro, que tanto insistiu em propugnar a ideia de que o Partido Comunista no Brasil não representava uma agremiação nacional e sim, internacional, pois estaria a serviço da Internacional Comunista e do regime soviético.

#####

Ainda paira sobre a Pátria enlutada a profunda impressão de amargura e espanto que gravou, na sua alma extraordinariamente sensível, a violência dos golpes extremistas que ameaçaram a vida do que no Brasil existe de mais

precioso para os brasileiros. Salva a ordem, garantidas as instituições, postas fora de perigo as conquistas mais altas e mais puras da civilização nacional, nem mesmo a certeza da esplêndida vitória e a admiração pelos chefes capazes e heroicos que a obtiveram, conseguem apagar do sentimento do país a sombra de horror inspirada pela surpresa dos últimos acontecimentos subversivos.

Abalada ainda pelo risco e pelo susto por que passou, a nação se confrange contemplando a morte de tantos bravos que se bateram contra a desordem e foram sacrificados pela inclemência dos próprios companheiros de armas, transviados do seu dever. A população, que foi despertada nos seus lares tranquilos pelo fragor dos assaltos contra o regime e que dentro deles se sentiu ameaçada, viu passar mais tarde, com um sorriso despreocupado, os oficiais revoltosos que até depois da derrota não demonstravam sequer um sinal de compaixão e de respeito pelos que tombaram na luta.

Os defensores da ordem mostraram uma bravura serena que se simbolizou na própria imagem do Chefe da Nação, cuja personalidade representativa se ergue como expressão culminante da energia com que o Brasil sabe lutar pela sua vida e pela sua civilização. O exemplo varonil do Presidente da República, estimulando com a sua presença em todos os fronts a tenacidade combativa dos bons soldados da Pátria, é como disse um órgão oposicionista, um motivo de orgulho para a nação inteira.

Aliás, o país se sente tranquilo na certeza de que sua ordem está confiada a chefes leais e bravos. Os dramáticos acontecimentos de novembro foram a prova impressionante dessa verdade. O Ministro da Guerra, os comandantes dos

diversos corpos do Exército, todos os que tiveram a responsabilidade de dirigir uma composição militar, portaram-se com um denodo que só encontra parêla na sua calma eficiência de ação. Mesmo colhidos de surpresa, souberam reagir à altura dos seus deveres, expondo a vida. Dirigindo o combate, apareceram em pessoa no campo da luta, ao alcance das balas. Ao lado do Ministro da Guerra e de outros generais, faleceram muitos que pelejavam. O próprio Presidente da República prendeu com a sua escolta um grupo de revoltosos, e a sua presença galvanizou a ação, em instantes ainda de incerteza. Como um bravo, o Chefe da Nação teve ensejo de contemplar a bravura de outros chefes. Sangrava a mão que lhe estendeu, em plena luta, o coronel Eduardo Gomes, esse herói de serena firmeza, a quem as balas não atemorizam, nem mesmo depois de atingir o seu corpo.

Enquanto tantos brasileiros assim combatiam pela Pátria, a população sofria o horror de saber que o seu drama de agora é o resultado das sombrias manobras de elementos estrangeiros, que se infiltraram nas próprias organizações destinadas à defesa do Brasil, para corromper os que não souberam colocar a consciência dos seus deveres acima das seduções de uma ideologia malsã.

Felizmente, o Brasil venceu com o seu governo. Mas bem caro custou essa vitória. Diante dos olhos chorosos da cidade, desfilaram, cobertos de flores, os alaúdes de muitos heróis sacrificados. E que essa imagem de dor não se afaste desses olhos, para que permaneça sempre como um sinal de alarme e um aviso

de terrível eloquência para que defendamos o futuro, como acabamos de defender o presente!

Ninguém ignora que o comunismo é uma doutrina social eminentemente internacional. Desprezando todos os sentimentos que tenham caráter nacional, deles se serve, entretanto, por medida de tática, como simples meio de ação.

Exemplo disto tivemos recentemente no Brasil, onde o órgão encarregado de implantar o comunismo adotou, como disfarce, o título de *Aliança Nacional Libertadora*.

Para comprovar o aspecto essencialmente internacionalista e sem pátria dessa entidade e de seus componentes, tanto na fase de preparação do movimento de novembro, como depois, ao se verificarem quais foram os seus agentes realizadores – basta ver as ligações que, como elementos, organizações e mesmo governos estrangeiros, eles mantiveram, agindo criminosamente contra a segurança e a própria existência independente da nação brasileira.

Essa ação ignóbil fica ainda mais patenteada ao vermos que a tiveram indivíduos que nos nosso país se aceitaram sob o aspecto inocente de imigrantes, quando na verdade não passavam de agentes da desordem. Infiltrando-se no nosso território, gozando dos favores da nossa nunca desmentida hospitalidade, esses ingratos e traidores eram víboras que se

aninhavam no nosso seio, ganhando alento para, com mais força, poder envenenar-nos do modo mais nefando!

Contra eles, contra esses maus hóspedes, estrangeiros que se prevalecem da liberdade das nossas leis para, com maior facilidade, nos golpear naquilo que temos de mais valioso – o nosso sentimento nacional – contra eles concitamos todos os brasileiros a uma atitude de repulsa e de condenação!

Data de meia dúzia de anos o início das atividades soviéticas na América do Sul. por intermédio do Komintern e da Yuamtorg, os organismos de propaganda do comunismo e de sua ação pretensamente comercial no exterior, foi estabelecida a ligação entre os extremistas sul-americanos e os diretores do movimento, residentes em Moscou.

Desde logo começou a ser observada completa sujeição daqueles às ordens emanadas da Rússia, por intermédio dos agentes enviados para cá. Compreende-se essa situação: sem uma direção firme que os unificasse e esclarecesse, divididos que estavam em stalinistas e trotskistas, os comunistas sul-americanos também necessitavam do apoio moral e material só o governo soviético lhes poderia fornecer, embora chegasse a fazê-lo por processos os mais diversos, que iam, desde a satisfação de meras vaidades literárias, até a própria corrupção pelo dinheiro.

Agindo simultaneamente nos meios intelectuais (inclusive de estudantes) e nos meios operários, os agentes de Moscou, mediante a ação do Komintern, com sede em Montevideú, fizeram sentir os efeitos da sua infiltração no continente pelas greves e motins que sucessivamente promoveram, em diversos países, até chegar às comoções mais sérias, que foram os levantes comunistas no Chile, em 1932, e no Brasil, em novembro de 1935.

Fracassado aquele movimento, que teve o desfecho sangrento que está na memória de todos, com extraordinários sacrifícios a nobre nação chilena – enfraqueceu um pouco a ação do Komintern na América do Sul, de 1932 a 33. Outros setores, como o alemão e o asiático, estavam atraindo com mais urgência a atenção dos guias de Moscou, sem os quais os seus satélites sul-americanos não têm, nem podem ter, iniciativas de maior vulto.

Em 1934, porém, à vista dos insucessos registrados na Alemanha e na China, voltaram-se novamente para o nosso continente os cuidados dos líderes internacionais do comunismo. O Brasil, por eles reiteradamente considerado como “não semicolonial”, foi escolhido para a repetição da tentativa havia no Chile. Para isto decerto contribuiu também a presença em Moscou do ex-capitão do Exército brasileiro Luiz Carlos Prestes, que, como um aventureiro de outras épocas, não se cansava de preconizar um “golpe de mão” no seu país, para transformá-lo em desprezível colônia da URSS.

Graças a essa reincentivação da campanha comunista, organizou-se, no Brasil para levá-las a efeito, sob a capa de reformas sociais urgentes, de combate

ao imperialismo e ao fascismo, ao latifúndio e à fome, a Aliança Nacional Libertadora. Negado registro eleitoral ao Partido Comunista, foi esse o disfarce adotado pelos seus chefes.

Teve êxito a habilidade, pois, com aquela nova designação, viram sensivelmente engrossadas as suas fileiras, pelos ingênuos que se deixavam seduzir pela repercussão de campanhas que se diziam apenas anti-guerreiras e anti-imperialistas em favor de todos os humildes e de todos os oprimidos, e que, secretamente, não eram menos que comunistas, terroristas, contra a ideia de Pátria, contra as *nossas mais puras tradições morais, intelectuais e espirituais*.

Das ligações com a Rússia, entretidas pela Aliança Nacional Libertadora, não podem permanecer quaisquer dúvidas, à vista das categóricas referências que lhe foram feitas em Moscou, por ocasião do VII Congresso Mundial da Internacional Comunista, reunido em julho e agosto de 1935.

Para prová-lo, basta transcrever um trecho do discurso do delegado holandês van Mine, membro do Conselho Executivo do Komintern e relator dos assuntos referentes à América do Sul, o qual assim se expressou:

“Esta é, certamente, uma das últimas vezes que terei que tratar diretamente, perante vós, de assuntos referentes ao Brasil, pois temos agora, de maneira mais eficaz e direta, assegurada a colaboração prestigiosa do camarada Luiz Carlos Prestes, que acaba de ingressar no Conselho do Komintern e, assim, com toda autoridade, poderá prosseguir

com segura orientação o trabalho já iniciado e no qual tem prestado tantos e assinalados serviços à III Internacional.

Devo expor a todos os camaradas que se interessam pelo desenvolvimento e expansão do comunismo na América meridional, que no Brasil já existe uma ampla e bem organizada associação, denominada 'Aliança Nacional Libertadora', da qual já participa um grande número de oficiais e soldados do Exército e da Marinha brasileira. *Essa "Aliança" foi criada sob orientação secreta mas direta do Partido Comunista Brasileiro, segundo as instruções confidenciais recebidas da Legação Soviética de Montevideú.*

Essa 'Aliança' segue cegamente as ordens do nosso camarada Prestes, e como prova de sua já grande popularidade, sabemos que, em numerosos comícios públicos realizados em todo o Brasil, ele foi aclamado como seu Chefe absoluto e Presidente de honra."

Fica assim exuberantemente patenteada a situação de Luiz Carlos Prestes como membro do Conselho Executivo do Komintern e, simultaneamente, "chefe absoluto e presidente de honra da Aliança Nacional Libertadora". Bastaria isto para que lhe fosse retirado o título de brasileiro.

A peça principal desse VII Congresso Mundial da Internacional Comunista foi, porém, o relatório apresentado pelo camarada Dimitroff, no qual muitas e significativas são as referências feitas ao comunismo no Brasil. Nelas

se assinalam perfeitamente as suas origens externas, bem como a ação de estrangeiros no seu desenvolvimento.

É o que se vê, por exemplo, nos seguintes trechos desse relatório:

“Deve ser assinalado como um fato auspicioso para os comunistas na América do Sul as referências aos progressos feitos pela propaganda comunista na América do Sul, principalmente na Argentina, Chile, Brasil, Uruguai, Peru e Colômbia, graças à sábia orientação que tem sido dada a tais trabalhos no continente americano do sul, pelo camarada Prestes.

No Brasil, segundo estamos amplamente informados pelos nossos melhores agentes e principalmente pelo nosso ilustre camarada Prestes, a luta tem sido intensa, devendo vencer o espírito conservador e profundamente católico do povo brasileiro que, em outras épocas, já chegou a ser quase fetichista. As propagandas antirreligiosas que ali vêm sendo feitas desde alguns anos, já vão dando resultados, principalmente entre os marinheiros e soldados. As revoluções pela emancipação política iniciadas em 1924 por Prestes, em São Paulo, e culminadas com as vitórias de 1932, têm servido de muito para consolidar o trabalho comunista entre os brasileiros. deve ser notado que os mais ardentes defensores da revolução sempre se apoiaram em elementos rubros, alguns dos quais nossos mais dedicados amigos. Pena foi que Prestes não tivesse aproveitado o ensejo de definitivamente tomar o poder e proclamar a República

Soviética do Brasil. Não o devemos, porém, censurar por isso. Ele já nos disse e já nos convenceu de que, naquela época, seria coisa passageira, ainda não suficientemente amadurecida no Brasil. Será preferível que o comunismo seja implantado no território brasileiro de forma permanente e com sólidas raízes, da natureza das que já estão brotando, graças ao trabalho inteligente e fecundo ali feito pelo nosso Partido auxiliado *pelos elementos da III Internacional que, em Montevideú, estão bem vigilantes nas instruções.*

Podemos verificar, com satisfação, que os últimos relatórios apresentados no presente Congresso indicam o grau de progresso que ali tem tido a nossa causa, principalmente entre os intelectuais, professores, estudantes de academias, liceus, ginásios oficiais, pois não tem sido possível introduzir a nossa propaganda nos estabelecimentos religiosos e de ensino particular. Também nas classes armadas a infiltração tem sido considerável, mormente entre os sargentos, e a formação dos sindicatos tem facilitado muito a nossa tarefa, pois mais facilmente podemos agir sobre blocos e não sobre pessoas isoladas. Em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Niterói, em Pernambuco, na Bahia e nos Estados do Sul, constatamos com prazer que o trabalho tem sido hercúleo, mas avança a passos de gigante, e agora, com a ação inteligente de um verdadeiro partido, como é a Aliança, ou será o que a substituir nas próximas lutas eleitorais, devemos ser otimistas em relação ao que *devemos esperar da futura e talvez bem próxima*

colaboração brasileira na nossa obra civilizadora e de libertação do proletariado mundial."

A ameaça, aí flagrantemente feita, constitui seguro indício de que o golpe de novembro já estava sendo preparado, *no estrangeiro e por estrangeiros*. Tornando isto ainda mais claro, a saudação dirigida a Stalin, ditador da URSS, nesse congresso, por ocasião da sua instalação, refere-se ao Brasil com ameaças, sob a insultuosa designação de país semicolonial. Eis o seu trecho mais significativo:

"De acordo com as tuas diretivas, os Partidos Comunistas reforçarão por todas as formas suas ligações com as massas, arrastarão e dirigirão milhões de homens, erguerão a ampla frente única proletária, forjarão a frente popular contra o fascismo e a guerra, e a frente anti-imperialista nos países coloniais e *semicoloniais*."

Não é preciso mais para se evidenciar a ação da Rússia nos preparativos do movimento subversivo aqui explodido em novembro de 1935.

Entretanto, para que se veja como também no Brasil se verificou essa ação dos estrangeiros intrometidos em rebelião contra a ordem social vigente e as autoridades legais brasileiras, contra as próprias instituições nacionais, no

que elas representam de mais sagrado para nós – basta rememorar, rapidamente, alguns fatos anteriores aos levantes de Natal, Recife e Rio de Janeiro.

Deve-se notar, em primeiro lugar, a abundância de elementos estrangeiros que as diligências policiais constantemente revelaram, em todo o país, sempre que quaisquer prisões preventivas se efetuaram, visando à atuação de elementos extremistas. Este fato, que as notícias dos jornais fartamente comprovam, dispensando-nos da confecção de enormes e enfadonhas listas de nomes e nacionalidades, está no conhecimento de todos, tão repetido tem sido ele, nos últimos anos. Judeus e russos, cidadãos de numerosos países da Europa central, oriental e balcânica, toda a salsugem dos sem-pátria, dos maus elementos que as polícias internacionais conhecem e fazem circular na dança contínua das deportações – tem aparecido nos noticiários da nossa imprensa, nos registros da nossa polícia, como envolvida em manobras extremistas, desde as simples reuniões suspeitas até a atentados do mais franco anarquismo, misturados à exploração do lenocínio e do tráfico de brancas, tanto como ligados até a questões pretensamente de educação, arte e cultura!

Para lembrar e reforçar essa participação de estrangeiros, nos preparativos da rebelião de novembro, em seus aspectos das mais variadas formas, convém ter em vista acontecimentos tão expressivos como:

1º, a verificação da existência de casas editoras estrangeiras, destinadas principalmente à publicação de obras de propaganda comunista;

2º, a defesa de mais fáceis naturalizações de estrangeiros, empreendida pela Aliança Nacional Libertadora;

3º, a campanha contra a expulsão de elementos estrangeiros nocivos à sociedade brasileira, deflagrada sempre que essa salutar medida repressiva era tomada, nos últimos tempos, como se deu quando foi deportada a comunista Genny Gleiser;

4º, a participação de numerosos estrangeiros em conflitos, como o ocorrido em Petrópolis, sem que possuíssem quaisquer títulos que os habilitassem a envolver-se em questões políticas nacionais;

5º, a descoberta de associações clandestinas, como a Brazcor, uma biblioteca e uma “cozinha” judaica que eram, na verdade, perigosos antros de propaganda comunista.

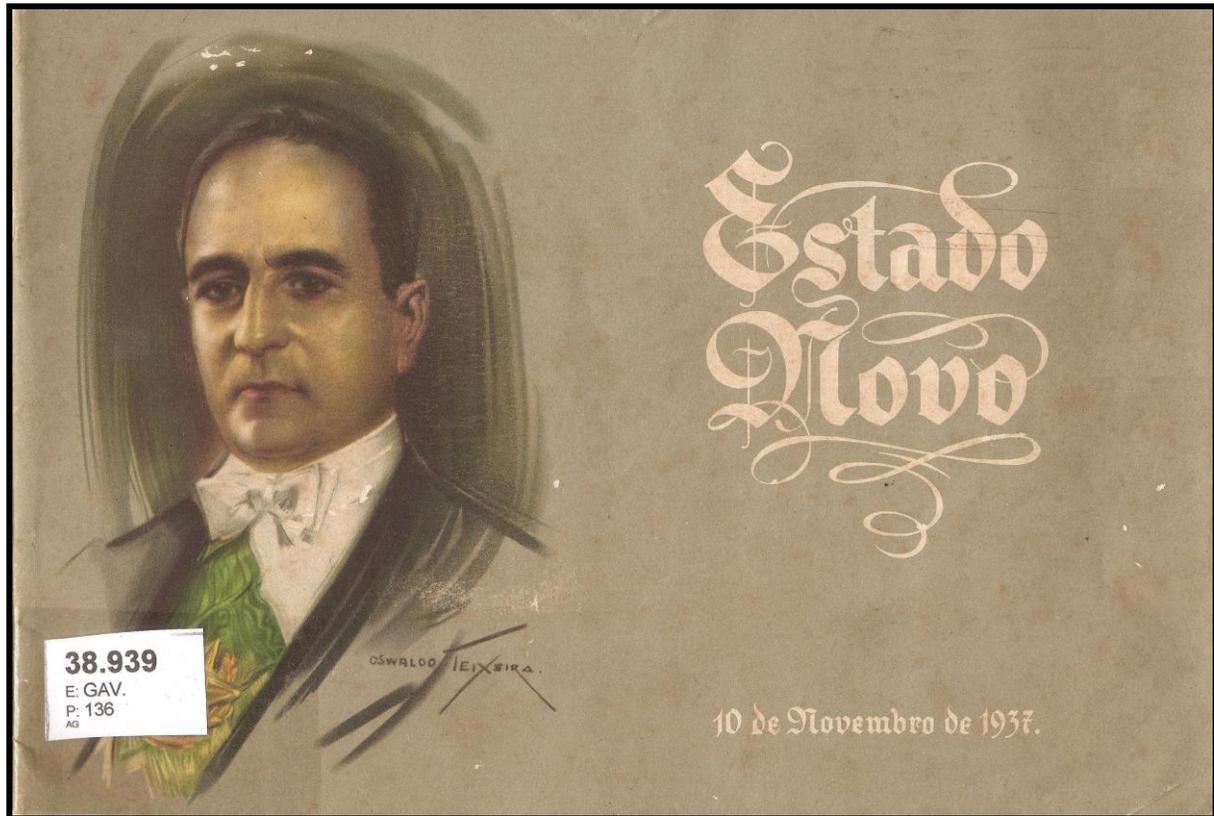
Irrompido o levante de novembro, é de ser notar como à ação direta, pelas armas e com risco da própria vida, furtaram-se os numerosos elementos estrangeiros que, entretanto, o preparam, conforme estão evidenciando os inquéritos já instaurados. Essa covardia, aliás frequentemente da parte dos provocadores internacionais, não os eximirá, contudo, do castigo que merecem. Desmascarados como estão sendo, com provas as mais veementes e absolutamente insofismáveis, não tardará que sobre eles venha cair a ação

inexorável da Justiça, como exigem os nossos próprios foros de nação independente.

Porque os perigos do internacionalismo comunista de pouco precisam, para ficar definitivamente esclarecidos. Ao lado das responsabilidades que cabem aos maus brasileiros que lhe deram apoio, e que também cumpre apurar e corrigir, não deverá ficar esquecida a participação, muitas vezes essencial, dos elementos estrangeiros que se envolveram nos trágicos acontecimentos de novembro, emprestando-lhes esse aspecto de empreitada, a soldo de Moscou, que atualmente se comprova com a elucidação das relações de Luiz Carlos Prestes com o agitador Henry Berger, dois indivíduos sem pátria e irmanados na mesma obra de fanatismo e destruição.

Aos brasileiros que prezam as tradições históricas familiares e espirituais do seu país, aos homens de fé e de coragem, amigos, acima de tudo, da sua Pátria cada vez mais unida, mais gloriosa, mais independente, mais rica e mais bela e feliz, dirigimos estas palavras de advertência, chamando a sua patriótica atenção para a criminosa e comprovada participação de indivíduos e entidades estrangeiras no levante comunista de novembro.

#####



Já durante o Estado Novo, em 1937, o DNP promoveu a publicação do *Catecismo cívico do Brasil Novo*, com trinta e duas páginas. Como "catecismo", a edição fazia referência ao registro de ensinamento elaborado a partir de um conjunto de perguntas e respostas, constituindo também a alusão a algumas obras doutrinárias organizadas a partir desse sistema. Há também vínculos à

catequese, ou seja, atitudes de explicar, doutrinar e ensinar, estando ainda voltada à instrução por meio da voz. O conteúdo da publicação era destinado “à formação cívica das crianças e do povo brasileiro em geral”, com a exposição “de forma didática”, das “qualidades do novo regime”. Tal catecismo destinou-se a assuntos diversificados “na forma de perguntas e respostas”, trazendo consigo um “tom categórico das certezas e verdades contidas nas respostas”, pela “visão maniqueísta apresentada em relação ao *antes* ao *depois*” e pela simplificação das explicações elaboradas a fim de induzir as escolhas”, bem como carregando em si “técnicas do discurso autoritário, eficazes no sentido da persuasão”¹⁵. A referência ao anticomunismo esteve presente em uma pergunta que tratava dos “perturbadores da ordem interna” e “inimigos da pátria”. Sem utilizar a expressão “comunista”, a alusão era evidente, ao referir-se a um “inimigo interno” que, superiormente ao “externo”, seria “ainda mais perigoso à segurança da nacionalidade”.

#####

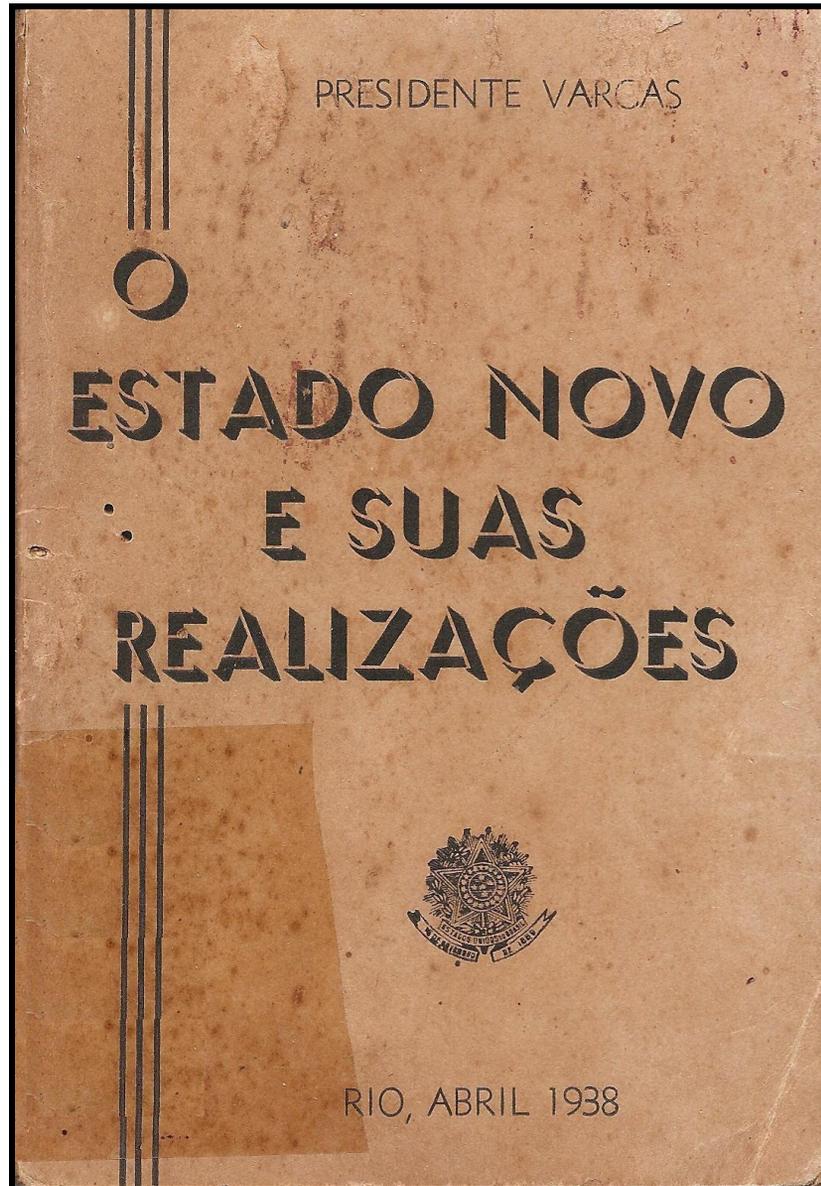
Pergunta: – Pode-se, então, considerar os perturbadores da ordem interna como inimigos da Pátria?

¹⁵ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 164 e 166.

Resposta: – Sim. Os que promovem qualquer perturbação da ordem interna agridem a Nação, tal qual um inimigo externo; e, por vezes, ataque partido do interior é ainda mais perigoso à segurança da nacionalidade. O fato de muitos dos que são envolvidos em perturbações da ordem interna não terem consciência clara da gravidade dos atos que são levados a cometer, pode ser atenuante da culpa desses inimigos inconscientes da Nação, mas não altera a natureza do crime por eles praticado.

#####





Uma das estratégias do DNP esteve vinculada à divulgação das “realizações governamentais”, trazendo a “visão de um país de grandes possibilidades” e sustentando a meta “de estabelecer a paz e a ordem através de reformas políticas e institucionais”, em um quadro pelo qual, “estabelecida a ordem, o objetivo subsequente seria a reorganização econômica do país de molde a solucionar os graves problemas gerados pela crise mundial”. Nessa linha, “grande parte dos feitos era apresentada de forma hiperbolizada, através de descrições sugestivas”, assim como “o uso de cifras e dados estatísticos tornava mais convincentes as afirmações” que serviriam para denotar a “prosperidade e a grandeza do Estado”. Era abordada também “a descrição dos inúmeros problemas e dificuldades, que haviam sido superados em cada caso”, valorizando “ainda mais as realizações”¹⁶. Dentre as publicações que abordaram esse tema, estiveram *Problemas e realizações do Estado Novo*, editado em fevereiro/abril de 1938, pelo DNP, contando com noventa e duas páginas; e *O Estado Novo e suas realizações*, também de 1938, com quarenta e oito páginas e trazendo características editoriais mais simples, no sentido de, a partir de menores custos de produção, permitir uma divulgação ainda mais ampla da mensagem.

Ambas as edições possuíam o mesmo conteúdo, com variações em termos de diagramação e construção dos parágrafos, abordando as denominadas “realizações” e/ou “feitos” do governo, nos primeiros tempos de

¹⁶ GARCIA, Nelson Jahr. *O Estado Novo: ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1982. p. 82 e 93.

existência do Estado Novo, envolvendo assuntos de cunho diversificado, como o econômico, o social, o político, o administrativo e o diplomático. Nessas publicações, o pensamento anticomunista aparecia na abordagem das “leis sociais”, descritas como concessões governamentais que teriam servido para impedir a “infiltração demagógica” e a ação dos “pregoeiros de teorias exóticas”, em clara referência ao comunismo. Quanto à “política exterior”, as edições demarcavam o combate ao comunismo, no sentido de evitar “atividades estranhas às nossas tradições sociais, e, portanto, perigosas e perturbadoras”, bem como coibindo a participação política de estrangeiros, em alusão aos imigrantes que professassem ideologias não-aceitáveis pelo regime. Já no segmento “O Estado Novo”, os impressos sintetizam as perspectivas dos inimigos do regime, dentre eles, o comunismo, que, ao “infiltrar-se” no país, teria constituído “um perigo nacional”, tendo sido “abatido na tentativa violenta de ocupação do poder”.

#####

Leis sociais

As leis sociais com que o atual governo, por iniciativa própria, tem procurado amparar as classes trabalhadoras, devem constituir motivo de orgulho para os brasileiros. Tudo se faz sem abalos e inquietações. Os beneficiados, vendo satisfeitas as suas mais justas aspirações, souberam

corresponder ao amparo do Estado, repelindo todas as tentativas de infiltração demagógica, com que os pregoeiros de teorias exóticas levantam os olhos deslumbrados dos crédulos e fantasistas os falsos paraísos da felicidade social.

Política exterior

Sempre fomos um povo pacífico, desejoso de viverem em boa harmonia com todos os povos. Assim como não toleramos intromissões nas nossas questões internas, também não estabelecemos preferências para as nossas relações, condicionando-as às diretrizes da vida política dos outros países, a menos, naturalmente, que tal como no caso do comunismo, se procure amparar formações partidárias em nosso território, atribuindo-lhes atividades estranhas às nossas tradições sociais, e, portanto, perigosas e perturbadoras. Ainda recentemente expedii o decreto-lei que mandara elaborar pelo Ministro da Justiça, visando a proibir aos estrangeiros o exercício de atividades políticas, individuais ou coletivas. Somos um país de imigração e temos muitas colônias estrangeiras de nações amigas. É natural que os seus membros pertençam a esta ou aquela filiação partidária dos seus países de origem. Mas, se dissolvemos os nossos partidos políticos, por causa da ação perturbadora que estavam desenvolvendo, como tolerar que elementos estrangeiros se reservem o privilégio de atividades políticas proibidas aos próprios nacionais? Trata-se, além do mais, de uma medida de ordem geral, cujo fundamento só a nós cabe apreciar, e adotada no exercício normal da nossa soberania. Quem não quiser

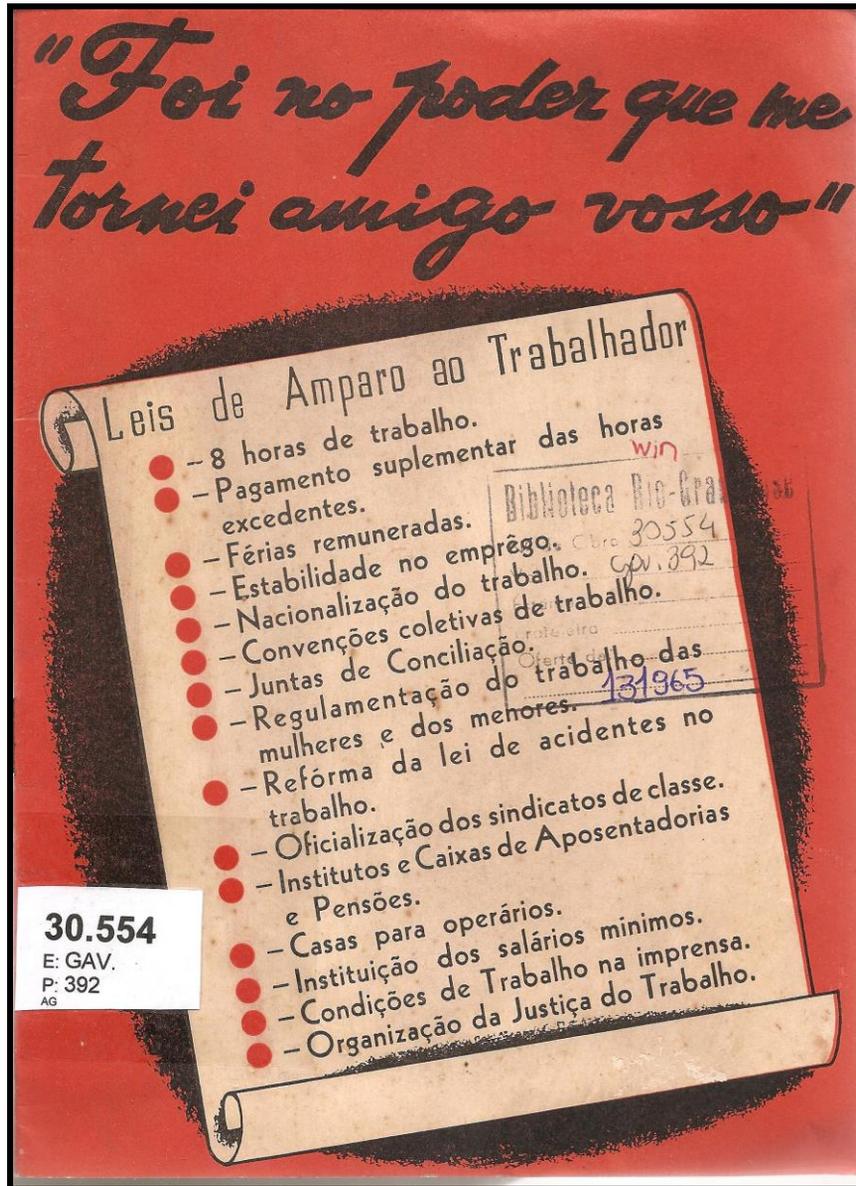
submeter-se, tem liberdade para deixar o país. Porque a lei será cumprida sem exceções.

O Estado Novo

O movimento de 10 de novembro foi, sem dúvida, um imperativo da vontade nacional. Tínhamos necessidade de ordem e de segurança para trabalhar e contra isso conspirava o estado crítico de decomposição política a que chegáramos. A nossa vida pública se transformara, aos poucos, numa arena de lutas estéreis, onde se vinham decidir os conflitos de corrilho, as preponderâncias oligárquicas, as competições personalistas e os choques de interesses muitas vezes escusos. Os homens de caráter, mas sem ambições de mando, dela se afastavam enjoados, deixando campo livre ao profissionalismo político e aos aventureiros demagógicos e audaciosos. Foi assim que o comunismo conseguiu infiltrar-se e chegou a ser, em dado momento, um perigo nacional. Abatido na tentativa violenta de ocupação do poder, continuou, entretanto, a sua obra de propagação dissolvente, utilizando como armas os outros males que faziam tão instável e caótica a situação do país: – a fraqueza dos quadros partidários, as preocupações regionalistas e os arremessos caudilhescos. Esses três aspectos não passavam, afinal, de manifestações de uma única causa geral, bem caracterizada e reconhecida: – a esterilidade e esgotamento das fontes de onde deviam sair os agentes de estímulo e renovação da vida pública. Os partidos políticos haviam decaído da sua função social. Viviam à custa das explorações eleitorais e proliferavam com caráter predominantemente localista, apegados ao fetichismo de velhas fórmulas

políticas, alheios às contingências da hora conturbada que atravessa o mundo e às próprias realidades nacionais. A previsão do perigo em que nos achávamos, e que era sentido por todos, levou-nos decisivamente à unificação política da Nação, que a isso equivale o regime de 10 de novembro. O Estado Novo corporifica, portanto, vontades e ideias que se impõem e se afirmam dispostas a lutar, em qualquer terreno, contra todos os fatores de dissolução e enfraquecimento da Pátria – extremismos, comodismos e sabotagem. Ele mobilizará o que possuímos de mais são e melhor, para realizar o ideal da Nação forte, digna e feliz.

#####



Ainda em 1938, o DNP publicou o folheto intitulado *Foi no poder que me tornei amigo vosso*, que contava com doze páginas. O conteúdo do impresso trazia o “discurso proferido pelo Presidente Getúlio Vargas, da sacada do Palácio do Ministério do Trabalho, a 10 de novembro de 1938, data do primeiro aniversário do Estado Novo e dirigido aos trabalhadores nacionais”. O intento fundamental da edição era a divulgação da legislação social implementada no Brasil desde a chegada do grupo varguista ao poder. Já na capa tal meta ficava expressa, ao se elencar quinze tópicos que compunham as “leis de amparo ao trabalhador”. Desde o título, a publicação visava a demonstrar uma aproximação e até uma intimidade entre o Presidente da República e os trabalhadores, reforçando o ideário da concessão daquelas determinações em prol do proletariado. A partir dessa pauta, as leis trabalhistas apareciam como um anteparo à penetração do comunismo no Brasil, repetindo uma asserção recorrente ao discurso estado-novista. O governo se apresentava como combatente aos “extremismos de direita e de esquerda”. Mais especificamente quanto aos comunistas, o folheto se referia a “brasileiros transviados por ideologias exóticas, ou a soldo de interesses antinacionais”, que teriam pretendido “subverter a ordem e ameaçar a paz das nossas famílias”.

#####

Empresto, por isso, às vossas manifestações de apreço e solidariedade, a significação de um incentivo espontâneo para prosseguir nos rumos traçados, sem hesitações nem receios. Estamos irmanados no mesmo ideal de fortalecimento da Pátria e de aumento do seu poderio econômico. Reconhecendo os princípios de justiça social, e pondo em prática o primado dos direitos da coletividade sobre as prerrogativas dos indivíduos, nunca vos faltou o meu governo, nos momentos decisivos, com as medidas capazes de trazer segurança ao vosso labor e aos vossos lares modestos e honrados. Assim também – desvaneço-me de proclamá-lo – em todas as circunstâncias em que brasileiros transviados por ideologias exóticas, ou a soldo de interesses antinacionais, pretenderam subverter a ordem e ameaçar a paz das nossas famílias, estivestes intransigentemente ao lado do poder constituído, dispostos a torná-lo mais forte e respeitado.

Em 1935 como em 1938, em meio às apreensões daquelas horas conturbadas, quando a investida inimiga não se detinha nem mesmo diante de assassínios frios e premeditados, assaltos, a vossa incondicional solidariedade se fez sentir de norte a sul do país, reafirmando a confiança no governo e a reprovação aos contumazes agentes da desordem.

Ainda tenho na memória, viva e nítida, a confortadora impressão do vosso entusiasmo em 13 de maio deste ano, e, mais recentemente, o empolgante espetáculo das demonstrações de Minas e São Paulo, que não deixaram dúvidas sobre a decidida e franca adesão do povo brasileiro ao regime de 10 de novembro.

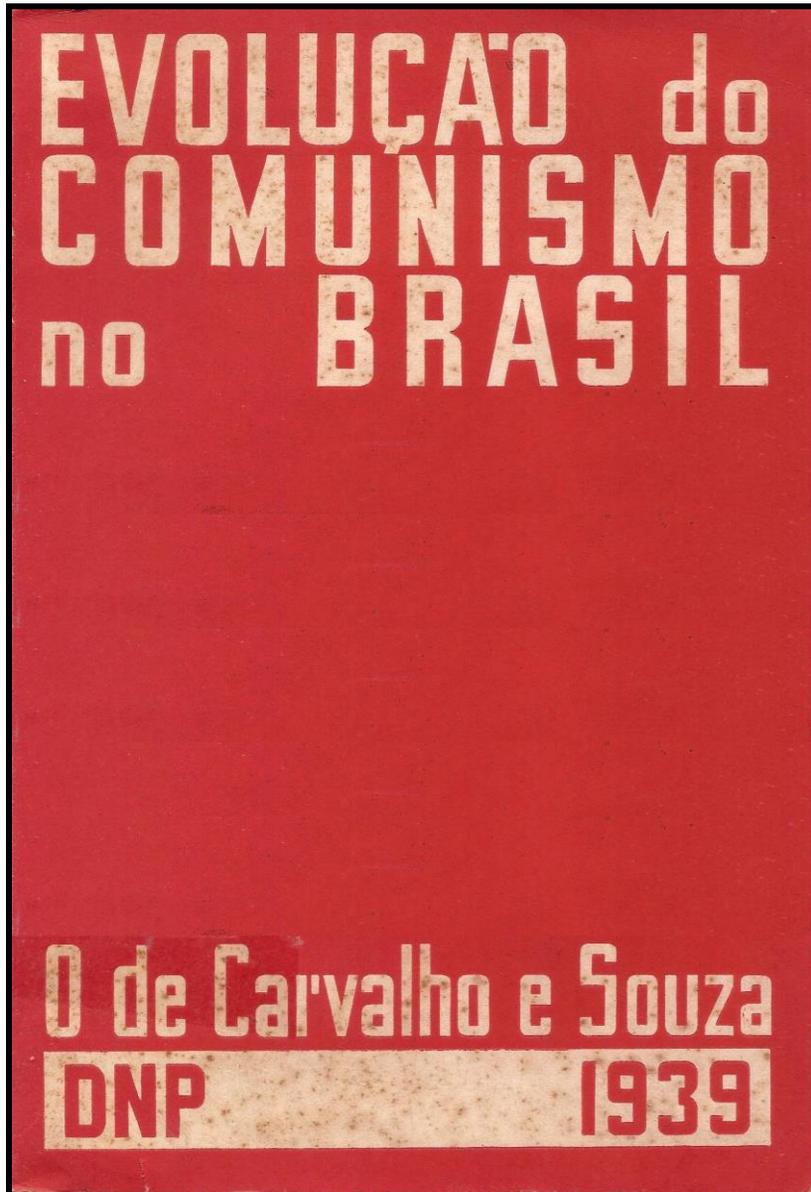
Os extremismos de direita e de esquerda, que, sob formas várias, pretendiam, afinal, a mesma coisa – a nossa escravização – foram repelidos e já não constituem perigo imediato para as instituições.

A mesquinha política dos grupos e interesses particularistas foi banida da nossa coletividade. Pensamos todos, todos os bons brasileiros, em servir devotamente à Pátria, dando-lhe pujança econômica e dotando-a de meios eficientes para defender-se, em qualquer emergência.

Trabalhadores do Brasil!

Os insatisfeitos de todos os tempos, os espíritos inquietos, aqueles que foram contaminados pelas doutrinas deformadoras, sem raízes na vida brasileira, os remanescentes da política retrógrada das pantominas eleitorais, ainda poderão vociferar, criticar, intrigar e fazer conspiratas; os maus profissionais, os inadaptados ao progresso das atividades que escolheram, podem clamar no deserto; os maus brasileiros, que infelizmente os há, poderão semear boatos e enfileirar-se entre os derrotistas e sabotadores.

#####



Outra publicação promovida pelo DNP foi *Evolução do comunismo no Brasil*, um livro de oitenta e oito páginas que, na capa, apresentava 1939 como o ano de edição, ao passo que, na folha de rosto, informava a mesma como novembro de 1938. A identificação da autoria se dava como O. de Carvalho e Souza. Tratava-se de Odette de Carvalho e Souza, que foi a primeira embaixadora do Itamaraty e a primeira embaixadora de carreira do mundo, tendo nascido no Rio de Janeiro, a 1º de outubro de 1904. Como seu progenitor cumprira carreira consular, ela desde cedo estabelecera contatos com o principal órgão da política externa brasileira, vindo a ingressar no mesmo a 13 de fevereiro de 1936, aprovada em concurso de títulos. Já tinha experiência no campo diplomático, atuando como cônsul de terceira classe, na condição de conselheira técnica governamental das XV, XVI e XVII Conferências Internacionais do Trabalho, realizadas em Genebra em 1931, 1932 e 1933. Foi também arquivista da delegação brasileira à Conferência do Desarmamento de 1932, igualmente em Genebra. De 1934 a 1936 foi secretária do Ministro das Relações Exteriores, vindo posteriormente a ingressar na carreira¹⁷.

Nessa época, escreveu diversos textos encomendados pelo chanceler, nos quais já ficava demarcado o exacerbado pensamento anticomunista que caracterizaria seus posicionamentos. Dentre tais escritos figuraram “O comércio exterior entre o Brasil e URSS”, “Os soviets e a América Latina”, “A repartição internacional dos vinhos e seus fins”, “Ordem do dia da Conferência Comercial

¹⁷ FRIAÇA, Guilherme José Roeder. *Mulheres diplomatas no Itamaraty (1918-2011): uma análise de trajetórias, vitórias e desafios*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018. p. 197-198.

Pan-americana e respectivos projetos de convenção e recomendação”, “A unificação de estatísticas oficiais e as estatísticas de migração”, “O Conflito ítalo-etíope” e “A infiltração comunista nas classes armadas”. Desde janeiro de 1936, passou a chefiar, por aproximadamente um ano, os Serviços Especiais de Informação do Ministério das Relações Exteriores, os quais viriam a denominar-se, a partir de fevereiro de 1937, Serviços de Estudos e Investigações (SEI). Desde novembro de 1937 a março de 1939, O. de Carvalho e Souza dirigiu os SEI, que atuavam como órgãos secretos auxiliares do aparelho repressivo estadonovista, em consonância com o anticomunismo do regime. Assim, à frente dos SEI, até o primeiro trimestre de 1939, quando passaria a executar suas funções diplomáticas, ela serviu recorrentemente como auxiliar governamental no enfrentamento ao comunismo¹⁸.

Enquanto Odette de Carvalho e Souza esteve na direção do SEI, ocorreu a publicação do livro editado pelo DNP, *Evolução do comunismo no Brasil*. Em plena harmonia com o ideário anticomunista, a autora dizia deixar “ao leitor o cuidado de julgar dos métodos ainda mais astuciosos do P.C.”, referindo-se à falta de “solidez de suas convicções”, bem como ao “oportunismo” dos comunistas, tendo apenas por “guia os chefes da Komintern”. Na mesma linha, ela dizia que julgara “de suma utilidade” expor, “de forma tão extensa, o movimento comunista no país”, levando em conta fatores como: “a amplitude que assumiu a revolução comunista no Brasil”; “a insistência com que os

¹⁸ FRIAÇA, Guilherme José Roeder. *Mulheres diplomatas no Itamaraty (1918-2011): uma análise de trajetórias, vitórias e desafios*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018. p. 198-199.

emissários moscovitas procuraram articular uma nova ação no país”; “a vasta e importante documentação apreendida pela polícia”; e “os métodos astuciosos com que os comunistas continuaram a agir, mascarando sua ação pela propaganda democrática e antifascista”. Nesse sentido, Odette Souza demarcava a “exposição” trazida em seu livro, bem como “os ensinamentos que da mesma facilmente se deduzem, e as precauções e medidas preventivas que induzem a tomar” e que poderiam “constituir eficaz elemento de defesa, não só para o Brasil, como para todos os países do continente”¹⁹. O texto de *Evolução do comunismo no Brasil* buscava ser bastante abrangente, intentando apresentar, segundo a versão estado-novista, os caminhos da ação comunista no Brasil, desde o início da década de 1920 até 1938. Os temas abordados no livro foram:

- instrumentos da propaganda comunista no Brasil
- Divisão da América Latina no plano do Komintern
- VII Congresso do Komintern: “Frente Única Proletária” e “Frente Popular”
- “centro local” ou “resistência”
- criação da “Aliança Nacional Libertadora”
- a Lei de Segurança Nacional e o fechamento da A.N.L.
- preparação do golpe comunista no Brasil
- a insurreição comunista no Brasil (27 de novembro de 1935)

¹⁹ SOUZA, O. de Carvalho e. *Evolução do comunismo no Brasil*. Rio de Janeiro: DNP, 1939. p. 87-88.

- uma agressão estrangeira
- causas da derrota do movimento de 1935, segundo o Komintern
- projeto da Constituição Comunista no Brasil
- articulação do novo movimento
- os objetivos do novo movimento
- a reorganização da A.N.L.
- luta parlamentar – a “Internacional da Democracia”
- a recomposição do P.C.B.
- a rearticulação comunista no Nordeste e no Sul
- transferência da direção do P.C.B. para São Paulo
- o P.C. Brasileiro e as eleições presidenciais
- plano de revolução comunista e o golpe de Estado de 10 de novembro
- o P.C.B. perante o golpe de Estado de 10 de novembro
- o “Partido Operário Leninista” e a IV Internacional no Brasil
- o último manifesto do P.C.B. (16 de abril de 1938)

Dentre as várias questões enfatizadas por Odette de Carvalho e Souza, como era praxe nas publicações dos órgãos de propaganda estado-novista, um dos pontos mais recorrentes do livro era a busca constante por demonstrar que o comunismo brasileiro não era um movimento nacional, mas sim articulado a

determinações do exterior, especificamente àquelas vinculadas ao comunismo internacional. Tal pretexto se transformaria em um dos supostos argumentos mais comuns expressos no pensamento anticomunista brasileiro, tanto à época que antecedeu o Estado Novo, quanto durante a ditadura e até mesmo no período posterior, já no momento da denominada redemocratização. Alguns dos trechos de *Evolução do comunismo no Brasil* reforçavam fortemente tal tendência argumentativa:

#####

Os acontecimentos de 27 de novembro de 1935 no Brasil foram o resultado de uma propaganda comunista tenaz e adestrada, levada a efeito pelos agentes de Moscou em nosso país. Tal asserção pode ser amplamente comprovada pela abundante documentação apreendida pela nossa polícia, não só anteriormente aos acontecimentos de novembro de 1935, como também pelos arquivos de Berger e Prestes, encontrados após a prisão destes dois maiores do movimento. (...)

Grande importância atribuíram sempre os bolcheviques à propaganda entre as populações agrícolas nos países latino-americanos, que, como na Rússia, abrangem a maioria das massas trabalhadoras do nosso continente. O atraso dos centros rurais e seu nível primitivo de vida constituem elementos favoráveis para a infiltração bolchevista (...).

A partir de 1926-1927, a imprensa soviética e comunista principiou a se ocupar do nosso continente com particular interesse, e diversos artigos foram escritos sobre o Brasil e as possibilidades do comunismo e sua propaganda no nosso país. (...)

Destarte, a partir de 1928, conseguiu o Komintern intensificar a sua influência no Brasil e no continente (...).

Em 1932, decidiu o Komintern reorganizar o seu plano de ação no continente latino-americano, que ficou representado no plano mundial dos soviets, como as regiões 7, 8 e 9, obedecendo a sua distribuição a um critério divisor cuja razão de ser só os maiores da III Internacional poderão esclarecer. (...)

O P.C. Nacional representa, pois, em cada país, o motor supremo da revolução para a implantação do regime soviético. (...)

O Brasil foi, sem dúvida, o país que, na América do Sul, melhor realizou, no conceito do Komintern, a tática da “Frente Popular”, pela criação da Aliança Nacional Libertadora, celebrada entusiasticamente por Moscou e sua imprensa local e no exterior. (...)

As greves, os comícios, as demonstrações antifascistas, a propaganda da literatura marxista, e toda agitação revolucionária era, em verdade, alimentada pela técnica, pelo dinheiro, pelos membros do Komintern, através da sua seção brasileira: O Partido Comunista Brasileiro. (...)

Os acontecimentos desenrolados vêm demonstrar, de maneira cabal, que o comunismo é planta exótica no Brasil. Os amotinados bolchevistas não conseguiram a adesão do Exército, que os combateu e venceu, nem tão pouco do operariado ou de outras classes sociais, pois toda a população civil assistiu ao movimento revolucionário sem a menor demonstração de simpatia e, pelo contrário, com evidente irritação contra o mesmo. (...)

Perante tudo quanto ficou exposto, e comprovadas sempre as nossas asserções pelos textos dos próprios chefes comunistas, constantes de documentos apreendidos pela polícia nos arquivos de Berger e de Prestes, impossível seria duvidar que o movimento subversivo de novembro de 1935, bem como toda a sua longa preparação, mediante a propaganda comunista e a campanha da A.N.L., tenha obedecido a um plano concebido fora do Brasil e posta em execução no exterior, com o fim de conseguir a incorporação do país à União Russa Socialista dos Sovietes.

O governo e o povo brasileiro se acharam, destarte diante de uma invasão estrangeira de fato, se não de direito. (...)

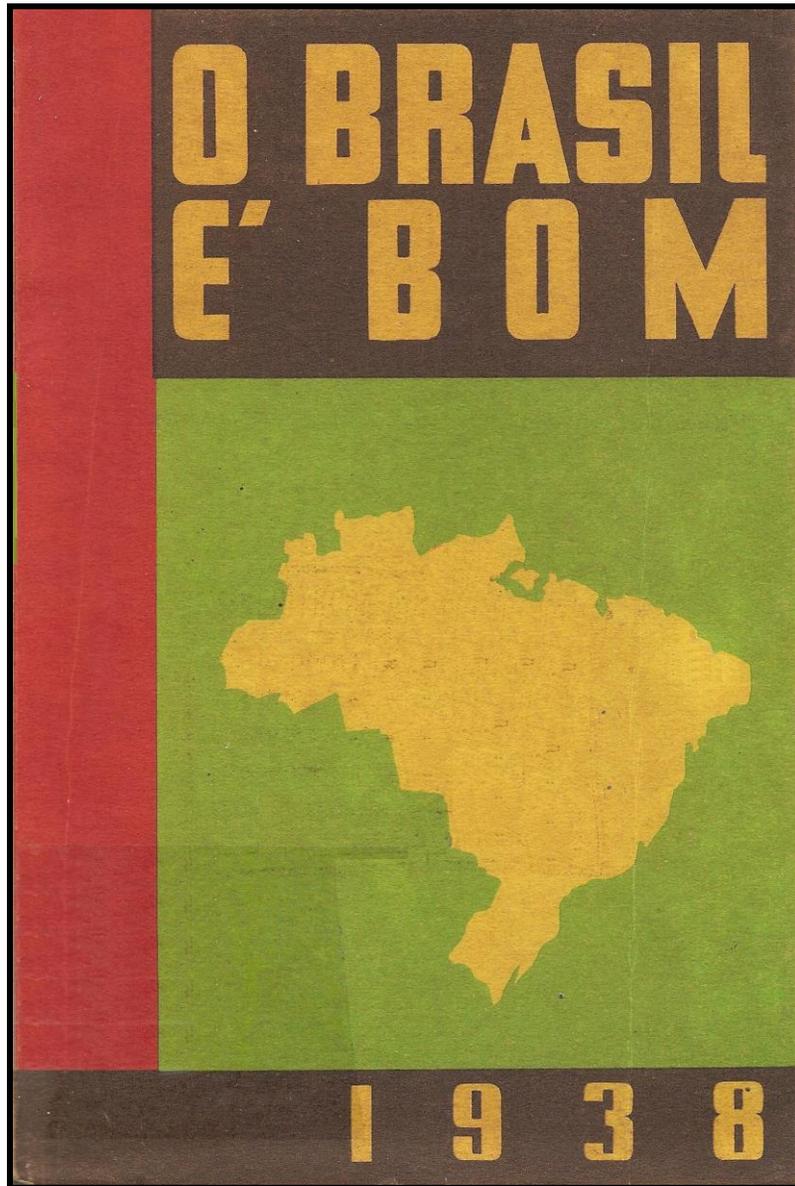
Como vemos, o movimento de novembro de 1935 **foi dirigido, principalmente, por elementos estrangeiros.** [negrito do texto original] (...)

Os numerosos documentos apreendidos nos arquivos dos conspiradores presos estão, na maioria, escritos em línguas estrangeiras (espanhol, francês, inglês e alemão), ou traduzidos – e mal traduzidos – para o português. A razão é que tais documentos, não só proveem de vários países, como ainda se destinam

a indivíduos das mais diversas nacionalidades, todos servindo aos intuítos imperialistas da “Internacional Comunista”, da qual o P.C.B. é uma seção, severamente submetida à disciplina férrea imposta pelos estatutos e programa do Komintern. (...)

Nada mais é preciso acrescentar para definir tal agressão como **invasão estrangeira**, e traidores à pátria todos aqueles que aderiram ao movimento ou à sua organização [negrito do texto original].

#####



Também editado pelo DNP, o livro *O Brasil é bom* foi publicado em 1938, contendo setenta e seis páginas, impressas na Oficina Mauá, no Rio de Janeiro. Apesar de destinar-se a um público infanto-juvenil, o impresso não trazia ilustrações, a não ser a presença de um mapa do Brasil, que aparecia na capa, com alusão à nacionalidade. Em moldes didáticos, o livro apresentava trinta lições, voltadas a divulgar as “realizações do Estado Novo”. Com *O Brasil é bom*, o regime era “explicado de forma pedagógica”, e “o texto transmite imagens positivas” do governo, tendo por escopo o de “formar a consciência do pequeno leitor com base nos valores novos”. A composição textual trazia um conjunto de indagações e lições, as quais tinham por intento fundamental exaltar “as qualidades do ‘bom Brasil’”²⁰. O anticomunismo aparecia nas lições “7” e “8” e, por meio de insistentes repetições de termos, como modalidade de melhor absorção da mensagem, o livro defendia que o Brasil não seria compatível com “regimes de importação”, como era considerado o caso do comunismo, qualificado como “um mal” e um “regime de escravidão”, para o qual não haveria lugar no Brasil, havendo ainda várias comparações entre este país e a Rússia. Além disso, o comunismo era colocado na mesma linha de ação do integralismo, com a perspectiva simplista de que ambos constituíam “extremismos”.

#####

²⁰ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2.ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2009. p. 166.

- 7 -

O Brasil é bom na sua organização atual. Essa organização não deve ser alterada nem substituída. O que é bom deve ser conservado. No Brasil não cabem regimes de importação. Que são regimes de importação? São formas de governo de outros povos, diferentes do nosso, com outros problemas que o Brasil não tem. O comunismo é um mal. No Brasil não há lugar para o comunismo. Que é o comunismo? É o regime de escravidão que reduziu a Rússia à miséria. A Rússia é um país infeliz. Lá, impera o comunismo. O Brasil é um país feliz. Nele, o comunismo não encontra lugar.

O comunismo foi implantado na Rússia num momento de desespero. País onde a fome reinava, nasceu um regime que visava a dividir por todos, não só os bens como as terras. Mas, como o país era pobre os pobres não melhoraram e os ricos pioraram. O comunismo foi a divisão da miséria por todos. E o Estado passou, na Rússia, a ser um patrão odioso e cruel de todos os homens, quando o fracasso do comunismo se patenteou.

O Brasil é um país rico. A Constituição considera a iniciativa individual o fundamento e base da riqueza e da prosperidade nacional. Cada brasileiro pode exercer livremente a profissão que escolher. País rico, no Brasil pode qualquer homem enriquecer pelo trabalho honesto, pelas suas iniciativas e capacidade de criação. Cada qual pode auferir proventos na medida dos seus esforços. Por isso, o Brasil é bom.

No Brasil, se o menino quer ser aviador, será aviador. Se o menino quer ser médico, será médico. Na Rússia, o menino russo quer ser engenheiro, mas o Estado acha que já há muito engenheiro e manda o menino trabalhar numa mina, cavando o chão. Um menino russo quer ser aviador, mas o Estado acha que já há muito aviador e manda o menino, contrariado, cuidar de um rebanho de carneiros. A liberdade de escolha de profissão ou do gênero de trabalho é assegurada pela Constituição do Brasil. Mas, na Rússia, o comunismo nega tudo ao indivíduo e ele nem sequer consegue ser o que deseja.

Aí está mais uma razão por que o comunismo é mau e por que o Brasil é bom.

O comunismo subordina o indivíduo estritamente ao Estado. O Estado é quem lhe escolhe a profissão. É quem lhe determina o limite do ganho. No comunismo, ninguém pode enriquecer. O estímulo individual desaparece. O horizonte comum é a miséria. Por isso, o comunismo é mau.

O Brasil, tal como está, não é apenas bom. É melhor do que os Estados em que os extremismo predominam.

- 8 -

O comunismo é um extremismo. Mas nem só os comunistas são extremistas. Há outros extremistas, tão perigosos como esses. São os que

querem implantar no Brasil o fascismo, copiado de partidos estrangeiros. O Brasil não precisa de regimes importados, porque o Brasil é quem manda na casa do Brasil. Por isso, ele tem um regime que é seu. Uma forma de governo que é sua.

Uns homens ambiciosos quiseram conquistar o poder, dizendo que só o integralismo podia vingar no Brasil. Que era o integralismo? Regime de importação. Um regime de tirania e de violência. Um regime que não respeita os direitos individuais. Um regime que esmaga os cidadãos com o rolo compressor do Estado. Nele, o Estado um instrumento de opressão. Ora, o Brasil mostrou que não queria o integralismo. O Brasil ama a liberdade. O Brasil tem uma Constituição que é uma garantia ao trabalho honrado e à existência tranquila dos brasileiros.

Os homens que queriam arrebatar o poder tomaram armas contra o Brasil e quiseram ferir o Chefe Supremo da Nação. Mas o atentado odioso e sangrento dos inimigos da ordem e da Pátria foi repellido com energia. A bravura do Chefe da Nação foi a bravura de um homem digno do governo. Ele defendeu o Brasil contra os dois extremismos: o extremismo dos comunistas e o extremismo dos integralistas. O Chefe da Nação é um bom brasileiro. Um bom brasileiro é um homem em combate contra os extremismos nefastos. Todos os meninos do Brasil podem ser também bons brasileiros. Para isso, devem imitar o gesto do Chefe da Nação, defendendo a Pátria contra os extremistas.

Como o menino pode fazer isso? Dizendo que o Brasil é bom. Dizendo que o Brasil está contente com a sua Constituição e com o seu Chefe. Quem é o seu

Chefe? O Chefe do Governo do Brasil. O Chefe Nacional. O Presidente Getúlio Vargas.

#####



Uma biografia de Getúlio Vargas voltada ao público infantil foi editada pelo DNP, em 1939. Com oitenta páginas, *História de um menino de São Borja* buscava apresentar as vivências do Presidente da República, desde a sua infância, contando como narradora, e mesmo autora, “Tia Olga”, a qual pretendia contar a história em pauta aos seus sobrinhos. O intento básico era abordar o conteúdo de uma forma afável ao gosto das crianças, como se fosse uma historieta para as crianças, sem abandonar, ao fundo, a meta propagandística acerca da autoridade máxima do Estado Novo. O livro *História de um Menino de São Borja* – a vida do Presidente Getúlio Vargas contada por Tia Olga aos seus sobrinhos Rosa Maria e Chico Chicote vem ao encontro da perspectiva do “discurso biográfico” acerca do personagem em pauta o qual reconstruía a imagem presidencial como “um modelo de conduta para o auditório infanto-juvenil”, de maneira que, a partir de tal viés, “Getúlio é o modelo e o guia”²¹. Nesse sentido, o Presidente era caracterizado como aquele que criara o Estado Novo e como “o líder capaz de detectar e afastar os inimigos”²², inclusive os comunistas. A inserção do anticomunismo nesse livro se dava no segmento em que Tia Olga descrevia aos sobrinhos as formas pelas quais Vargas combatera a má política, denominada como “Dona Política”, qualificada com vários adjetivos de cunho negativo. Segundo a narração, dentre os tantos erros dessa “Política”, houvera até mesmo uma aliança com “amigos perigosos como o comunismo”, trazendo

²¹ PAULO, Heloísa Helena de Jesus. O DIP e a juventude – ideologia e propaganda estatal (1939-1945). In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 7, n. 14, mar.- ago. 1987, p. 106 e 108.

²² LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2.ed. Campinas: Papirus; Editora da UNICAMP, 1989. p. 49-50.

em seguida a ressalva de que o Presidente soubera enfrentar inapelavelmente a ação dos “vermelhinhos”.

#####

Só de ouvir falar no que o Presidente trabalhou a gente já fica cansada, Tió...

É para você ver, Chico Chicote. Os homens públicos no Brasil sempre trabalharam muito pouco, e todos eles, somados, não trabalharam talvez nem a metade do que o Menino de São Borja já trabalhou, pelo Brasil e pelos brasileiros.

Você quer saber por quê? Já explico.

É que, no Brasil, houve sempre uma “peninha para atrapalhar”, aquela peninha da adivinhação do cachorro que vocês conhecem.

Sabem quem era essa peninha? A Política, a Senhora Dona Política, a Excelentíssima, ilustríssima e Fulustrequíssima Senhora Dona Política, que sempre viveu coberta de ouro e prata, como a Dona Sancha das cantigas que vocês cantam em roda.

A Política atrapalhava tudo. Era ela quem governava, ou melhor, quem desgovernava o Brasil, de alto a baixo. Era a Política nas cidades do interior, nas Câmaras Municipais; nas cidades grandes, nas Câmaras Estaduais; na capital do país, na Câmara Federal; era a Política de intriguinhas, do disse-me-disse, das conversinhas em corredores, das combinações manhosas nas farmácias e nas Câmaras, uma política medonha, decadente, arruinada, cheia de lombrigas e ignorante como ela só...

Desde que o Brasil se fizera república, essa Senhora Dona tomou conta dos homens de governo. Tudo o que era senador, deputado, fosse o que fosse de importante era agarrado pela política.

Coitadinho do Brasil!...

Governavam os interesses das correntes – e o interesse do Brasil ficava nas gavetas aos cuidados das aranhas e das moscas.

O Menino de São Borja, desde os tempos da infância, começou a estudar de longe essa Senhora Dona emproada e todo-poderosa.

Estudou as manhas da bicha, assim como quem não quer nada com ela, aprendeu todos os segredos dela, devagarinho, sem mostrar pressa nenhuma.

Em pouco ficou conhecendo todas as manobras e todas as estratégias da Excelentíssima. (...)

E foi assim que, por diversas vezes, a Senhora Dona Política tentou passar rasteiras no Presidente, sem resultado.

Deu ela o braço até a amigos perigosos como o comunismo – mas o Presidente aparou o golpe e jogou os dois por terra.

Que tombo monumental!

Os vermelhinhos foram obrigados a entregar os pontos e a deixar o campo livre.

Em 1937, já refeita desse tombinho, a Excelentíssima armou nova tocaia: ia haver a escolha de candidatos para a substituição do Presidente no Governo da Nação. Apareceram alguns rapazes aqui e ali, fizeram uns discursinhos inflamados, mas o povo não tomou conhecimento desses atores estreantes.

Dona Política entrou no meio e as coisas começaram a complicar-se.

O Presidente não gostou das ameaças de desordem. Na desordem ninguém trabalha – e o Brasil precisa trabalhar.

Os vermelhinhos aproveitaram-se da confusão e começaram de novo a se manifestar. Esses zumbidos chegaram aos ouvidos do Presidente.

E também aos ouvidos do Presidente chegou a voz do Brasil inteiro, pedindo ordem e paz, trabalho e progresso.

Essa voz tornou-se um clamor nacional. O Exército, expressão e garantia da unidade brasileira, fez-se o intérprete do clamor do Brasil.

A 10 de novembro de 1937, os deputados que chegaram à Câmara encontraram a casa de portas fechadas: ali não se ouviriam mais bobagens e bate-papos inúteis a 200 mil réis diários por cabeça.

O povo saiu em festa para as ruas.

E o céu se encheu de estrelas.

E nessa noite, noite de luz e de contentamento, o Presidente chegou ao microfone da rádio e anunciou o nascimento do Estado Novo e a morte da Excelentíssima e Fulustrequíssima Senhora Dona Política.

Foi um enterro triste, o da Senhora Dona. Meia dúzia de gatos-pingados levaram à última morada os despojos da perversa.

E nesse dia, até as minhocas se queixaram de que a carcaça daquela Senhora era indigesta e venenosa.

Nem as minhocas quiseram saber da desgraçadinha...

#####



Uma outra publicação editada pelo DNP foi *Um passeio de quatro meninos espertos na Exposição do Estado Novo*, publicado em 1939, contando com noventa e três páginas impressas no Rio de Janeiro, nas oficinas do *Jornal do Comércio*, Rodrigues & Cia. O livro apresentava a visita de uma professora junto a um grupo de alunos a uma grande mostra organizada pelo regime para comemorar o primeiro aniversário estado-novista. Assim, como a própria Exposição, a edição visava a demonstrar as potencialidades brasileiras e as tão propaladas “realizações” governamentais. O conteúdo da publicação trazia “minuciosamente o percurso do grupo por quase todos os pavilhões do evento, com a explicação em detalhes de dados sobre a natureza do material exposto”. No livro havia um destaque especial à visita do Pavilhão Anticomunista, por parte do grupo de discentes, tendo em vista a “importância crescente do tema para o governo”, uma vez que, “a própria instauração do Estado Novo foi justificada por esse assunto”, assim como “pela necessidade do DNP de levá-lo ao conhecimento das crianças, público que passou a ser alçado a alvo privilegiado da campanha anticomunista do regime”²³. Os fundamentos anticomunistas apareciam no livro no segmento sugestivamente denominado “Inimigos do Brasil”, introduzindo os alunos ao conteúdo do pavilhão de combate ao comunismo. Nessa parte eram abordadas algumas das estratégias favoritas do Estado Novo ao tratar da temática em pauta, como o “internacionalismo comunista”, em oposição ao “nacionalismo estado-novista”;

²³ FRAGA, André Barbosa. A propagação das ideias anticomunistas para crianças na Exposição Nacional do Estado Novo (1938). In: *Cordis*, São Paulo, n. 18, jan./jun. 2017, p. 23 e 25.

a ação governamental, implantando a legislação trabalhista, como fator de impedimento à penetração comunista em meio ao operariado; a perspectiva dos comunistas como revolucionários e desordeiros; os citados males que teriam sido trazidos pelas revoltas do final de 1935; e uma constante comparação entre o Brasil e a Rússia, com olhar plenamente favorável ao primeiro. Em síntese, os comunistas eram apresentados como “os piores inimigos do Brasil” e, sem deixar de lado o personalismo típico do regime, em torno de seu líder máximo, havia a afirmação de que Vargas seria “considerado no mundo inteiro como um dos mais enérgicos inimigos do comunismo”.

#####

INIMIGOS DO BRASIL

– Este pavilhão, amigo Gustavinho, foi instalado para mostrar aos visitantes os piores inimigos do Brasil e de todos os países que querem vivem em ordem e em paz – os comunistas.

Por isso, Zezinho, este pavilhão tem o nome de Pavilhão Anticomunista, isto é, contra os comunistas, contra os nossos piores inimigos e, naturalmente, a favor do nosso Brasil, tão simpático e tão bom.

– E estes menininhos chorando aqui?

– Já lhe explico, Joãozinho. Vou contar depois a história de cada uma dessas fotografias, desses meninos que sofrem e choram no meio das ruas, abandonados como se fossem uns bichos sem donos. Mas antes quero que você olhe para este grande livro que está aberto aqui. São duas páginas que todos os brasileiros, grandes e pequenos, devem ler, porque de um lado mostram o que o comunismo quer e, do outro lado, o que quer o Estado Novo, o Brasil Novo que Joãozinho pensava ser um outro Brasil mais moço e descoberto agora por outros navegadores.

Comparando as duas páginas, vemos a grande diferença entre o que o Estado Novo tem de bom e o que o comunismo tem de mau. Querem ver? Tonico leia aqui deste lado do comunismo. Leia a primeira linha!

– O comunismo quer submeter o Brasil a um governo internacional, dependente de Moscou!

– Agora, Gustavinho, leia do outro lado, do lado do Estado Novo.

– O Estado Novo quer dar ao Brasil um governo nacional dependente apenas da vontade do seu povo!

– Pensem bem, meus amiguinhos, nestas palavras. Se vocês não as entenderam bem, vou explicá-las. Enquanto o comunismo quer que o Brasil seja governado por estrangeiros e submetido aos caprichos tirânicos dos comunistas de Moscou, que mandam nos comunistas de todo o mundo, o Estado Novo quer que o Brasil tenha no governo um brasileiro, como o Presidente Getúlio Vargas,

que não dependa do governo de nenhum país e represente verdadeiramente a vontade do seu bom e pacífico povo. A diferença é grande, não acham vocês?

– Acho, Dona Maria! Mas, eu queria também ler!

– Você vai ler, Joãozinho. Todos vão ler! Leia embaixo do Gustavinho, do lado do comunismo, Joãozinho!

– O comunismo quer a luta de classes como regime social permanente!

– Muito bem, “seu” Joãozinho. Leu sem soletrar e isso que você acabou de ler é muito importante. Quer dizer que, ao invés de promover a harmonia entre os operários e os patrões, criando um ambiente de ordem e de paz, onde todos trabalhem com alegria e esperanças, o comunismo quer que os operários vivam brigando com os patrões, vivam em greve, as fábricas paradas, não trabalhando e não deixando os outros trabalhar, fazendo desordens e matando. Mas isso felizmente ele não consegue no Brasil.

Todos os operários brasileiros, graças às leis do Presidente Getúlio Vargas, vivem hoje muito bem com os patrões, que também foram amparados com justiça, trabalhando todos juntos, em harmonia e com entusiasmo na certeza de tornarem o Brasil um grande e próspero país.

Por essas e outras é que os comunistas estrangeiros falam mal e têm tanta raiva do Presidente Getúlio Vargas. Mas o Presidente sabe que fez isso para o bem do Brasil e não lhes dá a menor atenção. Querem ver, reparem numa coisa. Antes do Presidente Getúlio Vargas vir para o governo, os operários do Brasil viviam em greve, reclamando direitos, queixando-se de misérias,

abandonando as fábricas e muitos enganados pelos comunistas que lhes prometiam com a vitória do comunismo no Brasil, um mundo de coisas maravilhosas, mas inteiramente impossíveis e falsas.

Erro

– Os operários – continuou a boa Dona Maria – pediam coisas justas, mas os governos passados ao invés de chamá-los, de ouvi-los com atenção, de verificar se eles tinham ou não tinham razão, se era justo o que eles pediam, não, cometiam um grande erro e uma grande desumanidade. Mandava a polícia prendê-los. Resultado, os operários cada dia ficavam mais aborrecidos...

– Até eu ficaria...

– Até o Joãozinho ficaria. Os operários cada dia ficavam mais aborrecidos e os comunistas por isso mesmo mais alegres, pois era justamente o que eles queriam. Dessa forma, cada operário era um inimigo do governo. Ninguém lhe dava atenção, ninguém procurava ver se ele estava ganhando o suficiente para viver, se ele estava morando com algum conforto, se os seus filhos poderiam ir à escola, se quando adoecia tinham quem o tratasse num hospital e quando envelhecesse e não pudesse mais trabalhar ainda poderia viver sem necessidade de sair pelas ruas pedindo esmolas pelo amor de Deus.

Nada disso ninguém procurava ver e os operários andavam desgostosos e os comunistas aproveitavam os seus aborrecimentos para lhes meterem uma porção de coisas na cabeça...

- Até na minha cabeça meteram!
- Joãozinho! Deixe de histórias. Que menino mais saliente!
- Agora os operários não andam mais desgostosos?

– Não, Gustavinho. O Presidente Getúlio Vargas deu-lhes tudo o que era de justiça dar. Deu-lhes horas de trabalho, lei de férias, pensões nas enfermidades, aposentadoria na velhice, garantia no emprego, casa própria e ainda vai dar-lhes salário mínimo. Todas essas coisas são justas e são humanas e concorrem para o maior progresso do Brasil. Contudo não eram compreendidas pelos governos de outros tempos que só se lembravam dos trabalhadores por ocasião das eleições para lhes pedirem votos.

Coisas diferentes

– Quando nós estivermos no Pavilhão do Ministério do Trabalho mostrarei a vocês o que o Presidente Getúlio Vargas fez pelos trabalhadores, sem prejudicar a ninguém, antes fazendo apenas justiça e procedendo de modo tão correto e bonito que causa admiração em países muito mais antigos e mais adiantados do que o Brasil. Nenhum outro país tem leis que favoreçam tão

justiceiramente os trabalhadores como o nosso Brasil. Nesse ponto, meus amiguinhos, devemos ter orgulho de ser o primeiro país do mundo!

No Pavilhão do Ministério do Trabalho vocês verão o que o operário do Brasil hoje possui e que lhe foi dado sem necessidade dele fazer greve, arruaças e desordens. Só porque há um governo que sendo forte é por isso mesmo justo e bom. Nossos operários hoje trabalham sossegados, não passando mais fome, divertindo-se, educando direitinho seus filhos e morando na sua casa própria, paga suavemente com o seu trabalho.

Mentiras e promessas

– Ao contrário disso e apesar das suas promessas, o comunismo não tem dado nada aos operários. Na Rússia, o único país cujo governo infelizmente está nas mãos dos comunistas, o que se vê é operário escravizado e morrendo de fome e frio porque não encontram trabalho, enquanto seus filhos, como aquele menino que Joãozinho viu chorando naquela fotografia, ficam abandonados nas ruas, ficam uns vadios, acabam furtando, criminosos dos piores crimes.

– Que pena!

– Pois é, Joãozinho. Que pena! Como eu dizia, neste grande livro está o que o comunismo quer tão diferente do que o Estado Novo está dando aos brasileiros, sem precisar prender nem matar ninguém.

Vejam aqui, nestes dizeres do livro grande: os comunistas querem acabar com a família. Querem que você, Zezinho, seja afastado do seu papai e da sua mamãe, que não queira mais bem aos seus irmãos e não goste dos seus parentes. Não querem que exista religião nem Deus e querem acabar com a nossa bandeira, tão bela, a mais bela do mundo e tão amada por todos os brasileiros.

Em lugar da nossa bandeira, eles querem uma bandeira vermelha, vermelha como fogo e sangue, os seus grandes aliados! Agora, Tônico, perguntolhe: você, que é um menino bom e inteligente, você poderá estar de acordo com isso?

– Deus me livre, Dona Maria! Quero que a nossa bandeira continue a existir, verde e amarela como sempre foi, a mais bonita e a mais querida de todas as bandeiras do mundo!

Em todo o mundo

– Os comunistas vivem procurando fazer revoluções e desordens em todo o mundo. Para isso eles mandam agentes disfarçados que algumas vezes conseguem impressionar e iludir pessoas ignorantes e sem nenhum sentimento de patriotismo, que não se envergonham de trair sua Pátria, pondo-se a serviço de estrangeiros. Então, roubam e assaltam.

Felizmente no Brasil eles sempre perderam e foram definitivamente vencidos pelo Presidente Getúlio Vargas, considerado no mundo inteiro como um dos mais enérgicos inimigos do comunismo.

– Cheguem aqui. Estas fotografias mostram o que os comunistas fizeram em 1935 em Natal, Recife e, aqui, no Rio, quando tentaram tomar conta do governo do Brasil auxiliados pelos comunistas de Moscou. Estas fotografias são de Natal. Esta aqui é do cofre da agência do Banco do Brasil e esta outra de uma joalheira, visitada pelos comunistas que queriam salvar o povo assaltando bancos e casas comerciais.

– Quebraram tudo, Dona Maria! Olhe ali um sapato!

– Quebraram tudo à procura de dinheiro que outros souberam e eles não quiseram ganhar trabalhando honestamente todos os dias e fazendo economias. Vocês estão vendo, arrobaram os cofres com metralhadoras. Olhem os buracos deixados pelas balas nas paredes. Parece até uma renda. Queriam apenas dinheiro. Aqui no Rio, transformados em verdadeiras feras, eles mataram companheiros que dormiam e revoltaram o quartel do 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, com o intuito de tomarem conta da cidade. Venham ver. Pode aproximar-se, Joãozinho. Não têm mais tiros, não. Olhem como ficou a fachada do quartel. Tudo estragado pelas balas. Foram as bombas e granadas. Eles bem que quiseram resistir, mas o Exército e a Marinha estavam com quem sempre estiveram, estavam com o Brasil e os brasileiros, representados pelo Presidente Getúlio Vargas. E os operários que eles tiveram a ingenuidade de esperar fossem seus aliados, ficaram todos contra eles, porque

são patriotas, são brasileiros e têm no Presidente Getúlio Vargas e no Exército Brasileiro a segurança da ordem, da paz e da justiça no Brasil.

O comunismo matou Papai Noel

– Venham aqui agora. Estas fotografias que vocês estão vendo foram tiradas nas ruas de Moscou. São fotografias de homens, de mulheres e de crianças andando à toa pelas ruas, sem casa e sem destino, famintos e tiritando de frio. Não têm casa, nem onde comer. Morrem pelas ruas e pelas ruas ficam os seus cadáveres, sem que ninguém se incomode.

Quando os comunistas tomaram conta do governo da Rússia, o povo começou logo a sofrer toda a sorte de privações. Quem fizesse a menor reclamação era condenado à morte. Muitas coisas boas e bonitas da vida dos meninos foram proibidas.

– O Pai Noel, por exemplo. Todo menino gosta da Festa de Natal, uma festa boa, na qual todo mundo, mesmo as pessoas grandes, recebem presentes. Seu pai não dá um presente à sua mãe, Gustavinho?

– Dá, Dona Maria! E o Papai Noel é quem me dá!

– E sua mãe dá também um presente a seu pai. Para dar presentes aos meninos tem Papai Noel, velhinho, de barbas brancas, com o saco cheio de brinquedos e chegando devagarinho, pisando de mansinho, para não acordar os

meninos. Quanta alegria quando a gente olha de manhã para os sapatos e eles estão cheios de brinquedos!

Pois os comunistas acabaram com o Papai Noel e com a linda e gostosa festa do Natal.

Os meninos da Rússia hoje não têm mais Papai Noel. Estão proibidos de receber presentes de Papai Noel. Em todos os países, há Papai Noel, menos nos países dos comunistas. e agora, “seu” Joãozinho, você gostaria de morar num país assim?

– Nem me pagando, Dona Maria!

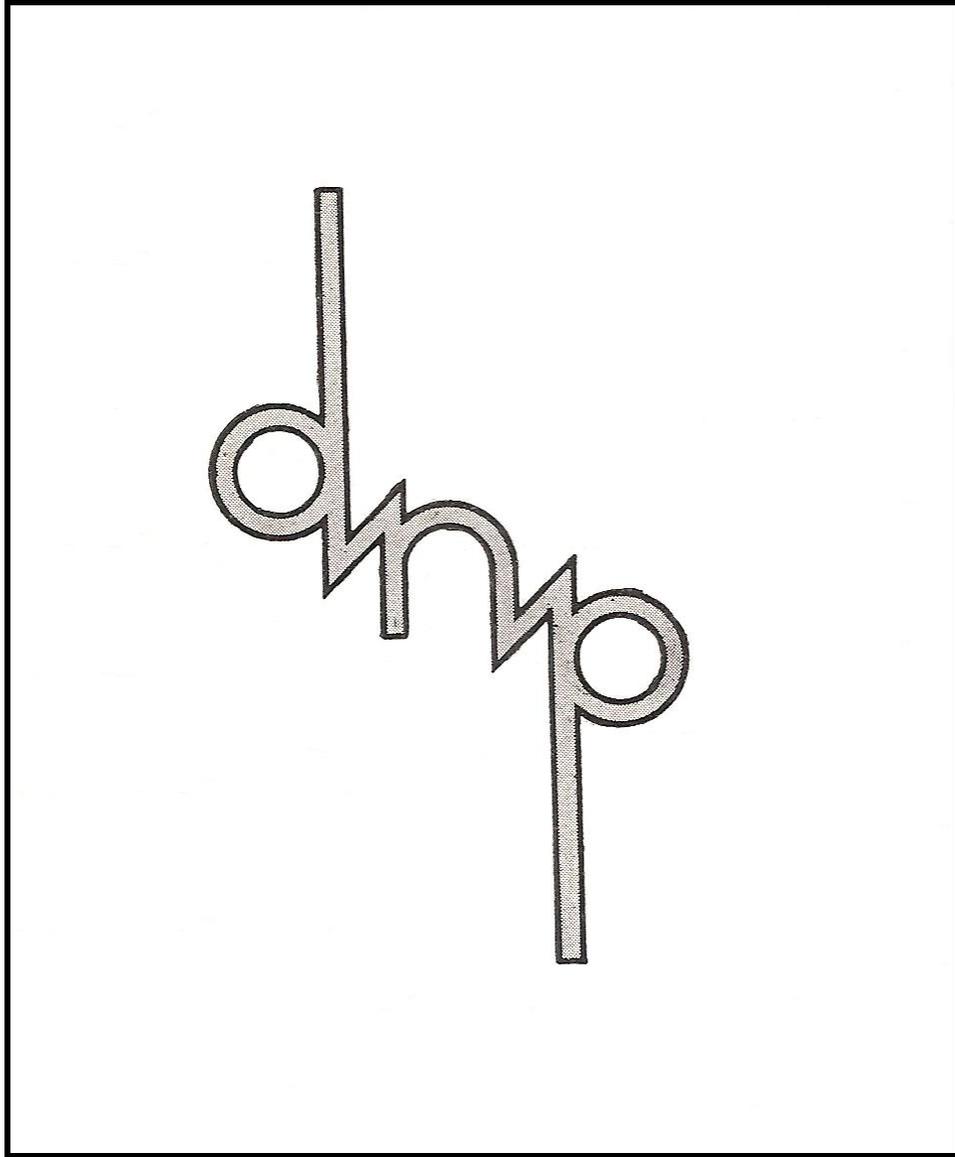
#####

A EXPOSIÇÃO ANTICOMUNISTA

O Estado Novo caracterizou-se pela organização de megaeventos – para os padrões de então – voltados a uma ampla mobilização popular, de modo que, a presença dos frequentadores, ou mesmo as notícias promovidas a respeito do acontecimento, colaborassem com a construção da ideia de um país poderoso e futuroso, no intento de demonstrar os propalados acertos das ações governamentais. Nessa perspectiva, foi organizada a Exposição Nacional do Estado Novo, promovida em meio aos festejos do primeiro aniversário do regime e realizada no Rio de Janeiro, entre 10 de dezembro de 1938 e 22 de janeiro de 1939. Bem de acordo com os fundamentos propagandísticos estado-novistas, a Exposição visava a constituir uma espécie de prestação de contas para a população, em consonância com a perspectiva pela qual deveria haver uma comunicação direta entre o governo e as massas, assim como divulgar as potencialidades brasileiras e as denominadas “realizações” governamentais. Tal evento contou com ampla divulgação por meio da imprensa escrita e radiofônica e o Departamento Nacional de Propaganda realizou amplo publicidade em torno da mostra. Desse modo, o DNP editou, em 1939, um impresso no formato aproximado ao de uma revista, no intuito de ampliar o alcance da Exposição, atingindo inclusive aqueles que não puderam estar na mesma e, principalmente, difundindo-a entre segmentos populacionais de regiões mais longínquas do vasto território brasileiro²⁴.

²⁴ A respeito do conjunto da Exposição e da publicação a que deu origem, ver o número 52 desta Coleção.





Um dos pontos altos da Exposição Nacional do Estado Novo, com significativa frequência de público, conforme noticiou o jornalismo, foi o Pavilhão Anticomunista, no qual o regime mantinha sua estratégia de evidenciar o maior dos inimigos não só do governo, mas dos brasileiros como um todo. Assim, a Exposição Anticomunista traria consigo “a oportunidade de alertar um número maior de brasileiros a respeito dos malefícios atribuídos ao comunismo e, ao mesmo tempo, de difundir as ações decisivas do governo contra a propaganda e a atuação soviética no Brasil”. Houve um esforço concentrado na realização desse espaço, de modo que “quase todos os ministérios contribuíram para a montagem” do mesmo. Como não poderia ser diferente, em tal segmento da Exposição Nacional, “o movimento comunista é descrito em tom depreciativo, de maneira a alertar o público visitante do perigo dos subversivos, considerados os maiores inimigos da pátria brasileira”²⁵. O objetivo essencial do Pavilhão Anticomunista era, assim, “esclarecer por que o governo deveria resistir a qualquer nova tentativa de ação comunista”²⁶.

A repercussão da presença do setor anticomunista na Exposição do Estado Novo foi expressa a partir de matérias publicadas nas páginas de alguns dos representantes da imprensa carioca. Foi o caso do *Jornal do Brasil*, que, ao apreciar a mostra como um todo, ressaltava que “o fim da Exposição é permitir ao povo abranger o conjunto de obras e trabalhos realizados ou em construção,

²⁵ FRAGA, André Barbosa. A propagação das ideias anticomunistas para crianças na Exposição Nacional do Estado Novo (1938). In: *Cordis*, São Paulo, n. 18, jan./jun. 2017, p. 17-19.

²⁶ OLIVEIRA, Lúcia Lippi (dir.). *Estado Novo: a construção de uma imagem*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 35.

traduzindo a operosidade do governo”, de maneira que “o percurso dos numerosos mostruários apresentados nos pavilhões equivalerá a uma viagem de inspeção pelo país”. Especificamente quanto à “seção anticomunista”, a qual se destacaria “pela sua completa novidade”, o governo apresentaria “à consideração das massas o caráter da ação comunista no mundo e seus nocivos efeitos, principalmente no Brasil”. Ainda a respeito do Pavilhão Anticomunista, era enfatizado que, na sua organização, “foi examinada uma forma de apresentação acessível ao público, devendo despertar vivo interesse muitos documentos originais a serem ali exibidos”²⁷.

Outro periódico do Rio de Janeiro que fez referência ao Pavilhão Anticomunista foi o *Diário Carioca* que noticiou a presença de Vargas no espaço, chamando atenção para “toda a documentação colhida sobre os primeiros movimentos comunistas nesta capital, inclusive um cartaz fazendo propaganda, em 1922, do Partido Operário e Camponês”, apontado como “a primeira organização comunista do país”. Acerca da comitiva presidencial que visitava a mostra, o jornal dizia que “foram examinadas com atenção pelo chefe do governo, fotografias tiradas por ocasião da mazorca extremista do 3º Regimento de Infantaria”, para depois, “durante mais de dez minutos”, Getúlio Vargas ter examinado “os gráficos sobre a expansão extremista no mundo”²⁸. A *Noite*, por sua vez, informou que constituiu “ponto de atração o Pavilhão Anticomunista, onde se acha exposta farta documentação, organizada

²⁷ JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 10 dez. 1938, p. 15.

²⁸ DIÁRIO CARIOCA. Rio de Janeiro, 11 dez. 1938, p. 1 e 5.

diretamente pelo Ministério da Justiça”, a qual “impressiona realmente ao visitante ainda mal informado sobre o comunismo”. O mesmo periódico destacava ainda que “ao centro desse pavilhão ergue-se uma coluna votiva, em homenagem à memória dos militares sacrificados em 27 de novembro de 35, na defesa do regime”²⁹.

Já a revista *Novas Diretrizes*, plenamente alinhada com a política estadonovista, publicou a matéria “A propaganda anticomunista na Exposição do Estado Novo”³⁰. Com forte apelo emocional, a publicação declarava que “ao entrar no pavilhão de propaganda anticomunista o coração brasileiro se confrange na contemplação das fisionomias calmas, cintilantes de inteligência e bondade dos sacrificados pelo levante comunista de novembro de 1935”. Segundo a revista, “saem dos quadros suspensos em paredes forradas de negro, olhares que parecem indagar do além qual será o reconhecimento dos brasileiros pelo sacrifício a que eles voluntariamente se votaram”. Nesse contexto, o periódico, intentando demonstrar as sensações dos visitantes, afirmava que, ao se chegar naquele espaço, “entra-se de chofre num panteão”.

Ainda descrevendo a Exposição Anticomunista, *Novas Diretrizes* ressaltava que permanecia, “nas duas alas toda a trama das forças subterrâneas que abateram os heróis”. Explicitava também que “todos os processos de atuação do Komintern, que culminaram na sangueira que, infelizmente nos foi dado presenciar, estão aí cuidadosamente expostos”, uma vez que, aparecia “de

²⁹ A NOITE. Rio de Janeiro, 12 dez. 1938, p. 2.

³⁰ NOVAS DIRETRIZES. Rio de Janeiro, jan. 1939, p. 47-48.

um lado, o preparo, o insuflamento da revolta, o envenenamento da mocidade e da juventude, para a brutalidade da revolução – do outro, os resultados”. Para a revista, “o que mais impressiona em todo o conjunto é a formidável soma de esforços para a organização do assalto violento ao poder, contrastando com a negatividade dos fins alcançados”, de maneira que, “para tão mesquinha obra, o emprego de tamanhos esforços seria um absurdo, se já não constituísse por si mesmo, um crime”.

Em seguida, a publicação passava a tratar do país europeu no qual o comunismo fora instalado, trazendo apreciações profundamente negativas. Nessa linha, a revista afirmava que “a Rússia, que os propagandistas do credo vermelho nos apresentam como um modelo de organização”, a partir da Exposição, “é posta no seu verdadeiro estado caótico, onde predomina a mão de ferro de Stalin”, opinando que “o crê ou morre nunca teve em nenhuma época uma aplicação tão feroz”. Referindo-se aos registros iconográficos, *Novas Diretrizes* comentava que “a fotografia de montões de cadáveres, em todas as posições, mostra que na pátria soviética, a morte não escolhe posição nem lugar para seu himeneu trágico”. Além disso, defendia que, “a famosa planificação da economia russa esboroa-se também ante os documentos fotográficos da incapacidade de criar e de construir”.

Mantendo a pauta calcada na Rússia, a revista afirmava que as fotografias expostas estariam a trazer algo “pior ainda”, já que “os homens brutalizados pelo ideal do materialismo grosseiro, pegam da delicada massa plástica da inteligência infantil, e nela modelam, com as mãos tintas de sangue,

o vazio da sua concepção de vida”. Dizia ainda que seria “de revoltar, por exemplo, o cartaz de propaganda antirreligiosa lá exposto, onde se vê um menino espezinhando as doces lendas do Natal e da Páscoa, ao mesmo tempo que exclama não querer mais saber dessas mistificações”. O periódico buscava demarcar que “a Exposição não deixa que o visitante pense que somente na Rússia se faz tal atentado contra os que despontam para a vida, e que terão todo o direito de viver uma vida melhor do que a nossa”, argumentando que “a distorção da mentalidade infantil é feita sob forma sistemática em todos os países que admitem a propaganda comunista”. Nessa linha, citava as “paradas da juventude comunista”, que seriam “mostradas em todas as grandes cidades do mundo, num aspecto revoltante de abuso da inexperiência e da falta de julgamento dos jovens”.

Levando em conta essa versão, *Novas Diretrizes* dizia que “a maior lição que nos dá o Estado Novo” estaria vinculada à “sua faina de combater o envenenamento do povo pelas ideologias extremistas”, ainda mais naquele “momento em que o nosso país está sendo procurado por aqueles que não mais podem viver nas suas pátrias de origem pelas tendências criminosas que demonstraram”. Em tom alarmista, a publicação declarava que “todo o cuidado será pouco para evitar que elementos aparentemente sadios venham continuar em nossas terras, as atividades subversivas a que se acostumaram”. Voltando a descrever tópicos da mostra, a revista destacava que “as duas grandes vítimas da revolução bolchevista na Rússia, o camponês e a religião, comparecem ao pavilhão de propaganda anticomunista para fazer o seu depoimento silencioso e

justiceiro”, passando a descrever “a fisionomia triste e resignada do ‘mujik’, que acaba de ser expropriado do seu pequeno pedaço de terra”, o qual parecia “contemplar os quadros das igrejas vandalizadas, das imagens profanadas e dos templos transformados em refeitórios”. A partir de tais considerações, o periódico concluía, apontando para os registros fotográficos sobre “as ruínas do quartel do 3º Regimento, do Regimento de Aviação”, que levariam à compreensão de que “tal devastação enquadra-se perfeitamente dentro do panorama idealizado por aqueles que procuraram submergir todas as conquistas humanas num aviltante sistema de escravidão”.

Na edição do DNP a respeito da mostra estado-novista houve um segmento específico destinado à Exposição Anticomunista, inclusive com uma página especial para anunciar tal pavilhão. Essa mesma publicação informava que, “ao incluírem no plano da Exposição Nacional do Estado Novo o Pavilhão Anticomunista, com impressionante documentário sobre as atividades bolchevistas no mundo inteiro, e de modo especial no Brasil, os organizadores” daquele “memorável certame, aproveitando a oportunidade que se lhes deparava, levaram a efeito uma das mais expressivas propagandas contra o credo vermelho até hoje levadas a efeito deste lado do Atlântico”, de modo que teriam demonstrado “cabalmente, pela simples comparação entre aquele Pavilhão e os demais, quanto pudemos realizar num regime antagônico àquele que escravizou o povo russo”³¹.

³¹ EXPOSIÇÃO NACIONAL DO ESTADO NOVO. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Propaganda, 1939. p. 66.

A
EXPOSIÇÃO
ANTI-COMMUNISTA
NA
EXPOSIÇÃO NACIONAL
DO
ESTADO NOVO

O texto referente ao Pavilhão Anticomunista na publicação organizada pelo DNP acerca da Exposição Nacional do Estado Novo não adquiria o caráter de catálogo expositivo das peças destacadas na mostra. Seu conteúdo era muito mais doutrinário e até dogmático no combate a um dos inimigos figadais do regime estado-novista, representado pelo comunismo. A construção textual buscava legitimar-se a partir da utilização de documentos, mormente os capturados a partir do processo repressivo, bem como intentava apresentar um certo devir cronológico da evolução do movimento comunista no Brasil, desde os anos 1920 até a instauração do Estado Novo. A base discursiva, entretanto, era calcada na procura da desqualificação do adversário, de modo que toda a argumentação acabava por centrar-se na premissa de que o Partido Comunista (no original por vezes grafado com maiúsculas e, em outras em minúsculas) não constituía uma agremiação nacional e sim internacional, a serviço da União Soviética – tratada sempre como Rússia –, assim como na recorrente denúncia quanto aos “males” que o “perigo vermelho” poderia trazer para o país.

Esse segmento voltado ao Pavilhão Anticomunista também apresentava características bastante diferentes da primeira parte da publicação, destinada a mostrar a Exposição Nacional como um todo. Nesta, prevalecia o modelo tradicional do aparelho ideológico-propagandístico estado-novista, ou seja, divulgar ao público as propaladas “realizações” do grupo dirigente do país desde 1930, com ênfase às efetivadas durante o Estado Novo. Já naquela, predominava o embate ideológico de ferrenha oposição ao comunismo, de modo que o caráter propagandístico deslocava-se da publicidade governamental tradicional para o

embate contra o adversário. Nessa linha, foram várias as inserções que buscavam imputar ao movimento comunista múltiplas qualificações negativas, de maneira a criar junto aos brasileiros um clima de receio quanto ao mesmo. Havia no texto também a preocupação de tentar comprovar as fraquezas, as dissensões internas e o pouco apelo popular do comunismo no Brasil, bem como enfatizar as ações governamentais voltadas à implementação da legislação trabalhista como verdadeiros anteparos contra o avanço comunista.

Dentre as tantas adjetivações pejorativas imputadas ao comunismo, algumas podem ser destacadas como:

- o “terrível trabalho das ‘minorias ativas’”;
- a “obra corrosiva de terríveis resultados” da imprensa comunista;
- o “chefe extremista que pretendia dissolver violentamente as bases da nossa civilização”;
- a ação “de tentar iludir as massas”;
- a “máquina da força comunista”, que visava “a subverter as instituições e derrubar o governo legal, para lançar o país na anarquia das lutas e dissensões internas”;
- o “campo estava até então isento da contaminação comunista”, e para eles “era necessário infectá-lo”;
- a “fidelidade à revolução, em cujo nome tantos crimes têm sido barbaramente cometidos”;

- o Partido Comunista “desligava-se da agitação e do contato com o povo, tornando-se, cada vez mais, um grupo de iluminados, com ares místicos”;
- tratava-se do “engano de um partido divorciado da população, julgando ver realidades comunizantes onde havia um descontentamento, uma ansiosa expectativa por melhores dias”;
- o “descontentamento popular, visto através das lunetas esfumaçadas pela loucura partidarista do comunismo, parecia aos bolchevistas uma perspectiva de vitória próxima, entretanto, estavam tão distantes da realidade que nem lobrigavam”;
- a “expressão eleitoral de sua força era quase nula”;
- os comunistas sustentavam “delirantes projetos”;
- o “anteprojeto de Constituição comunista corresponde a uma tendência violenta e absolutamente esquerdista do movimento”
- o Partido Comunista era desligado da massa;
- os documentos “ratificariam a constatação feita pelas autoridades” a respeito da “interferência do Komintern nos assuntos internos da vida nacional”;
- a partir da ação comunista, “cresce, em audácia e impudência, o movimento subversivo”;
- o “país todo está alarmado” com “os perturbadores da ordem pública” e suas “furiosas manifestações subversivas”;

- a Aliança Nacional Libertadora tinha uma “força desconjuntada” e “sofria do mal de gigantismo”, pois “atraíra muita gente, com a sedução das suas promessas e do seu programa mirabolante”, entretanto, “não encontrava quadros organizados para a vida ilegal”;
- o Partido Comunista era “treinado na ilegalidade, conhecedor dos truques e manejos da ação conspirativa”;
- o “plano confusionista dos adeptos de Moscou” buscava “implantar no Brasil uma ditadura nos moldes da que vigora na Rússia”;
- durante as revoltas de novembro de 1935, houve “saques e ações delirantes”, que “desmoralizavam o movimento”, ficando revelados “detalhes de barbaridade inaudita”;
- o Partido Comunista pretendia “criar ‘regiões soviéticas’, nas quais se pudesse, paralelamente à luta armada, organizar centros de resistência, criando as condições necessárias à manutenção do seu regime”, de modo que, assim, “trocariam a agitação estéril pela sangrenta movimentação da guerra civil”;
- o “P.C. é seção brasileira de uma organização internacional”;
- o “Brasil não se tornou presa das forças de subversão da ordem social, e está pronto para resistir a qualquer nova tentativa, notadamente pela sua luminosa legislação trabalhista, que afastou o operário da miragem moscovita e pelo cuidado com que saneou a direção dos sindicatos trabalhistas”.

De acordo com texto destinado a explicar a presença do Pavilhão Anticomunista, “os organizadores da Exposição Nacional do Estado Novo incluíram no programa da grande exibição de realizações nacionais um extraordinário mostruário sobre o comunismo”, no qual figurara “farta documentação fotográfica relativa às desordens comunistas no mundo, à miséria na U.R.S.S. e ao levante de 1935 no Brasil”. Ao lado desta, teriam sido também inclusas na “impressionante exibição, centenas de documentos e fotografias, panfletos, monografias, cartazes, bandeiras e outros elementos de agitação e propaganda do comunismo no Brasil”. Havia a indicação de que “o povo acompanhou com interesse a demonstração anticomunista efetuada em pavilhão especial”, o qual possuía “peças de alto valor documentário”. Em conclusão a edificação textual concernente à mostra anticomunista, dizia que procurara “organizar os primeiros subsídios para a história do comunismo entre nós, completando a valiosa obra de esclarecimento iniciada com a exibição de documentos impressos, autografados e fotográficos”, apresentada na Exposição Nacional do Estado Novo.

Finalmente, no que tange às imagens alocadas em referência ao anticomunismo na publicação do DNP acerca da Exposição Nacional do Estado Novo, também prevaleceu a natureza doutrinária, fundamentalmente vinculada à criação de uma versão dicotômica na edificação dos estereótipos do aliado e do inimigo. Tais representações iconográficas faziam efetivamente parte da mostra, tanto que a própria edição em pauta destacava que “todas as fotografias e cartazes deste estudo são reproduções de parte do material exibido no

Pavilhão Anticomunista”. Nesse conjunto imagético havia várias inserções de cartazes, panfletos slogans e capas de periódicos comunistas, denunciados como “o veneno das palavras e das imagens”, bem como se faziam presentes diversos retratos de membros do partido e de participantes das revoltas de novembro de 1935, no sentido de levar ao conhecimento da população as faces daqueles que eram considerados como adversários. Por outro lado, houve a incidência de registros a respeito de destruições que teriam sido promovidas a partir da rebelião comunista, bem como o enaltecimento e a heroicização dos militares que lutaram em nome da causa legalista. Apareceu também o cuidado especial em ressaltar um projeto de constituição comunista, cujas determinações, segundo a visão governamental, estariam completamente em desacordo com as tradições da sociedade brasileira. Uma peça importante da mostra foi uma bandeira nacional, que teria sido idealizada pelos comunistas, substituindo na esfera a cor amarela pela vermelha e o lema “ordem e progresso” por “pelo Brasil comunista! pela revolução internacional”, trazendo consigo a ideia de plena ruptura em relação aos símbolos nacionais, tratados pelo regime como emblemas imutáveis, símbolos da fé patriótica e dos princípios cívicos de todos os brasileiros. Assim, tais imagens complementavam a composição textual na realização do intento governamental voltado a denegrir o movimento comunista e qualificá-lo como perigoso e incompatível com os brasileiros.

#####

A EXPOSIÇÃO ANTICOMUNISTA

Não se pode pretender desvendar a história do comunismo no Brasil, como em nenhum lugar se pode conhecer a história de um movimento político, sobretudo em se tratando de movimentos de caráter subversivo, analisando apenas seus boletins de agitação, seus jornais de propaganda ou suas afirmações exteriores. É necessário conhecer as análises internas, feitas com a maior objetividade possível, às vezes até isentas de paixão partidária, sobre as quais assentam as resoluções que determinam as modalidades da ação política, conspirativa, perniciosa às instituições. É indispensável levar em conta esse fundamento, que se encontra no subsolo da construção política de tais movimentos, para que se possa compreender por que motivo, em face de determinada situação, seus adeptos agem e reagem de determinado modo. Há uma lógica em suas ações, cujo desenvolvimento só se pode apreender, em toda sua extensão, conhecendo o desenrolar dos acontecimentos internos do Partido Comunista e as causas das suas sucessivas mudanças de tática. O contrário, será sempre encontrar argumentos capazes de contradição, e na base desses argumentos, dirigir uma ação repressora de efeitos reduzidos ou mesmo contraproducentes.

Por isso, o conhecimento da história do comunismo no Brasil, nas linhas gerais da sua evolução, é indispensável a quem queira combatê-lo. Essa história não deverá ser procurada apenas nos boletins e nos cartazes, mas na essência

dos acontecimentos, nas resoluções dos seus Congressos nacionais e internacionais, nas instruções dos seus chefes e na maneira pela qual foram executadas essas instruções; nos recuos táticos e nas avançadas fulminantes; nos desvios e nas crises; nas dissensões e nas “autocríticas”. É preciso levar em conta que estamos lidando com a história de um partido cujo fundador – Lenin – considerava todos os meios utilizáveis, justificados pelos fins que ele se propunha atingir; um partido cuja lógica consiste em encarar com “oportunismo revolucionário” cada etapa da situação política; capaz de grandes recuos, de manobras diabólicas e de avanços súbitos, em face de uma situação favorável.

deixamos de parte, neste exame, a análise da questão comunista no mundo, com sua complexidade, para encarar apenas o estudo do aparecimento, desenvolvimento e crise do comunismo no Brasil. Evidentemente, a ocorrência de fatores de ordem internacional não poderá ser desprezada, tanto mais quanto se trata de um partido que obedece a uma orientação internacionalista. Será, entretanto, sempre em função do caso brasileiro que nos ocuparemos da questão do comunismo. Outro critério forçaria digressões absolutamente inadequadas, misturando questões já conhecidas, com outras absolutamente inéditas – como é o caso da história do comunismo no Brasil.

Na verdade, em nosso país o fenômeno comunista ainda não teve quem o encarasse sob um ponto de vista objetivo, procurando melhor conhecê-lo, para melhor combatê-lo. A partir de 1935 encontramos um vasto manancial, seja nos arquivos do Partido Comunista, apreendidos pela polícia, seja nas revelações que repontam dos processos julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional,

instituído para julgar os crimes políticos. Esse copioso material, constante de documentos até então desconhecidos, e de cópias de manifestos e de resoluções já esquecidas, às vezes, entre os numerosos apelos e as inumeráveis análises políticas empreendidas pelo Partido Comunista, está por ser estudado. Ainda não houve quem, aproveitando o seu caráter informativo, e reunindo a essa documentação outros materiais de diversa procedência, pudesse examinar a questão sistematicamente, ao menos com um esboço de organização. Do ponto de vista nacional, esse histórico é urgente; já estamos em tempo de levá-lo a efeito, para que possamos aprender a lição que os passados acontecimentos nos deixaram. Do ponto de vista internacional, é inestimável o seu valor, dado que não se pode restringir o exame de um fenômeno mundial a um simples relato limitado no tempo e no espaço.

Eis aí porque, ao mesmo tempo renunciando ao histórico das origens do comunismo como ideia e como forma de ação política, e focalizando a história do comunismo no Brasil, nas diversas etapas da sua ação como organização política, como influência ideológica e como ação subversiva, pretendemos realizar a primeira tentativa de uma história do comunismo no Brasil – aparte, é claro, aquelas empreendidas pelos próprios comunistas, que torciam da maneira mais conveniente aos seus interesses partidários a verdade dos fatos e o sentido dos acontecimentos.

A ORIGEM DO COMUNISMO

A repercussão da Grande Guerra no Brasil foi muito maior do que à primeira vista se poderia julgar. Não apenas alterando o ritmo da vida das nações, quer nos seus aspectos estritamente internos, quer na sua projeção internacional, assim como nas relações que entre si vinham mantendo as nações civilizadas. Mas, sobretudo, porque a modificação violenta da vida nacional, econômica, política, cultural, em todos os seus aspectos, estourando todos os quadros, mesmo os mais amplos, ultrapassando toda medida, mesmo a mais folgada, determinou uma nova atitude psicológica em relação aos fatos da vida social. De alto a baixo essa modificação se processou, com maior ou menor intensidade.

A social-democracia, cujo principal postulado, razão de ser da sua existência, era a paz, aderiu à guerra com razões que fariam estremecer o próprio Jaurès, se esse chefe do socialismo não tivesse, antes da catástrofe, pressentido o que ele chamaria “a traição” da II Internacional. “O capitalismo leva em si a guerra, como a nuvem leva a tempestade”, dissera Jaurès. Poder-se-á dizer que Jaurès, vivo, era a personificação de um Serajevo do socialismo. Se para a máquina da guerra o atentado de Serajevo foi um pretexto à conflagração, para as mãos abertas da paz o pretexto foi o atentado de Paris. Morto Jaurès, já nem as reuniões de socialistas alemães e franceses surtiram efeito. O que marchava, flamejante, era o espírito da guerra. E os mais entranhados pacifistas inclinavam-se à sua passagem, vencidos, alguns, mas não convencidos; entusiasmados, quase todos, alistando-se para a trincheira, ao grito da união

nacional. Desmoronava-se o pacifismo imprevidente da II Internacional, e, com ele, a própria e tão sonhada fraternidade dos povos. Já ao ronco dos primeiros canhões, no Congresso de Zurique, um homenzinho do Cáucaso afirmava “a falência” da II Internacional e lançava as bases de uma nova força de extraordinário poder subversivo, sucessora da II, herdeira direta daquela que fizera, um dia, a Comuna de Paris.

Durante a guerra, uma experiência feita em sangue, por entre os gemidos e os canhoneios, propunha as primeiras dúvidas acerca da utilidade do massacre. A princípio obscuramente, nos protestos isolados de algumas vozes, depois seguidas por multidões cansadas de brigar sem saber exatamente por que, esse movimento pró-paz se alastrava. Na Rússia, ele serviu de pretexto à revolução democrática de Kerenski, logo empolgada pela aventura bolchevique. A paz de Brest-Litowski foi a credencial que os bolcheviques ofereceram às massas, sacrificando territórios, suportando a derrota diplomática para encontrar, na política interna, fórmulas novas da sua vitória. Nas trincheiras, já os soldados confraternizavam. As tropas mandadas para combater, recusavam-se, algumas, ao combate. Chegara-se a um ponto de saturação, no qual as fanfarras já não mais influíam. A mobilização dos espíritos chegara ao máximo. A propaganda dos lemas de Civilização, Justiça, Liberdade, já não comovia as massas. O mal da propaganda, disse alguém, é não saber parar a tempo. Realidades novas surgiam da profundidade, com ímpeto irresistível.

O armistício veio como uma inundação de felicidade. Passada a primeira hora de embriaguez, quando deliravam multidões nas ruas, recompõe-se a

ordem jurídica. Verifica-se então que tudo fora subvertido. O mundo desumanizara-se. Aquelas forças obscuras que na Rússia, por uma série de fatores, chegaram à revolução e à guerra de classes, viviam em todos os países, reclamando um lugar ao sol. A tentativa dos “spartakistas” na Alemanha, os soviets de Rakosi na Hungria, assim como, pouco depois, o Kuomintang chinês; as perturbações na Itália, as façanhas libertárias em Portugal, por toda parte as investidas de um novo socialismo, agressivo, renunciavam a universalização da guerra social, em suas mais agudas modalidades.

A atitude do homem, quer isolado, no seu critério em face dos acontecimentos, quer em conjunto, na sua vida em sociedade, modificara-se profundamente. Ao otimismo *bom-enfant* que celebrara entre festas e esperanças a entrada do século XX, profetizando uma era de progresso ininterrupto e de geral prosperidade, substituía-se sob a pressão de uma dura e ardente realidade, a amargura e a visão impiedosa dos acontecimentos. A resignação passou à categoria dos sentimentos desprezíveis. A rebeldia reverteu ao domínio público. Cada injustiça sobressaía então como um atentado aos que voltavam de encarar a morte. Todos queriam viver, intensa e furiosamente. Tudo lhes parecia errado: seu otimismo, sua ingenuidade, seu ar descansado e passivo. Exasperavam-se as paixões e erguiam-se, em movimentos ameaçadores grandes massas encabeçadas por grandes agitadores. A guerra não fora em vão. As modificações que ela acarretara prolongavam-se em todos os caminhos da vida social. A paz estava envenenada. Perdera-se a gratuidade da vida antiga.

Os socialistas, descendo das suas ilusões ao terreno do combate com a realidade, deixaram-se vencer pela força dessa mesma realidade inexorável. Os bolcheviques que surgiam em um ponto da terra com sua “lógica de ferro”, sua crueldade terrivelmente lúcida, sua revolução planificada, passo a passo, modernizando da pior maneira a máxima já aproveitada antes na história política dos povos por Maquiavel e Loyola – “Os fins justificam os meios” – esses bolcheviques, de cuja ferocidade tudo se esperava, estavam ainda ilhados do resto do mundo, resistindo furiosamente ao bloqueio, realizando, a golpes de audácia e à força de crimes contra todos os preceitos vigentes, a implantação da sua ditadura. Não estavam explicados. Eram uma incógnita. Os mais avançados conhecedores das doutrinas políticas desnorream ante a aplicação que vinham tendo na Rússia a utopia de Platão e o programa de Babeuf. Esse produto “da economia política inglês, do socialismo francês e da filosofia alemã”, condensado no Manifesto de 48, era agora, posto em termos de ação política, um monstruoso enigma proposto ao mundo, que o conhecia por vagos e indecifráveis telegramas.

Restavam então os anarquistas e anarcóides de todos os matizes e tendências. Florescendo na literatura, fazendo rápidas e inconsequentes incursões na política (*devemos frisar que estamos analisando a questão em função do caso brasileiro*), esplendendo nos paradoxos de café e nas redações e oficinas gráficas, os anarquistas teóricos pintavam o mundo irreal dos seus devaneios. Em alguns países, chegavam à realidade brutal e inócua dos

atentados. Aqui, vestiam-se pelo figurino anarquista, dispensando o punhal e a bomba – salvo um caso ou outro, quase acidental, se assim se pode dizer.

Mas a modificação econômica, cultural e política determinada pela grande guerra, encontraria repercussão imediata no Brasil. a perturbação social era o tributo que o progresso nos impunha. Não só através de pessoas que aqui chegavam, como através de ideias que não passavam nas alfândegas, uma nova atitude crítica se delineava numa vanguarda intelectual e numa vanguarda trabalhista; tornava-se premente e necessário, para eles, “fazer alguma coisa”. Exagerando a pintura da realidade brasileira, algumas vezes, e outras vezes retratando com certa objetividade a nossa realidade até então mal conhecida, essa vanguarda passava da ideia à ação, procurando organizar, aliciar, propagar seus objetivos de radical transformação da sociedade moderna. Suas fórmulas não poderiam ser mais vagas. O anarquismo caracterizava-se, aliás, pelo vago das suas proposições, sempre que se trata de alguma ação construtiva. Mas no terreno do combate, na negação violenta e às vezes eloquente dos postulados da nossa forma de organização social, sua combatividade surtia efeito, porque falava uma linguagem cara aos ignorantes e aos esperançosos – esses dois elementos da movimentação política – os que esperam, e os que não sabem. Aos que já possuíam algumas luzes, a antevisão de um futuro apoteótico, de universal fraternidade por entre barretes frígios, bailes públicos e guirlandas, surgia como uma grande possibilidade literária: era a fórmula do tempo, para aquela antiga tendência à utopia, que caracteriza o intelectual. Não percebiam exatamente como se havia de processar essa transformação. Entretanto, se em

relação aos meios de execução dessa regeneração da humanidade variavam as opiniões, extremando-se nas mais acesas polêmicas, num posto estavam todos de acordo: a necessidade da destruição dos quadros vigentes. O processo de revisão de valores, que se efetuava como consequência da guerra, favorecia essa atitude crítica de negação, de violenta demolição.

No caso particular do Brasil, certas circunstâncias contribuía para isso.

Sabe-se que cada regime, ou melhor, cada forma de direção dos negócios que afetam o interesse dos povos, possui uma plataforma filosófica, que lhe assegura continuidade e coerência. No Brasil, tivéramos uma tentativa de assentamento ideológico num movimento político, com a República: o positivismo. Mas cedo, distanciando-se do comum das gentes, reduzindo-se a uma elite e logo descambando para o terreno religioso, abandonando paulatinamente as posições que conquistara no governo da coisa pública, o positivismo perdeu sua força inicial e se esfarelou. Desde então não mais tivemos um fundamento filosófico norteando a ação dos movimentos políticos. Essa deficiência, cujas consequências profundas iremos encontrar, mais ou menos, em toda a história da nossa evolução política, acentuou-se antes e durante a guerra, como uma desesperante incapacidade de coerência e de continuidade. Fugíamos a todo contato com a realidade, porque não tínhamos a arma da filosofia, necessária a qualquer interpretação, errada ou certa, dos fatos da vida social. Ignorávamos a nossa realidade, disfarçando-a com belas palavras. Por isso mesmo, mais expressiva se tornava, e mais atraente, a crítica cerrada e maciça dos vanguardistas mais ou menos anarcóides de então. Errada

ou certa, era uma filosofia que lhes dava impulso e fundamento. Certa, teria construído um corpo organizado. Errada, com foi, como não podia deixar de ser, diluía-se na gritaria demagógica, sem nenhuma possibilidade de fixação.

Mas ainda que instável, vaga e contraditória, era uma crítica. Era um apelo à realidade, forçando a realidade. Era, em todo caso, alguma coisa nova num horizonte que já nos habituávamos a desconhecer, de tanto menosprezá-lo. As palavras candentes dos primeiros propagandistas, enfarpeladas na roupagem colorida das hipérboles, das comparações absolutas, das análises unilaterais e brilhantes, encontraram bom termo. Era um terreno baldio, esse, sem muros, sem cultura, sem construção. Os primeiros que subiram ao muro para “falar às massas” encontraram, por isso mesmo, quem os ouvisse. Era preciso “fazer alguma coisa”, certa ou errada, mas em todo caso, fazer alguma coisa. Vieram os anarquistas fazer errado. Encontraram eco suas palavras, no silêncio em que vivíamos, embalados pela monotonia das frases ocas e pelo balbuciar positivista, já então transformado num sussurro quase imperceptível.

Cedo se fez notar esse movimento. Desde fins de 1917 e durante todo o ano seguinte, o operariado brasileiro foi vastamente sacudido no calor da propaganda radical. A consequência foi a onda de greves que se alastrou pelas principais cidades do país. De cada greve nascia, com mais um argumento, um novo impulso à organização sindical em ascensão. Desde logo duas tendências dominavam a organização e o movimento operário: a tendência revolucionária, orientada por militantes anarquistas (principalmente na indústria de produtos

de consumo e pequenas indústrias) e a tendência conservadora, orientada em geral por elementos ligados ao governo – especialmente no setor de transportes.

O DESENVOLVIMENTO DO COMUNISMO

Os anos de 1919 e 1920 marcam o auge da efervescência nessa fase de ascensão do movimento operário. Sem saber ao certo o que pretendiam, as massas operárias tinham uma bandeira em torno da qual podiam propor seus problemas. E isso era um início, diziam os responsáveis pela agitação. Os elementos radicais ganhavam terreno, suplantando os conservadores e moderados na direção dos sindicatos e associações operárias. Sobretudo, porque aqueles agiam, enquanto esses, pretendendo-se conservadores, eram apenas espectadores. Quanto aos moderados – que erradamente são chamados indiferentes – faltava-lhes direção ideológica para qualquer ação que pudesse estabelecer equilíbrio construtivo entre a fúria de uns e a frouxa resistência dos outros. Se se pudesse comparar sua posição com a de uma força natural, a comparação seria esta: os moderados, que eram maioria, ficavam como aquela parte do mar comprimida entre a mole do cais e o casco do navio.

O Congresso Sindical reunido em 1920 demonstrou a força crescente dos radicais. Antes, no seu jornal *A Plebe*, os anarquistas procuravam congregar todos os que divergiam da situação existente, propondo a realização de um congresso (1918). Agitadores estrangeiros eram presos e expulsos. Em torno dessas expulsões tomavam vulto as campanhas de repercussão popular, cujos

ecos chegavam até o Parlamento. À ação destruidora dos radicais, os conservadores nada mais opunham, além de tentativas de negação violenta, intermitentes, entrecortadas de períodos de complacência e de crises de fúria repressora. À destruição que uns preconizavam não se opunha a construção que outros poderiam realizar. E ambas essas forças, a que mantinha e a que negava o direito de manutenção, negando até a existência do Estado, operavam em terreno praticamente desconhecido de ambas. O Brasil era o grande desconhecido, cujo descobrimento estava por fazer. Nesse sentido, os embates de correntes políticas, sempre que não terminavam nas farsas eleitorais, eram crises úteis, no processo de desenvolvimento de uma consciência política nacional. Mas a farsa eleitoral era por de mais frequente, e para ela convergiam quase todos os esforços. Pouco tempo sobrava ao contato com a realidade dos problemas nacionais. Por um longo período, a famosa “realidade brasileira”, a qual todos se referem, seriam a mais renitente das nossas incógnitas.

O Congresso Sindical de 1920 marcou um passo à frente na organização das forças radicais. Ali, os moderados e conservadores, para não perderem as posições, tiveram de acompanhar a onda.

Que onda era essa? O anarquismo?

Não. A revolução russa já projetava, nos sonhos dos descontentes de todos os países, a sua sombra – que a eles parecia uma alvorada. A sangrenta experiência bolchevista já tomava, para eles, aspecto de resultado definitivo. Ajudava-os nessa ilusão a incapacidade que os anarquistas demonstravam na ação. Puramente ideólogos, vivendo de suas abstrações como o seu pão de cada

dia, os anarquistas não encontravam, em terreno firme, aquelas ondulações propícias à sua imaginação desregrada. Para dar corpo às desencontradas aspirações da minoria perturbadora, ansiosa por um cataclismo social capaz de modificar radicalmente a estrutura atual da sociedade, espalhou-se pelo mundo a propaganda do soviétismo – que fora a fórmula política encontrada por Lenin para realizar na prática os sonhos comunistas – precedidos de uma fase ditatorial que, afinal, se eterniza... Assim, além da influência da revolução russa, onde se entrava, por entre combates, fuzilamentos e decretos enérgicos, na fase do “comunismo de guerra”, a alteração para mais, no movimento esquerdista no Brasil, deve-se à incapacidade do anarquismo sempre que se trata de mobilizar as massas. Movimento de hipertrofia individualista, apenas a indivíduos isolados se dirige, acordando os instintos antissociais que mais ou menos vivem em cada um, sob forma obscura e latente. Mas para congregar esses instintos, prepará-los, mobilizá-los, através da agitação sistemática e da propaganda, com todos os seus recursos de atração e persuasão, o anarquismo não encontrara (como não encontrou, depois), nenhuma fórmula. Faltava-lhe estrutura orgânica. Não era o sangue que lhe faltava; eram os ossos...

ECLOSÃO DA IDEIA COMUNISTA

Os princípios marxistas, em teoria, já haviam surgido no Brasil, por vezes isoladas. Alguns escritores, que procuravam Hegel, encontraram Marx, esse deformador do hegelianismo. Mas foram vozes isoladas, descontínuas, sem permanência. Agora, porém, em 1920, era algo mais sério. O anarquismo

encontrava seu fim, como ideologia dominante e dirigente. Há pouco tempo, depondo na polícia, declarou um antigo chefe anarquista: os últimos anarquistas do Brasil, que não aderiram ao comunismo, aderiram aos partidos burgueses. Apenas uns poucos ainda se encontram, para conservar e fazer “pic-nics” (*sic*). É uma confissão expressiva. Em 1920 decidiu-se o rumo da agitação social no Brasil, fazendo-se o processo e liquidação do anarquismo.

O ano de 1921 foi relativamente calmo. Período da revisão de valores ideológicos e de reagrupamento de forças. Chefes anarquistas estudam apressadamente as obras de Lenin, especialmente *O Estado e a Revolução*, naquelas edições de capa vermelha, publicadas pela editora “L’Humanité”, o antigo jornal de Jaurès. Professores, jornalistas, estudantes e operários, especialmente de tecido, atiraram-se com sofreguidão à leitura dos folhetos libertários. Fundam-se os grupos comunistas.

Que eram os grupos comunistas? Núcleos de simpatizantes da causa soviética, impressionados pela transformação, que parecia ser mundial, constituíam-se em grupos, destacando-se os antigos militantes anarquistas. Era o tempo em que no Centro Cosmopolita do Rio de Janeiro, um antigo anarquista, depois vereador comunista na capital do país, e hoje residente em Moscou, fazia conferências entre “a grande pátria de Gogol e Dostoiévski”, com entradas pagas, “revertendo a importância dos ingressos e coletas em benefício das vítimas do terror branco na Rússia”.

O primeiro Grupo Comunista organizado, manifestando às escancaras suas simpatias pela III Internacional foi fundado em Porto Alegre, no primeiro

semestre de 1921. No fim desse ano, com a organização do Grupo Comunista do Rio de Janeiro (precisamente em novembro), teve o movimento certa expansão. Depois de entendimentos com elementos isolados existentes nos Estados, foram organizados, por influência do Grupo do Rio de Janeiro, outros grupos em S. Paulo, Pernambuco, Minas (Juiz de Fora), Estado do Rio, etc. Tomou assim o movimento certo caráter nacional, sistemático e articulado, sob o influxo do estímulo russo.

Cedo se fez sentir a necessidade de um órgão que fosse, por assim dizer, o breviário do movimento comunista. Era necessário encontrar um corpo de doutrina e um princípio de ação conjunta, para esses grupos isolados, sem o que cedo se esfacelariam, nos “desvios” e “erros de tática” – que tanta importância possuem para os comunistas. (É sabido que Lenin estudou os princípios da arte militar, comentando abundantemente Clausewitz e outros teóricos da guerra, para aplicá-los à revolução).

O PRIMEIRO CONGRESSO

É claro que o movimento comunista não possuía nenhuma profundidade, nem penetrava nas massas. Era um movimento vagamente de vanguarda; mas uma vanguarda que em meio às leviandades das suas análises sobre o Brasil, assentadas em bases completamente falsas, distinguia-se por uma tenacidade digna de nota. A tenacidade explica, em grande parte, a sobrevivência desses grupos, que, por deslocados e inúteis, destinaram-se ao desaparecimento.

A publicação pela qual tanto esperavam os componentes dos grupos foi o mensário *Movimento Comunista*, primeiro órgão comunista brasileiro, declaradamente partidário da III Internacional.

Processa-se, então, a articulação dos diferentes grupos. Culmina essa conjunção de pequenas forças esparsas, sem grande valor fora do seu círculo, na organização do Primeiro Congresso Comunista, realizado em abril de 1922, no Rio de Janeiro. O resultado desse Congresso foi a unificação dos grupos comunistas e constituição do Partido Comunista do Brasil, organização nacional centralizada dos grupos existentes, logo filiada à Internacional Comunista com a denominação “Partido Comunista do Brasil, Seção Brasileira da Internacional Comunista”. Tomaram parte no Congresso delegados dos grupos do Rio, Niterói, Petrópolis, São Paulo, Santos, Cruzeiro, Juiz de Fora, Recife, Porto Alegre, etc. Sendo composto, em grande parte, de intelectuais, também contava com os delegados operários, como por exemplo de Niterói, Cruzeiro (ferroviários), Juiz de Fora, etc.

AMBIENTE NACIONAL

O ano de 1922, em que se realizou, como vimos, o primeiro congresso comunista, foi também o ano do primeiro 5 de julho, isto é, do movimento político-militar conhecido em nossa história política como “Revolta dos 18 do Forte”. O episódio dos 18 do Forte de Copacabana foi, aliás, o fim de uma trama rebelde mais vasta. Enchia-se o Brasil de conspirações e de focos de perturbação

revolucionária. Eram os ecos das agitações de pós-guerra, repercutindo no descontentamento geral da população. A política nacional entrava numa fase grave, de ebulição crescente, alimentada pela crise econômica em desenvolvimento. Por isso mesmo, o ambiente era propício ao desenvolvimento do comunismo, que encontrava condições para crescer em meio à confusão. O recém-criado partido comunista procurava criar raízes na massa popular, afirmando-se como “partido da classe operária independente”. Toda a sua atividade – podíamos dizer: suas manobras táticas – visavam ao mesmo objetivo: conquistar, teórica e praticamente, o posto de partido dirigente da classe operária.

Mas de tal maneira estava o comunismo afastado da realidade e tão diminutas eram as suas forças, que o excelente momento de ação, que foi a revolta de 5 de julho, encontrou o partido comunista completamente desprevenido. Colheu-o de surpresa. Como sempre acontece, evitando o imprevisto, o partido se encolheu desorientado. Sua publicação, o *Movimento Comunista*, desapareceu, levada na voragem das crises, crise de numerário, crise de edição, crise de direção ideológica. Os próprios chefes não sabiam o que dizer diante das perturbações que alteravam o ritmo da política nacional, dando-lhe violentos e desencontrados empurrões.

O partido comunista vinha se constituindo de acordo com as mais conhecidas regras de formação partidária dos partidos vulgares, por ele chamados “burgueses”. Não estava habituado ao choque, nem aos imprevistos da ação política. Agia legalmente, pregando contra a lei, prevalecendo-se de

pequenos detalhes para armar a sua gritaria. Não tinha a capacidade orgânica para resistir a um embate violento, daquela violência que os seus oradores preconizavam. O “estado de sítio”, então declarado, raspou, de passagem (pois não era declarado com essa intenção, e sim com o objetivo de obstar a ação revolucionária dos políticos e militares), toda veleidade comunista.

Pouco a pouco, porém, pedaço a pedaço, o partido foi recomposto, já então em novas formas, o seu desconjuntado arcabouço. Encontrando fechada a saída franca da sua organização anterior, franca e frágil, aliás, descobriu novas formas de penetração. Uma nova tática ia ser aplicada, um novo recurso seria posto em prática.

A INFILTRAÇÃO

Era a infiltração. Em 1923, os militantes sindicais do partido comunista entraram em entendimentos com a direção da Confederação Sindicalistas Cooperativista Brasileira (C.S.C.B), a cuja frente se achavam elementos ligados ao governo. Essa organização, de tão extenso nome, nada mais era do que vistosa fachada de um prédio sem alicerces, sem telhado, sem paredes internas, sem quartos, nem salas, nem quintal... Havia ali muito blefe, e, por outro lado, muita suspeição. Mas por ali vislumbrava o partido comunista possibilidade legal de realizar o trabalho de massas, miudamente previsto no seu plano. Não hesitou: agarrou-se àquela oportunidade. As lições de Lenin produziam seus

frutos. O famoso “oportunismo revolucionário” encontrava então sua primeira aplicação...

Verificou-se então esta coisa espantosa: o Comitê Central do Partido Comunista teve à sua disposição, durante mais de um ano, uma página inteira de *O País*, o jornal mais governista da época, órgão oficioso do governo. Por meio dessa página diária, que a Confederação lhe assegurava, o partido comunista fez, durante muitos meses, intensa agitação teórica e política. Decerto haveria da parte da Confederação e de *O País*, isto é, dos elementos a que estavam ligados esses dois instrumentos, a braços com a tempestade política de que fora prenúncio a revolta de Copacabana, o propósito de conquistar a classe operária, neutralizando ou corrompendo os militantes revolucionário-comunistas. de outro lado, isto é, por parte dos comunistas, haveria, certamente, o propósito de aplicar com extraordinário sucesso a técnica de infiltração. Foi essa a sua primeira incursão, a sua primeira aventura política de maior audácia.

ROMANTISMO E AVENTURA

Assim passou 1923 e começou 1924. Neste ano, irrompe o segundo 5 de julho, a revolução de S. Paulo, e, mais tarde, forma-se a chamada Coluna Prestes, cuja atuação deve ser examinada aqui, dada sua influência na evolução deste relato.

Abriu-se, a partir de 1922, um período de conspiratas e motins intermitentes. O Partido Comunista já era algo ponderável, embora de reduzido

número. Na atmosfera favorável das conspirações, ele se movia com desembaraço, encontrando clima favorável ao seu crescimento.

O Partido Comunista tirara da Confederação Sindical tudo o que esta lhe podia dar. Por outro lado, a Confederação, *O País*, o governo, enfim, já não esperavam mais nada do partido comunista. Fora recíproco o engano. Mas os comunistas saíram ganhando: tinham feito a infiltração, e, através desta, desenvolveram seus quadros, formaram militantes, propagaram seu programa. Sua influência preponderava em grande parte das associações e sindicatos operários, pois fora ele o iniciador tenaz do movimento sindical. Sua influência abrangia até mesmo o setor de transportes, que fora até então, como sempre, o menos permeável à sua penetração. Suas células se estendiam pelas fábricas de tecidos, calçados, oficinas gráficas e pelos bairros operários mais densos. Era o terrível trabalho das “minorias ativas”. O bairro da Gávea recebia no seio do Partido a denominação de “Gávea Vermelha”, com evidente exagero, aliás. Nasciam então crianças que se chamavam “Lenin”. Uma agitação algo convulsa, sem orientação precisa, mas de qualquer maneira perigosa, crescia nos meios operários. Pelos Estados, em grande parte, repetia-se com variantes o que se passava na capital do país, atividades essas controladas pelo Comitê Central com sede no Rio. Entre os estudantes das escolas superiores e mesmo secundárias, já a ideia comunista penetrara, criando as células da Juventude Comunista. Organizações secundárias se formavam, para reforçar e ampliar o raio de ação do Partido, dentro de uma rígida ortodoxia, e de uma disciplina que

eles próprios denominavam “disciplina de ferro”. O menor “desvio”, a menor discrepância, era punida com a expulsão sumária.

A terminologia dos comunistas chegava ao Brasil através de traduções francesas e espanholas. Modismos, abreviações, formas peculiares de expressão e designação de entidades e fenômenos, encontravam aqui repetidores extasiados, sem a compreenderem perfeitamente o sentido das expressões nem o significado daquelas palavras que soavam estranhamente: *agit-prop.*, *polit-bureau...* e o dilúvio de iniciais: *IC.*, *C.C.*, *C.R.*, *C-2*, *Z-14*, todo um mundo misterioso de conspiração, não isento de romantismo e aventuras, atraía os jovens. As decisões do C.R. obedeciam às superiores injunções do C.C., que, por sua vez, recebia as decisões do I.C. como quem recebe uma bula papal. Desenvolvia-se aquela tendência ao exagero, à superestimação da próprias forças, que foi o grande chamariz e, ao mesmo tempo, a maior desventura do partido comunista no Brasil. À força de imprimir manifestos descrevendo maravilhas da força e de prestígio, convenciam-se eles dos seus próprios argumentos: eram convictos, ferozes na sua fé doutrinária, inabaláveis, iracundos. A menor leviandade importava na expulsão. Os intelectuais do movimento aspiravam ser, pelo menos, estivadores, para autenticar sua pureza revolucionária. A tendência ao “obreirismo”, isto é, à mania proletarizante, envolvia numa verdadeira aura mística, com todos os sinais característicos do misticismo, aquele grupo de homens obstinados, ambiciosos, que contava vencer no dia seguinte, sem forças entretanto para vencer nem nos próximos decênios...

A ironia, que sempre foi arma revolucionária, em todos os movimentos de transformação social que a história registra, não encontrava um lugar no partido comunista. Eram todos de uma seriedade mortal. A cada acontecimento, levados na onda, sem nenhum controle, nem mesmo a mais simples participação na vida política nacional e internacional, os comunistas no Brasil imprimiam logo o seu manifesto, no qual, após análise bombástica da situação, recheada de fórmulas cediças, terminavam pelos indefectíveis “vivas” e “abaixos”. Julgavam-se o centro do mundo, quando mesmo o Brasil os desconhecia. Mas não era de todo inadequada essa suficiência que caracterizava então os comunistas. À força de gritos, e de alguns argumentos persuasivos, sobretudo pela insistência com que eram repetidos, tornando-se fórmulas de todo acessíveis à compreensão da massa, passavam a ser toleradas pelas associações operárias – que eles, a todo custo, prestigiavam, embora destruindo com palavras arrasadoras os seus dirigentes.

SEGUNDO CONGRESSO – A *CLASSE OPERÁRIA*

O segundo congresso do Partido Comunista do Brasil (seção da I.C.) reuniu-se em abril de 1925. Os dirigentes do partido, no relatório então apresentado, frisavam “com satisfação” os progressos alcançados pela organização comunista no período decorrido entre o primeiro e o segundo congresso. O P.C. já não era apenas formado por pequenos grupos, diziam eles. Em 1925 já ele era um partido organizado no plano nacional, com o seu Comitê Central, os seus comitês regionais, os seus comitês de zonas, as suas células, as

suas frações sindicais, as suas organizações juvenis e femininas especializadas; possuía, enfim, toda uma rede, todo um aparelhamento técnico de organização, direção e controle. Tornava-se necessário criar um órgão de ligação e doutrina, de agitação e propaganda (a famosa *agit-prop...*). Fundaram então *A Classe Operária*, cujo primeiro número circulou no dia 1º de maio de 1925.

A Classe Operária desempenhou desde então importante papel na obra de agitação comunista no Brasil. Semanário de grande formato, chegou a tirar edições de 30.000 exemplares, sendo quase toda vendida diretamente nas fábricas e nos bairros operários, por intermédio das células do Partido. Algumas vezes teve períodos semilegais, e mesmo de franca legalidade. Em 1929, até o seu fechamento, era impressa nas oficinas de um dos principais jornais do Rio. *A Classe Operária* realizou uma obra corrosiva de terríveis resultados.

No ano do segundo Congresso Nacional do Partido foi criado pela Internacional um Secretariado Especial para a América Latina, sendo os Partidos Comunistas latino-americanos distribuídos em três grupos: partidos oriundos da fusão de dissidentes dos partidos “reformistas” (moderados, socialistas, republicanos de esquerda, etc.), com os sindicalistas (anarco-sindicalistas, anarquistas puros, etc.), como é o caso dos partidos comunistas do México e Argentina; partidos formados pela evolução para a esquerda de antigos partidos socialistas democráticos, como é o caso do Chile e Uruguai; partidos formados pela reunião dos grupos comunistas isolados, como aconteceu no Brasil, Peru, Colômbia, Guatemala e Paraguai.

Nesse ano a propaganda determinou a criação de células entre os marítimos, para a criação dos “aparelhos” de transporte e correspondência ilegal, conseguindo estabelecer células em 20 portos brasileiros. Aos Congressos Internacionais compareciam delegados brasileiros, em quase todas as oportunidades. Dessa participação, e dos relatórios que ali apresentavam, decorriam novas providências no sentido de acentuar a propaganda e agitação. Em 1927, por exemplo, a participação de delegados brasileiros no Congresso Internacional Sindical determinaria a criação de um secretariado sindical para a América Latina.

A COLUNA PRESTES

Aqui é necessário proceder a uma rápida investigação dos motivos que fundamentaram a expansão das esquerdas no Brasil, porque só assim poderemos conhecer a origem, desenvolvimento e dispersão das forças esquerdistas, uma parte das quais, atraída pela miragem moscovita, marchou para a III Internacional.

Como conseguiu Luiz Carlos Prestes adquirir prestígio a ponto de conseguir iludir as massas proletárias? É que o seu nome, servindo de paravento à natureza comunizante do programa da Aliança Nacional Libertadora (organização fundada em 1935, a qual o Partido Comunista deu o melhor de suas forças e a mais ativa das colaborações) foi o fato do sucesso desse movimento, que só declinou quando o povo deparou com a brutal realidade da novembrada.

Em façanhas passadas desse homem, num tempo em que eram outras as condições do país, e muito diversa a relação de forças entre os grupos políticos existentes, iremos encontrar a explicação desse prestígio que, ao menos avisados, poderia parecer reflexo de um suposto prestígio comunista. Para compreendermos porque, *apesar* de comunista, pode Luiz Carlos Prestes encontrar junto às massas, durante algum tempo, a ilusória esperança de ter encontrado um chefe capaz de melhorar a sua vida, é necessário conhecer a origem do seu prestígio.

Em 5 de julho de 1924 irrompeu em São Paulo o movimento militar contra o governo nacional. A guarnição de São Paulo, unida às forças estaduais, ocupou a capital do Estado, durante longo tempo. Afinal, pela pressão das forças legais, tiveram os rebeldes de evacuar a cidade, rumando para o interior (...).

A evacuação da cidade foi realmente efetuada em perfeita ordem. Mas a verdade é que a retirada não tinha apenas esse humanitário objetivo: era a falta de correspondência com movimentos armados em outras regiões do país, cuja irrupção falhara, que, permitindo ao governo central concentrar forças contra os rebeldes localizados num só ponto, iria levá-los a uma derrota próxima. Era necessário, portanto, provocar a irrupção de outros movimentos, em apoio daquele, em diferentes zonas e, paralelamente, descentralizar o núcleo rebelde, para ampliar o foco de ação das tropas legais.

No Rio Grande do Sul, na cidade de Santo Ângelo, estava aquartelado no batalhão ferroviário o capitão Luiz Carlos Prestes. Nascido em 1898, ingressando com 11 anos no Colégio Militar, com 18 anos entrara para a Escola Militar,

terminando o curso em 1918. Em seguida às perturbações da ordem ocorridas em 22, fora transferido para a guarnição do Rio Grande, onde foi servir naquele batalhão. Ali, na madrugada de 28 para 29 de outubro de 1924, correspondendo aos apelos das forças rebeldes que acabavam de sair de São Paulo, Prestes interrompe o serviço de levantamento da rede de iluminação da cidade, que estava a seu cargo, e levanta o batalhão. Tinha então 26 anos. já era um espírito inconformista, rebelde por natureza, dotado de incontestável energia, digna, sem dúvida, de melhor destino. Não era, ainda, nem de longe, o chefe comunista que depois se revelou. (...)

Da linguagem de matiz positivista desse capitão, que queria “a ordem como base do progresso”, ao chefe extremista que pretendia dissolver violentamente as bases da nossa civilização, vai uma diferença que julgamos desnecessário acentuar...

Mobilizada a sua pequena força, procurou o capitão Prestes atravessar a região colonial gaúcha; mas, encontrando resistência, desviou a rota.

Tenta marchar sobre Porto Alegre, mas a relação de forças lhe é desfavorável. Encaminha-se então para o interior e a 27 de novembro dirige um reconhecimento sobre Tupanciretã, onde trava rude combate de sete horas. A 27 de dezembro rompe o “círculo de ferro” da legalidade, derrotando, depois, no dia do seu aniversário, as tropas legais, no “combate da Ramada”, de 3 de janeiro. Um mês mais tarde, transpõe o Uruguai, em Porto Feliz, e invade o Contestado.

Desprovido de cavalaria, que morrera quase toda na marcha pelo sertão, atravessa a pé as densas florestas e alcança, a 7 de março, a estrada que liga Tupanciretã a Palma. Depois de reunir-se às tropas rebeldes vindas de São Paulo, no Iguaçu, atravessa o Paraná, com 1.200 homens de tropa. Inicia assim a tática de “guerra de movimento” que, segundo julgava, constituiria a tática nacional por excelência.

Assim se forma a “Coluna Prestes”, celebrizada pela extensão e duração de sua marcha. Atravessa Mato Grosso, e, por Goiás, invade Minas, até a margem esquerda do S. Francisco, onde os rebeldes se entendem com os índios, recebendo os chefes da Coluna várias demonstrações de amizade dos indígenas. Retomam o caminho, pelo sertão do Carinhanha (fronteira Bahia-Minas), rumo ao Maranhão, atravessando duas vezes o Rio São Francisco. Segundo *O Estado de São Paulo* (nº. de 28 março de 1928), a Coluna Prestes andou 647 dias, percorrendo, 24.000 quilômetros (média de 38 quilômetros por dia), utilizando mais de 100.000 cavalos – que nem sempre eram legalmente requisitados... Foram abatidas, durante a marcha, 30.000 rezes para alimentação dos soldados. Morreram 600 soldados e 70 oficiais. Mais de 80% dos homens da Coluna foram feridos em combate. Gastaram apenas 350.000 tiros, o que demonstra falta de munições. Tiveram 53 combates, além de centenas de escaramuças.

A desproporção das forças em combate, o heroísmo da marcha, onde se formaram, em rudes combates e marchas pelo áspero sertão, homens que mais tarde vieram a ser úteis ao Brasil, como é o caso de numerosos colaboradores do governo surgido com a revolução liberal de 1930, e o natural entusiasmo

popular, criaram em torno da coluna uma atmosfera de lenda. Nos 53 combates principais, considerados em conjunto, emprenharam-se forças calculadas em 24.330 homens, sendo 15.360 legais e 8.970 revoltosos.

Pode-se duplicar o número, considerando as escaramuças e recontros, não computados, durante cerca de três anos.

Em fevereiro de 1927, cortadas todas as possibilidades de sucesso, e não encontrando outros movimentos armados em seu apoio, Prestes internou-se com a Coluna em território boliviano, passando-se depois à Argentina, onde ficou asilado com seus companheiros. Ali se iria processar aquela funda divergência que mais tarde, em 1930, separou para sempre os seus colaboradores do chefe que descambava para o comunismo.

Foi essa aura de simpatia, criada pelo esforço da marcha através do Brasil, que deu ao ex-chefe comunista a possibilidade de tentar iludir as massas sobre a sua atitude em relação aos problemas nacionais. Pouco depois, Prestes encaminha-se para Moscou, onde passa a servir no Exército Vermelho.

Fundada a Aliança Nacional Libertadora, ele aceitará a presidência de honra que lhe oferecem (...).

Enquanto isso, entrava sub-repticiamente no Brasil para impulsionar a máquina da força comunista, visando a subverter as instituições e derrubar o governo legal, para lançar o país na anarquia das lutas e dissensões internas. Assim se desfazia a lenda do *Cavaleiro da Esperança* – como o chamaram, em tempos, seus partidários entusiastas.

BLOCO OPERÁRIO E CAMPONÊS

Conhecidos, nos seus traços essenciais, os movimentos e resultados da Coluna Prestes, bem como as alterações que ela acarretou na relação das forças políticas nacionais, podemos voltar ao exame das atividades do Partido Comunista, que depois do segundo congresso já se julgava suficientemente adulto e se lançava em lutas cada vez mais amplas. Sem dúvida, sua atividade sindical continuava a ser o centro do seu trabalho, como a tarefa mais importante. Mas os comunistas ambicionavam ampliar ainda mais sua influência, dirigindo-se a outras camadas sociais. Manobrando de acordo com os postulados marxistas – para realizar o que na sua terminologia especial chamam “aliança dos operários e camponeses” – o partido lançou as bases do Bloco Operário e Camponês. Cumpriam assim uma determinação da Internacional: a revolução democrático-burguesa como primeira etapa da revolução socialista nos países “semicoloniais”.

Mas ainda assim erravam. Não era isso, como veremos adiante, o que a Internacional esperava do P.C.B. O Bloco Operário e Camponês, muito operário e muito pouco camponês, esquecia as classes médias e altas – que, segundo um comentário de Marx sobre a revolução francesa, podem tantas vezes fornecer elementos contra si mesmas. Acreditavam demais nos seus próprios argumentos. Eram expoentes de “pureza revolucionária” e se tornavam, dessa maneira, cândidos cordeiros ante a sua *revolução*, que exige, como se sabe, má fé e ausência de escrúpulos. Essa ausência de escrúpulos que Lenin

recomendava, não encontrava entre os comunistas brasileiros de então, senão tímidos aprendizes, extremando-se em fraseologia revolucionária, mas incapazes de ligar na prática os preceitos leninistas à ação consequente. Foi, aliás, isso que os salvou – convém frisar. Porque a sua intransigência quanto aos “princípios” soviéticos, sua ferocidade no preservar a “pureza” dos postulados partidários, numa ocasião em que o partido não tinha outra força senão a da sua intransigente fidelidade a esses princípios doutrinários, evitou os conchavos, os arranjos, as combinações políticas, que logo devorariam essa frágil construção revolucionária, em meio à habilidade e experiência dos políticos suscetíveis de uma aliança com o Partido Comunista. A expressão que os comunistas do Brasil mais temeram, sempre, foi esta: “ficar a reboque”. “A reboque dos acontecimentos”, significava para o Partido Comunista não poder vanguardear. E isso, para uma força política cujo chamariz era a audácia, significava decadência, esterilidade, morte.

O trabalho dos comunistas entre os roceiros (*camponeses*) nunca teve grande eficiência. Sempre disso se queixavam os representantes da Internacional para aqui destacados, e mesmo, vencendo seu otimismo, os delegados brasileiros aos congressos da Internacional Comunista. Só esporadicamente os *camponeses* foram atingidos pela propaganda subversiva. O Bloco Operário e Camponês, segundo esperavam seus organizadores, deveria superar essa debilidade. A verdade, porém, é que não conseguiram esse objetivo. Mas, por outro lado, alcançou o B.O.C., por meio de uma política de alianças e de certas concessões, um relativo êxito nas eleições então realizadas. Ao Conselho

Municipal do Rio de Janeiro, os comunistas mandaram dois intendentos, e à Câmara Federal, um deputado. No período 1927-28 a presença do B.O.C. se fez sentir, mais ou menos, em quase todas as eleições então efetuadas. Faltava-lhe apenas mais um impulso para chegar realmente ao interior do país, ao campo, tão ambicionado pelo comunismo para criar “bases de massas” à sua tentativa revolucionária em nosso país.

Outro importante fator de desenvolvimento comunista, nesse período, foi a transformação de um jornal em órgão oficioso do Bloco Operário Camponês. Esse jornal, *A Nação*, não era propriamente um órgão oficial comunista. O semanário *A Classe Operária* continuava a ser o intérprete autorizado do pensamento do Partido. mas servia com grande oportunidade aos planos comunistas, aparecendo como um jornal popular de agitação, não só entre os militantes do movimento operário, como entre outras camadas da população. *A Nação* realizava na imprensa o que o B.O.C. realizava no terreno eleitoral, isto é, não era apenas a máscara do P.C., mas também agente de penetração em certos meios que seriam refratários à propaganda comunista diretamente propalada.

É expressivo notar que em 1928 teve lugar o mais importante Congresso da III Internacional, ao qual assistiram 12 delegados da América Latina, sendo dois do Brasil. Suas revoluções vigoraram até 1935, quando, com a intervenção vitoriosa de Dimitrov, no VII Congresso, modificou-se profundamente toda a tática da Internacional Comunista. Nesse mesmo ano de 1928 o Brasil foi visitado por Humberto Droz, líder comunista suíço, incumbido de estudar as

condições e meios de incentivar a propaganda soviética nos países latino-americanos, e realizar um Congresso Sindical.

Desincumbiu-se de sua missão, o enviado comunista, promovendo a realização da Conferência Sindical Vermelha, em Montevideu, no ano seguinte. Tal conferência marcou um grande avanço no trabalho sindical dos comunistas, sendo então constituído um comitê sindical permanente, além de Centrais Sindicais Revolucionárias no Brasil, Equador, México, Peru e Uruguai, baseadas no princípio da luta de classes. Ao que se afirma, teve o congresso de Montevideu a participação de 41 associações de 15 países do continente.

O TERCEIRO CONGRESSO

Nos últimos dias de dezembro de 1928, reuniu-se o 3º Congresso do Partido Comunista do Brasil. suas resoluções visavam a desenvolver e consolidar a política de aliança com a massa camponesa. Os congressistas vindos numerosamente de todos os recantos do país demoraram seus debates na questão camponesa, que assumia, assim, um papel preponderante na política do partido – ao contrário do que desejava a fração trotskista, que despreza o papel do camponês na revolução comunista. Diversos camponeses autênticos chegaram a figurar entre os congressistas. Mas ao mesmo tempo que procuravam aperfeiçoar a sua técnica da política de alianças, o congresso acentuava fortemente o caráter do partido, “partido do proletariado”, segundo a linguagem usada pelos comunistas. Aliança e bloco com os camponeses, e com

a pequena burguesia das cidades, diziam eles, mas sem o sacrifício da sua própria fisionomia proletária. Tal era a linha seguida pelo Partido, no Terceiro Congresso.

A questão do desenvolvimento da campanha comunista nos campos havia de se tornar, em pouco tempo, uma das preocupações mais sérias do Partido. O campo estava até então isento da contaminação comunista. Era necessário infectá-lo. A importância dessa questão é tamanha, que centenas de estudos, artigos e resoluções visam a focalizá-la. (...)

No Brasil, classificado pela III Internacional entre os “países semicoloniais”, essa questão assume particular significação. Um simples exame da composição das nossas classes trabalhadoras, segundo a natureza do seu trabalho, bastará para explicar a preocupação comunista pelos trabalhadores da roça. (...)

Se examinarmos o conjunto da população do Brasil, veremos que 2/3 vivem na roça. Essa circunstância não poderia deixar de ser considerada pelos comunistas. Daí o seu interesse em acentuar o trabalho de penetração no interior, procurando envenenar o espírito das massas rurais. Sua revolução teria, na primeira etapa, um caráter de “revolução agrária e anti-imperialista”.

Ao mesmo tempo, graves crises de ordem interna abalavam o Partido. Importantes chefes de prestígio nos círculos íntimos divergiam da orientação extremamente “sectária” – segundo diziam eles – que o famoso partido “guia do proletariado” vinha seguindo. Parecia-lhes oportuno “romper com esse

sectarismo”, abrindo outros rumos à influência comunista, penetrando em todas as camadas, em vez de se restringir sumariamente aos trabalhadores manuais. O excessivo “obreirismo”, diziam eles, referindo-se à mania proletarizante, matava o ímpeto do Partido. Mas a tendência contrária, em nome da *pureza revolucionária*, vence, expulsando os recalcitrantes. Essa crise, ao passo que de início abalava a composição íntima do Partido, dava-lhe, por outro lado, um reforço de prestígio entre os sectários deslumbrados pela “energia”, “decisão”, “fidelidade à revolução”, em cujo nome, como se sabe, tantos crimes têm sido barbaramente cometidos.

Essas crises e lutas internas debilitaram a ação exterior do Partido. Restringindo necessariamente o ímpeto, diminuindo suas iniciativas, para poder contornar a crise em que se via envolvido, o Partido desligava-se da agitação e do contato com o povo, tornando-se, cada vez mais, um grupo de iluminados, com ares místicos, agindo por conta de vagas indicações vindas do estrangeiro, e aplicando automaticamente, sem discernimento nem crítica, as “diretivas” que de fora lhe mandavam. Acontece que essas “diretivas” eram pensadas e mandadas na base de informações remetidas pelos próprios que deviam depois aplicá-las. Essas informações, via de regra, raiavam pela loucura, tal o otimismo de que se cercavam. Em cada manifesto comunista dessa ocasião podemos ver expressões como esta: “dia a dia, cada vez mais, nos aproximamos da Revolução”. Ou, então: “já as massas caminham para a insurreição”.

Era o engano de um partido divorciado da população, julgando ver realidades comunizantes onde havia um descontentamento, uma ansiosa

expectativa por melhores dias. A efervescência política que desde 1922 se vinha processando, com crises periódicas, subia de ponto e atingia o auge, agravada pelo erro do então presidente, recusando a anistia aos antigos revoltosos. Essa recusa, no plano político, coincidindo com a crise mundial e nacional, e a crise do café, no plano econômico, criavam ambiente favorável às mais desencontradas confusões. Esse descontentamento popular, visto através das lunetas esfumaçadas pela loucura partidarista do comunismo, parecia aos bolchevistas uma perspectiva de vitória próxima. Entretanto, estavam tão distantes da realidade que nem lobrigavam aquilo que só mais tarde, no VII Congresso da Internacional, viria a ser desvendado: “contava o Partido com apenas 500 membros, concentrados no Rio, S. Paulo e Recife, sem organização de massas nem ligação entre os seus comitês de bairro”.

A crise política agravava-se. A sucessão presidencial, que devia realizar-se em 1930, forneceu o melhor material inflamável para o desencadear das lutas e agitações. Como lastro da crise política, dizíamos, a crise econômica contribuía para o afundamento que se sentia próximo, embora não se percebesse ainda exatamente por onde deveria começar. Os dirigentes conservadores (dizemos conservadores por oposição, no caso, a revolucionários), divergiram. Tentaram uma fórmula conciliatória. Mas os acontecimentos os conduziam. Viram-se forçados a lançar a questão da sucessão na ordem do dia. O reagrupamento de forças até então dispersas, algumas, e outras amarradas ao carro presidencial, processou-se em meio à agitação. Surgiu a Aliança Liberal, que retomava a bandeira da antiga Reação Republicana. Se antes a fórmula política fora fácil de

resumir na expressão: “Representação e Justiça”, agora ela era mais complexa. A plataforma do candidato Getúlio Vargas, que constitui um dos mais preciosos documentos da nossa história política, consubstanciou todas as aspirações do povo brasileiro. Em torno do candidato liberal, formou-se uma corrente de opinião cada dia mais poderosa e irresistível, corrente que os comunistas tentaram romper com as agitações de seus desfiles, mas que a plataforma do candidato popular manteve cada vez mais forte, sobretudo quando sustentou as reivindicações sociais da classe operária, consubstanciadas, mais tarde, na instituição do Ministério do Trabalho, que, com seu corpo de leis de amparo, assistência e garantia aos trabalhadores, diminuiu consideravelmente as possibilidades de expansão comunista entre os operários.

Entre as forças políticas mobilizadas na campanha liberal, vinham os Tenentes. Que eram os Tenentes? Oficiais e civis, de diversas patentes e de diversas profissões, compunham essa corrente que depois recebeu aquele nome, graças à predominância do elemento jovem militar nele existente. Havia sido os pioneiros da renovação política, reclamando, em nome do povo e do exército, uma regeneração dos costumes políticos, desde 1922. Havia tomado parte, por iniciativa própria, em geral, em todos os movimentos até então promovidos, inclusive na Coluna Prestes, onde muitos de seus elementos tiveram atuação decisiva. Mas, abraçando a Aliança Liberal, eram violentamente atacados por Luiz Carlos Prestes, que, do exílio, lhes censurava essa participação no movimento liberal.

É que Prestes e alguns de seus companheiros, internados em 1927 e exilados no estrangeiro, transformados em conspiradores profissionais, haviam entrado em entendimento com os comunistas, estabelecendo estreitas ligações entre os elementos de ambos os grupos. Em janeiro de 1928, Prestes recebeu no exílio um emissário do Partido Comunista, que com ele foi conversar, levando-lhes livros de doutrina e propaganda que talvez tenham sido os primeiros livros comunistas manuseados pelo ex-chefe da extrema esquerda no Brasil. Nessa ocasião, entrevistado por um jornal do Rio, dissera Prestes no seu exílio em Gaíba: “Não há mais soluções para o Brasil, dentro dos quadros legais”.

Aproximara-se Prestes do comunismo. Eis aí porque investia contra aqueles dos seus antigos companheiros que vinham participar do conglomerado de forças formadoras da Aliança Liberal. O fenômeno tenentista, até então, homogêneo, passava a ser heterogêneo. A parte mais numerosa dos “tenentes” ficou com a Aliança Liberal. Só os “prestistas” ortodoxos procuraram aderir ao partido comunista, sendo, aliás, repelidos por este, como adiante veremos.

Faltava, entretanto, aos “tenentes”, considerados como bloco político, uma plataforma ideológica. O manifesto inicial de Prestes, ao aderir ao movimento de 1924, dirigido “ao povo de Santo Ângelo”, demonstrava, segundo vimos, resíduos de positivismo. Mas há muito esses resíduos se haviam diluído, nas vicissitudes do combate. Restava-lhes um sentimento comum: eles eram *contra*. Não traziam um programa concreto, nem uma justificação ideológica. Depois de vitorioso o movimento de outubro, veremos muitos “tenentistas” descobrirem Alberto Torres e sua obra como uma bíblia de salvação nacional. O Clube 3 de

Outubro, a Legião 5 de Julho, outras corporações tenentistas que logo se fundaram, andavam em busca de uma ideologia.

O Congresso Revolucionário, reunido no Rio depois da vitória de 30, foi um mosaico de opiniões e tendências contraditórias, cada qual mais falsa, indo do fascismo ao comunismo disfarçado. Teses comunistas, em matéria de educação e de organização do Estado, iam sendo aprovadas, com a entusiástica adesão de conservadores católicos. O futuro dirigente do partido fascista no Brasil, tomando parte no Congresso, deu lugar a um incidente, que aliás não o impediu de ser o redator do manifesto da Legião Revolucionária de São Paulo, apresentada como organização esquerdista. A confusão era completa. Terminou o congresso pela fundação de partidos socialistas que logo se desfizeram, sob a pressão da realidade, sempre mais forte do que a intenção dos seus deformadores. De todas essas tentativas, marchas e contramarchas, saíam descontentes que depois, em 1935, iriam reforçar as fileiras da Aliança Nacional Libertadora.

Mas não precipitemos. Continuaremos o relato da situação do comunismo em 1930, sem qualquer possibilidade de vitória, nem mesmo de figurar na lista dos menos votados, apresentou-se um candidato comunista à Presidência da República, em contraposição aos dois candidatos liberais. Essa candidatura, que ostensivamente aparecia por intermédio do Bloco Operário e Camponês, tinha significação diversa da expressão eleitoral de sua força – que era, nesse sentido, quase nula. Tornava-se claro que o partido comunista visava, com seu candidato, a reafirmar de modo iniludível a independência política da classe

operária, que ele pretendida representar, à qual se aliaria, nos seus delirantes projetos, a classe camponesa, formando, diziam eles, “um bloco de pobres contra os ricos”.

Os episódios políticos que se seguiram, a luta das candidaturas, a vitória do candidato da oposição, o esbulho de que foi vítima, o recurso às armas, a arrancada militar de outubro, o movimento pacificador de 24 daquele mês, esse marco da história contemporânea, já pertencem ao domínio do público; não há quem não os conheça, ao menos na sua originalidade. (...)

Enquanto tais acontecimentos se precipitava, com a força das explosões insopitáveis, canalizando as esperanças populares por melhores dias, o partido comunista, estonteado, atacava ambas as facções combatentes; seus ataques, que só os próprios comunistas liam, nenhuma influência vinham ater no curso dos acontecimentos; deblateravam, avulsos, com a seriedade de quem pretendesse castigar, a chicote, o mar e a montanha, pelo crime de serem grandes...

Triunfante a Revolução de 30, o Partido Comunista organizou um comício na Praça Mauá, no Rio de Janeiro, de caráter histórico para o nosso estudo, em virtude de ter sido ali fixada publicamente a atitude dos comunistas em face do governo surgido do movimento recém-vitorioso. Nesse comício, rompiam violentamente contra qualquer aproximação com os vitoriosos, desmentindo, assim, à força de impropérios, as afirmações do governo anterior, que buscara encontrar supostas cumplicidades entre os liberais de 30 e os comunistas. de acordo com essa atitude, rigorosamente baseada no princípio da luta de classes,

o Partido expulsou muitos militantes, alguns dos quais haviam participado da revolução vitoriosa, na ação militar ou na propaganda, e estigmatizou os antigos tenentistas que dela haviam participado. Isso feito, prosseguiu nos seus intermináveis manifestos de análise da situação política, sempre acompanhados de indefectíveis “vivas” e “abaixo”.

A revolução desencadeada pela Aliança Liberal criou uma situação completamente diversa, no jogo das forças políticas do país. O movimento de outubro de 30 lançou na luta grandes massas de povo, tomadas de entusiasmo e cheias de esperança na renovação da vida política nacional. Mas tudo isso se processou confusamente, com altos e baixos, com guinadas para esquerda e para a direita. Nenhum grupo, de quantos compunham a Aliança Liberal, escapou a essas contradanças. Quanto ao Partido Comunista, vivendo numa situação de semilegalidade, cujo grau variava, aliás, de região para região do país, procurava adaptar-se às novas circunstâncias, buscando traçar sua linha de conduta no meio da desorientação geral. Em certo sentido, verificava-se nesse período (1930-1932), dentro das fileiras do P.C., um processo idêntico ou paralelo ao que se verificava no conjunto das forças políticas do país. As novas circunstâncias criavam problemas novos. Novas batalhas se delineavam; fatores novos reclamavam novos planos; novos planos exigiam novos chefes... Basta citar um exemplo: a criação do Ministério do Trabalho, e a conseqüente legislação social, que tirou muitos pretextos da agitação comunista, realizando importantes reformas – algumas de grande avanço – no terreno da proteção ao trabalhador.

Formava-se, assim, no próprio seio do Partido, uma consciência de novas realidades, mais próximas do terreno social em que se propunha agir o comunismo. Essa consciência, que vemos então despontar, sob o influxo – é claro – da pressão vinda de fora, dos relatórios e resoluções do Comitê Executivo da Internacional, irá ganhando terreno dentro do Partido, à medida que os acontecimentos da política nacional evoluem.

Sobrevém o movimento constitucionalista de 1932, em São Paulo. Ainda aí o P.C. se manifesta contra os dois grupos em luta – o governo e os revoltosos – acoimando de inter-imperialista a revolta dos constitucionalistas, que marca o declínio do tenentismo e uma relativa normalização das tendências políticas, que desse aí ganham certa consistência e tomam características até então indecifráveis. O processo de reagrupamento, violentamente acelerado pela guerra civil paulista, foi pouco a pouco se cristalizando em posições mais ou menos nítidas. Surgiu o Integralismo, no extremo oposto ao comunismo. O Partido Comunista, por sua vez, entrava num período novo de atividades. Nos anos seguintes ao movimento de 30, ainda o Partido insistia na política fechada de limitações, de “obreirismo” à *outrance*. O desenvolvimento da crise política, assim como a força que ia tomando o Integralismo, despertou entre os comunistas o receio de que essa terceira força, de extrema direita, viesse a empolgar as classes médias. No Rio, no norte e sobretudo em São Paulo, no período 1930-32, muitas greves surgiram, evidentemente insufladas pelo P.C.; mas cingiam-se a reivindicações de caráter econômico, sem afirmações políticas imediatas. A transformação, porém, por que passava o conjunto da

ação política, determinava no interior do P.C. uma transformação pelo menos equivalente.

Mas essa “regeneração” do Partido não foi sem lutas e dificuldades. O anteprojeto de Constituição comunista, por exemplo, então divulgado, corresponde a uma tendência violenta e absolutamente esquerdista do movimento. Vejamos, por exemplo, o artigo XVI, que determina a igualdade social, moral e econômica dos dois sexos; a atividade necessária à comunidade de todos os indivíduos maiores de 16 anos e menores de 50; a inatividade voluntária de todas as crianças, mulheres, velhos e enfermos do país; a liberdade de uniões sexuais, o direito dos lavradores às terras cultivadas, dos obreiros às fábricas, instrumentos e produtos do seu trabalho, dos habitantes às casas que ocupam e as que lhes convêm, proclamando a liberdade social, moral e econômica do indivíduo nascido ou residente no país, que tenha mais de 16 anos de idade. O artigo XVII determina a socialização imediata de todos os produtos armazenados, para o consumo dos habitantes; a abolição pronta de todas as dívidas públicas e particulares; a expropriação de toda propriedade privada sobre casas, terras, fábricas, minas, quedas de água, materiais de transporte; socialização das empresas de transporte, navegação, força e luz; dos bancos e companhias, cais e portos, escolas, asilos, prisões e edifícios públicos, ficando todas essas instituições sob a direção dos sindicatos técnicos de seus empregados; libertação imediata de todos os presos políticos e todos os presos por crimes comuns com mais de 2 anos de detenção. O art. XI afirma o não-reconhecimento das igrejas e confissões religiosas, do exército organizado por

hierarquia e a conscrição da polícia e justiça, da diplomacia, do funcionalismo, do jornalismo, e proclama a organização da propaganda revolucionária e do exército sobre pé de igualdade e reciprocidade de direitos e deveres entre comandantes e comandados. Este anteprojeto recebeu aprovação do Partido.

Da inumerável série de documentos, ainda não classificados, referentes ao período que antecedeu o movimento de 1930, os mais interessantes ao nosso estudo são, sem dúvida, os manifestos de Prestes, a resposta dos seus antigos companheiros de revolta, que dele divergiam no momento em que aderiu ao comunismo, e as reservas manifestas pelo Partido Comunista em torno do manifesto de Prestes.

À afirmação de Prestes, segundo a qual a revolução no Brasil, para ser bem feita, teria de ser dirigida pelo operariado, respondia em nome dos antigos membros da Coluna que se incorporavam à Aliança Liberal, o Sr. Juarez Távora:

“A revolução possível no Brasil terá, portanto, de continuar a apoiar-se nos mesmos meios em que tem sido alicerçada até aqui.

... É inútil ou dispensável que se lhes indague a classe a que pertencem, o credo político social que abraçam, os erros ou prejuízos de sua mentalidade atual ou anterior.

... Deverá haver, assim, em suas fileiras, lugar para o socialista, o revolucionário moderado, o liberal e o conservador; para o civil e o militar; para o burguês e para o proletário.”

Assim se desfazia a pretensão do ex-caudilho, que almejava arrastar os seus antigos comandados ao novo caminho que tomara.

Mas, se por um lado grande parte dos antigos companheiros de Prestes não aceitavam a sua profissão de fé comunista, por outro lado, o Partido Comunista criticava esse “caudilho”, cuja presença nas suas fileiras era então indesejável. Receava a intromissão do caudilhismo, capaz de desnaturar a organização rígida do partido. Prestes dizia no manifesto: “Uma parte da pequena burguesia passou-se para o imperialismo, através da Aliança Liberal”. Mas o reconhecimento dessa “verdade” não bastava aos comunistas para absolver o chefe revolucionário do seu pecado original, o caudilhismo. *A Classe Operária* (nº. 95, 13 de agosto de 1930) dizia: “A declaração polêmica de Luiz Carlos Prestes... caracteriza claramente a posição oscilante, nebulosa e equívoca do general revolucionário e indubitavelmente significa um passo atrás em relação ao seu primeiro manifesto”. Prestes aderira ao comunismo; entretanto, o comunismo repelia Prestes, numa inabalável intransigência, desfazendo a “pureza” da organização e dos “princípios” partidários.

Receava o Partido que, pelo prestígio de que dispunha, e sem o freio da disciplina partidária, pudesse Prestes empolgar as massas e lançá-las numa aventura... burguesa.

Em seu primeiro manifesto, alvo da crítica cerrada dos comunistas, Prestes propunha a criação de uma “Liga de Ação Revolucionária”, que seria “um órgão técnico de preparação do levante das massas”. O P.C. protestava contra essa ideia, alegando: ou Prestes aceitava a direção do proletariado, como chefe

“pequeno-burguês” que era, e então não precisaria cingir a ação dos comunistas a essa Liga de Ação Revolucionária, e, portanto, sujeitar a revolução à traição que noutros países se efetuara – citando o México de Calles e a China de Chang-Kai-Chek.

Dizia *A Classe Operária*: “Luiz Carlos Prestes declara que a Liga deve ser uma ‘frente única’ de todos os revolucionários; mas na realidade ela será um partido confusionista. O próprio L. C. Prestes, no seu segundo manifesto, é obrigado a fazer uma extrema confusão, quando diz que a luta será também contra os capitalistas, sem formular palavras de ordem anticapitalistas. Ele fala dos soviets e apresenta fórmulas evasivas da luta revolucionária, como ‘a necessidade de uma transformação realmente profunda no atual estado de coisas”.

Terminava a crítica dos comunistas: “Somos contra a Liga de Ação Revolucionária da pequena burguesia também porque ela representa uma tentativa contrária à verdadeira frente única revolucionária das massas. Independentemente da posição de Luiz Carlos Prestes, e dos revolucionários pequeno-burgueses, o Partido Comunista continuará o seu caminho, explicará às vastas massas a necessidade de confiar em ninguém e não ser nas forças das suas próprias organizações de classe e na sua própria vanguarda proletária”. (*A Classe Operária*, de 20 de agosto de 1930). (...)

Assim abortou, entre as críticas furiosas do Partido Comunista, as ponderações dos antigos “pretistas” desiludidos e as intenções sem sucesso do

próprio Prestes, a Liga de Ação Revolucionária, precursora malograda da Aliança Nacional Libertadora.

AUTOCRÍTICA – REVIRAVOLTA NA ORIENTAÇÃO

Vimos como era desligado da massa – segundo suas próprias expressões – o Partido Comunista; como eram falsas as suas análises, e como não correspondiam à realidade as suas afirmativas. Desesperava do Brasil a Internacional Comunista. Pareciam-lhe, aquelas furibundas afirmações, um legítimo blefe...

Os técnicos da subversão comunista, reunidos no Comitê Executivo da Internacional, lembraram-se então de uma nova tática. Não era apenas o caso brasileiro que os preocupava. Era o insucesso da iniciativa comunizante, em todos os países. Diminuía aquele impulso que depois da grande guerra parecia conduzir a rápidas vitórias os partidos comunistas de todos os países. Recompunha-se a ordem vigente, mau grado os abalos das crises, em cada uma das quais o comunismo apontava indícios de desastre inevitável...

Mas Lenin, com a presciência do seu gênio degenerado, já traçara um caminho com variante necessária a qualquer situação, porque na sua opinião *“o dever de um partido verdadeiramente revolucionário não é proclamar uma renúncia impossível a toda espécie de compromissos, mas saber, através de todos os compromissos, da medida em que eles sejam inevitáveis, guardar fidelidade a seus princípios, à sua classe, aos seus fins revolucionários, à*

preparação da revolução e à educação das massas que devemos conduzir à vitória”.

O trecho que acima transcrevemos possui extraordinária importância. Nele se baseou a “luta contra o sectarismo”, que caracterizou a ação interna do Partido Comunista, sob a pressão da direção suprema, o Komintern.

O Komintern censurava no P.C. do Brasil, como no de outros países, a sua limitação no trabalho e a sua unilateralidade, o que, em linguagem adequada, se chama “sectarismo”. O espírito de seita, isto é, o excessivo fechamento da atividade partidária a um determinado círculo de iniciados, evitando e mesmo repudiando qualquer aproximação com a burguesia, e até com a própria parte do operariado refratária ao comunismo, os chamados “amarelos” da terminologia revolucionária, determinara uma crescente queda do trabalho de penetração comunista, causada por aqueles mesmos que se arvoravam em seus mais decididos propagandistas. Além disso, um inimigo surgira, exigindo uma ampliação de forças como forma de resistência à sua marcha avassaladora: o fascismo.

Por essas razões principais, a Internacional decidiu recomendar uma reviravolta na política nacional de cada partido comunista. Os efeitos dessa mudança radical, no Brasil, constituem um expressivo capítulo deste estudo.

Em 1934, antes de promulgada a Constituição, o Partido Comunista realizou um congresso nacional de seus elementos: os documentos desses congressos foram publicados pela sua imprensa clandestina. (Jornais como *A*

Classe Operária, União de Ferro, Soldado Vermelho, Jovem Proletário, etc., impressos e mimeografados, circulavam clandestinamente, podendo-se calcular em cerca de 35.000 exemplares a tiragem diária total desses jornais, além de boletins, volantes, prospectos, etc. A questão da imprensa sempre constituiu preocupação do P.C.).

Nesse Congresso, a direção do Partido fazia uma severa autocrítica de sal própria orientação. Ao fim dessa autocrítica, que é um curioso documento, preconizava a direção do Partido uma reviravolta na sua orientação, decidindo ampliar suas atividades, visando “sem sectarismo à classe média e aos elementos democratas mais antigos dos diferentes grupos políticos do país”. Nas eleições de 1933, o Partido pleiteara o seu registro, que foi recusado pelo Tribunal Eleitoral, por se tratar de partido internacionalista. Declaravam os comunistas, expressamente, na sua petição: “Partido Comunista do Brasil, seção brasileira da Internacional Comunista”. Tentou então essa organização comparecer disfarçadamente, sob a legenda já registrada “União Operária e Camponesa”, não conseguindo eleger nenhum candidato. Entretanto, nas eleições sindicais para deputados classistas, o suplente de uma vaga então aberta, em agosto de 1934, foi um representante operário que se declarou representante do Partido Comunista. Nas novas eleições para a Câmara, o P.C. compareceu em coligação com outros grupos de esquerda, sob a mesma legenda, não obtendo a vitória de nenhum candidato.

Sob o regime constitucional, verificara-se um natural reagrupamento político. Haviam surgido para as eleições de 1933, em virtude da proclamada

necessidade da existência de partidos políticos, numerosos grupos e partidos puramente eleitoralistas, que nas eleições de 33 e 34 desempenharam importante função; mas não correspondendo, depois aos seus compromissos, e ao que deles esperava a massa eleitora, deles desertaram numerosos elementos desiludidos ou descontentes, que, juntando-se ao outros elementos de esquerda, iriam pouco mais tarde reforçar também as fileiras da Aliança Nacional Libertadora.

A autocrítica da direção do Partido Comunista, efetuada em 1933-34, representava uma total subversão na ordem dos trabalhos de agitação e propaganda desse partido. já sob a vigência dessa nova tática, obtinha grande impulso o trabalho de proselitismo do Partido, que em pouco tempo triplicava o número de seu aderentes. No VII Congresso da Internacional, o relatório referente ao Brasil consignava, para esse período, um aumento considerável: “mediante eficiente autocrítica de seus erros, conseguiu o P.C. francos progressos, e após o Congresso dos P.C. latino-americanos, em 1934, o P.C.B. criou uma direção composta em sua maioria de operários, conseguindo respeitar a ligação com a massa e dirigindo mais de 60% das greves que então irromperam”. “Em fins de 1934, possuía o P.C.B. 5.000 membros, e só no Rio existiam 35 células de empresa”.

Iniciava-se assim a aplicação da tática de Frente Única, recomendada pelos “leninistas”. Esta tática foi assim definida pelas forças ampliadas de esquerda, no congresso da Frente Popular em Bruxelas, em outubro de 1935: “Não um partido (a Frente Popular), e sim um movimento de opinião coordenada

contra todas as formas de reação, contra o fascismo, contra o imperialismo, contra a guerra”.

MOVIMENTOS POLÍTICOS

Por meio dessa tática, pretendia o P.C. entrar numa fase decisiva de agitação intensa, preparando a famosa “revolução agrária e anti-imperialista”, ou “revolução democrático-burguesa”, que deveria proceder, como etapa necessária, a transformação ulterior em revolução operária e camponesa com instauração de sovietes, conselhos de operários e camponeses, soldados e marinheiros. Segundo a tese do Komintern, a revolução democrático-burguesa visaria a desenvolver as forças nacionais de cada país considerado “semicolonial”, isto é, atrasado e dependente, criando condições de prosperidade, para, em seguida... anular essa mesma prosperidade, com a insurreição extremista.

Daí por diante, o P.C. iria tentar explorar, em proveito próprio, a experiência e tradição das revoltas e tentativas populares que desde 1922 se desenvolviam no Brasil. uma simples enumeração das principais iniciativas nesse terreno bastará para informar o leitor sobre a sequência desses movimentos: 5 de julho de 1922, revolta do Forte de Copacabana, 5 de julho de 1924, revolução de São Paulo, chefiada pelo general Isidoro Dias Lopes, Miguel Costa, Joaquim Távora; logo depois, levante no Rio Grande do Sul, encabeçado por Luiz Carlos Prestes, em apoio da revolta de São Paulo. A seguir, durante mais

de dois anos, marcha da Coluna Prestes através do Brasil. Novembro de 1924, sublevação do couraçado *São Paulo*, 1925-26, conspiração militar-civil, abortada; depois, tentativa de assalto ao 3º Regimento de Infantaria; revoltas isoladas no Rio Grande do Sul e em Pernambuco; em 1930, a revolução liberal de outubro; em 1931, insubordinação dos soldados do 21º B.C. de Pernambuco; em 1932, revolução constitucionalista de São Paulo; em 1934, agitações diversas, culminando numa demonstração extremista, o Congresso Anti-Guerreiro de 23 de agosto, no Rio de Janeiro.

Essas perturbações constituíam, para o Partido Comunista, um incentivo, um estímulo, agora que ele saía do exclusivismo em que vivera, para procurar adesões noutros setores.

Havia descontentes, desiludidos e esperançados por toda parte. Cada uma dessas iniciativas, que por motivos diversos haviam sido desviadas, assim como aquelas que, triunfantes, tinham alijado os incapazes de compreender o curso lógico dos acontecimentos, produziam considerável número de inadaptados e de insatisfeitos.

A esses procurava o P.C. aproveitar.

A “Liga de Ação Revolucionária”, proposta por Prestes em seu manifesto de 1930, fora torpedeada pelo próprio P.C. A tentativa da criação de Legiões, que depois da revolução liberal a princípio tiveram uma intenção esquerdista, logo se tornou, em alguns pontos, um malgrado movimento de arregimentação conservadora. Desta vez, porém, as condições do ambiente favoreciam a ação do

comunismo, que recebia de fora advertências e incitamentos. No início de 1935 promovia o P.C. a realização de um Congresso de Unidade Sindical que englobou, segundo as cifras do próprio Partido, sempre exageradas, representantes de cerca de 500.000 trabalhadores. Esse congresso, do qual saía a projetada “Confederação Sindical Unitária Brasileira”, estimulou consideravelmente o trabalho dos comunistas, que viram na “C.SU.B.” um primeiro e animador resultado da unificação que ele se propunha fazer entre as forças revolucionárias.

Já em S. Paulo, durante a interventoria ocupada pelos elementos tenentistas, se cogitara de uma organização nos moldes dessa frente única tão recomendada agora pelo Partido Comunista. A essas iniciativas puramente nacionais, o P.C. se agarrava, vendo em cada uma delas o embrião de futuras organizações nas quais pudesse desenvolver seu plano para a revolução “agrária anti-imperialista”. Era esta a tese: se a revolução é democrático-burguesa, não há impedimento em que se obtenha a participação dos elementos democratas e burgueses.

A ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA

Assim nasceu a Aliança Nacional Libertadora. Categoricamente contestada, pelos seus participantes não-comunistas, a iniciativa comunista na formação dessa entidade, é fora de dúvida, entretanto, que o P.C.B. teve na gênese da A.N.L. a mais destacada atuação. Alega o próprio P.C. que seus

organismos deram “apoio completo ao movimento da A.N.L., sobretudo depois de ter sido proclamado presidente de honra dessa organização Luiz Carlos Prestes”. Resolvidas as pequenas divergências que em 1930 ainda separavam Prestes do P.C., fora aquele revolucionário admitido no partido depois de um estágio na Rússia, onde esteve estudando a organização do Exército Vermelho. Um dos membros comunistas da A.N.L. declara, no depoimento prestado na polícia, depois de revolução de novembro: “Que sendo o programa da A.N.L. de reivindicações populares, o P.C. o apoiava, desde que a direção daquela agremiação política cumprisse integralmente as diretrizes traçadas, isto é, que combatesse pela libertação do Brasil do jugo do capital estrangeiro e do feudalismo, por uma revolução nacional libertadora”.

Na realidade, estava a Internacional manobrando, em termos nacionais, pela hegemonia do seu terrível partido. as instruções do Comitê Central do P.C.B., já divulgadas, são bem expressivas: “A base do poder popular nessa primeira etapa será formada pelos operários, camponeses e pequenos burgueses que a seguir, e na medida do possível, deverão logo ser armados pelos setores do exército e da marinha que participam ativamente da luta pela A.N.L., como grande organização nacional, revolucionária, pelos sindicatos, pelos comitês e ligas de organização da pequena burguesia e pelas grandes organizações unitárias da juventude brasileira”.

Qual era o objetivo do P.C.B.? “O P.C.B., diz o Comitê Central, nessa Grande Revolução, ganhará a legalidade, e em pouco tempo se transformará num

poderoso partido de massas; pelo seu trabalho, ganhará influência e autoridade em todas as organizações do povo brasileiro, e será o baluarte seguro para o desenvolvimento da Revolução”.

Queria o partido assegurar, segundo suas próprias expressões, a “hegemonia do proletariado” no movimento da A.N.L., que se afirmava como nacional e até nacionalista, embora dele participasse o partido do Komintern.

Segundo o P.C.B., a missão da Aliança Nacional Libertadora seria realizar a revolução democrático-burguesa. “nos países coloniais e semicoloniais, diz o órgão do P.C., a vitória da revolução comunista só é possível, em geral, após uma série de etapas preparatórias e após um período de desenvolvimento da revolução democrático-burguesa e de sua transformação em revolução socialista”. É essa, textualmente, a definição constante dos estatutos da III Internacional.

Mais tarde, por ocasião do fechamento da A.N.L., as autoridades documentam a veracidade de suas constatações acerca da participação do Komintern na vida política nacional, com a transcrição do discurso de Van Mine, membro do Comitê Executivo da Internacional. Van Mine – representante do Partido Comunista chinês e não do holandês, como pensaram alguns – emitindo parecer sobre o relatório da seção sul-americana do Komintern, declarou, segundo texto constante da denúncia oferecida ao Tribunal de Segurança pelo procurador da justiça especial: “A Aliança Libertadora, criada sob a orientação secreta, mas direta do Partido Comunista Brasileiro, segundo as instruções confidenciais da Legação Soviética em Montevideú...”. O advogado de

um dos réus, na defesa apresentada ao referido Tribunal, procura argumentar: “A orientação é secreta, as instruções da Legação são confidenciais, e o delegado holandês vai bradar tudo isso ao mundo em alto-falante!”. O argumento especioso não procede, embora fosse adotado por muitos dos que pretenderam contestar a autenticidade do texto de Van Mine, transcrito da *Correspondencia Internationale*. Quando não bastasse a segurança da fonte, uma publicação oficial do Komintern, outros documentos, variados em número e natureza, ratificariam a constatação feita pelas autoridades: a interferência do Komintern nos assuntos internos da vida nacional.

A agitação promovida por essa “frente única” teve proporções calamitosas. Desde a forma aguda das greves, até as modalidades mais sutis das conversas e entendimentos com personalidades isoladas, tudo foi tentado, tudo foi realizado, no curto espaço de três meses, por essa tenebrosa organização. Cogitava-se, desde o início, de aclamar Luiz Carlos Prestes para a presidência da A.N.L. Diz um documento comunista: “O prestígio de Prestes ou do P.C.B., partido do proletariado, dando seu apoio à A.N.L., são veículos da hegemonia do proletariado no grande movimento de massas a que ela se propõe. A posição de Prestes quanto à A.N.L. não pode ser diferente da do Partido neste momento, enquanto a A.N.L. não degenerar ou não se converter em perigo. Logo que for possível, Prestes dará sua adesão pública à A.N.L., reforçando as linhas de apoio já dado pelo P.C.B.”.

Pouco depois, era ele aclamado, no VII Congresso do Komintern, membro destacado do Comitê Executivo da Internacional Comunista.

Aumentava, à sombra da A.N.L. a força do Partido Comunista. (...)

Assim marchava o P.C., por seu turno, para a expansão numa grande organização de massas, impossível de ser contida no âmbito rigorosamente limitado em que vinha até então vivendo.

A agitação provocada pela A.N.L., onde se juntavam os elementos comunistas, manobrando por entre forças de esquerda de diverso matiz, alarmou a nação, e teve como consequência a promulgação da Lei de Segurança Nacional (nº. 38, de abril de 1935), que definia a figura do crime contra as instituições e o regime.

Cresce, em audácia e impudência, o movimento subversivo. Conspira-se abertamente, sob a alegação de que o integralismo (fascismo, diziam eles), era parte no governo. A 13 de maio de 1935, sob pretexto de comemorar o aniversário da Abolição, um grande comício público no Rio, secundado por manifestações em numerosas cidades do país, serve de palco para a apresentação de um manifesto de Luiz Carlos Prestes, falsamente datado de Barcelona. Esse manifesto, que concita os brasileiros à luta contra o regime, tem trechos como este: "A radicalização das grandes massas manifesta-se claramente pela influência crescente do P.C.B., e a própria aclamação do meu nome nos comícios da Aliança é um indício de tal influência, porque não só os dirigentes da Aliança, como as grandes massas que os apoiam, sabem que sou comunista e membro do P.C.B."

O país todo está alarmado. Conflitos se sucedem, entre forças da extrema esquerda e da extrema direita. A Lei de Segurança Nacional é insuficiente para enquadrar nas suas penalidades os perturbadores da ordem pública. A 5 de julho, entre furiosas manifestações subversivas, é lido o manifesto decisivo de Luiz Carlos Prestes, no qual, parodiando Lenin, ele queima a amarras e lança a palavra de ordem insurrecional: “Todo Poder à Aliança Nacional Libertadora”.

Seis dias mais tarde, rendendo-se à evidência, e no interesse superior da preservação da tranquilidade nacional, o governo, pelo decreto 229, de 11 de julho, determina o fechamento da A.N.L. O delegado encarregado da execução da medida encontra na sede central da organização duas salas vazias, um grande retrato do “presidente de honra”, cadeiras, mesas, livros. O fichário, o arquivo da secretaria, tudo foi removido a tempo. Lavra-se a ata do fechamento. Uma greve geral, que a Aliança Nacional Libertadora ameaçava decretar como represália contra o fechamento, não se realizou. Sua força ainda era desconjuntada. Sofria do mal de gigantismo. Atraíra muita gente, com a sedução das suas promessas e do seu programa mirabolante. Mas não encontrava quadros organizados para a vida ilegal. O Partido Comunista, ainda uma vez, aproveita a situação e empolga o movimento. Treinado na ilegalidade, conhecedor dos truques e manejos da ação conspirativa, ele passará a ser, desde então, mentor da A.N.L.

Prestes, que se dizia em Barcelona, estava realmente no Rio, onde entrara com passaporte falso, em nome de Antônio Villar. Com ele se encontrava o Estado Maior comunista na América do Sul, no qual figuravam representantes da Internacional. Estava Harry Berger, aliás, Arthur Ernst Ewert, intitulado

cidadão norte-americano, mas na realidade antigo deputado comunista ao parlamento alemão em 1928. Estava Léon Jules Vallée, técnico revolucionário belga. Estava Victor Allan Baron, agitador comunista norte-americano. Estava Rodolfo Ghioldi, secretário do Partido Comunista Argentino. Sob a direção imediata de Prestes, acelera-se a conspiração. (...)

PREPARAÇÃO REVOLUCIONÁRIA

Prestes controla então, por interposta pessoas, o trabalho da organização ilegal. Em carta a um dos seus colaboradores, declara: “Estamos incontestavelmente nas vésperas de grandes acontecimentos em todo o país. Isto não é simplesmente uma frase, como tantas outras que se repetem vagamente. Resulta da análise aprofundada da situação econômica e política em que nos encontramos. Marchamos a grandes passos para uma crise revolucionária, crise durante a qual ninguém poderá ficar neutro. A A.N.L., apesar de lançada à ilegalidade, será a força capaz de dirigir o povo, e todos os brasileiros serão obrigados a tomar posição clara, a favor ou contra ela. É o que precisas explicar aí. Todos sabem que sou comunista, que tenho ideias definidas sobre o futuro social do mundo, mas ninguém tem o direito de negar a honestidade com que luto presentemente pela implantação de um governo verdadeiramente popular nacional revolucionário no Brasil... Isto é, agora, possível e indispensável no Brasil...”.

Berger, o representante da III Internacional, assim analisa o caráter da revolução que se prepara (documento de fls. 3.857 do 15º volume do processo): “É uma revolução nacional, anti-imperialista. A finalidade desta etapa é: criação da mais ampla frente popular (operários, camponeses, pequeno burgueses e aquela parte da burguesia que é contra o imperialismo); instituição de um governo popular nacional revolucionário com Prestes à frente, e no qual estarão representadas as camadas acima citadas. Este governo se apoiará, antes de tudo, na parte nacional revolucionária do Exército e sobre os operários e camponeses e as formações armadas e organizações de massa destes. Nesta primeira etapa não organizaremos sovietes; porque isso reduziria prematuramente a necessária larga frente popular. Não obstante, o poder verdadeiro estar em maior escala nas aldeias, nas mãos das ligas e comitês de camponeses que se formarão e que também criarão as formações armadas para proteção do governo popular e defesa dos seus interesses”.

Ao movimento insuflado pelos comunistas vêm juntar-se outras obscuras e confusas conspirações, de caráter político. Depois de estudar detidamente os copiosos volumes do processo instaurado após a vitória sobre a mazorca, o juiz do Tribunal de Segurança, coronel Costa Netto, pode dizer, em entrevista a um jornal (14 de março de 1937): “Existiam duas revoluções paralelas, uma articulada por elementos políticos e alguns militares descontentes, e outra de caráter nitidamente comunista, chefiada por Luiz Carlos Prestes. Os comunistas, aproveitando-se dessa circunstância, tramaram o seu golpe, visando a confundir os dois movimentos num só, ocultando, para isso, a sua verdadeira

finalidade. Conhecido, porém, o plano confusionista dos adeptos de Moscou, muitos elementos que tinham aderido ao movimento em preparo, recuaram, escapando, assim, de serem colhidos nas malhas da justiça de exceção, instituída para punir os que planejavam implantar no Brasil uma ditadura nos moldes da que vigora na Rússia”.

Prosseguia a conspiração. Articulavam-se elementos militares, aparte dos elementos civis – e foi esse o erro feliz do movimento. Não podiam os mazorqueiros ligar a força dos quartéis com a das ruas.

Na noite de 23 para 24 de novembro, precipitando o movimento, irrompe em Natal (Rio Grande do Norte), Olinda e Recife (Pernambuco) um movimento militar organizado por soldados e inferiores, com a cooperação de elementos civis. Em pouco tempo se apossaram da capital do Rio Grande do Norte; em Recife e Olinda, as tropas fiéis resistiram, travando-se lutas encarniçadas. Em Natal, saques e ações delirantes desmoralizavam, em poucas horas de domínio, o próprio movimento junto aos seus próprios adeptos.

Na madrugada de 27 de novembro, entre detalhes de barbaridade inaudita, irrompia na Escola de Aviação, no Campo dos Afonsos, e no 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha – ambos na capital do país – uma rebelião destinada a apoiar a que irrompera no norte, como parte de um plano que se precipitava.

Graças ao heroísmo e no grande número das tropas fiéis, foi em poucas horas debelado o motim. Os revoltosos renderam-se em massa, depois de forte bombardeio dirigido contra o quartel que ocupavam.

Seguiram-se as investigações e a prisão de numerosos elementos. O governo obteve do Congresso a equiparação do estado de sítio ao estado de guerra externa, por se tratar, consoante os documentos apreendidos vinham demonstrar, de uma comoção intestina grave. Ao mesmo tempo foi reformada a Lei de Segurança, ampliando-se a conceituação dos crimes contra o Estado, e criado o Tribunal de Segurança Nacional, cuja atuação foi decisiva.

Dias depois era aprisionada a direção do P.C.B., assim como os representantes da Internacional e o secretário do P.C. argentino. Finalmente, após uma extraordinária investigação policial, era preso Luiz Carlos Prestes, com sua mulher, Maria Bergner Prestes, de nacionalidade alemã. Chegando preso à polícia, Prestes declara: (depoimento junto ao relatório do juiz Raul Machado), *"que assume inteira responsabilidade política pelos movimentos irrompidos no ano findo (1935) na Capital da República e no Nordeste"*. E mais: *"que, como membro do Partido Comunista, está naturalmente na vanguarda de todos os que lutam pela independência do país"*.

Fracassara o movimento. Desbarata-se o Partido Comunista. Analisando os erros da insurreição, diria pouco depois o órgão técnico da Internacional: "Atribuem os chefes comunistas aos seguintes fatores principais a causa da derrota do movimento de novembro de 35: 1º – a precipitação do movimento quando este ainda não estava 'maduro' e suficientemente articulado. 2º – a falta

de ligação entre os trabalhos das regiões e o preparo da insurreição. 3º – a lentidão das ligações – a ‘falta que faz o rádio’, é constantemente notada, sendo dadas contínuas instruções para que essa falta pudesse ser remediada ‘para a próxima articulação’. 4º – a falta de contato com a massa, e de adesão do proletariado, é considerada como uma das causas principais da derrota comunista. 5º – o ‘sectarismo’ é apontado como uma das causas primordiais da derrota de novembro”. Diz mesmo, textualmente, a crítica da I.C.: “Não souberam os comunistas romper com o sectarismo e não souberam mostrar-se sensatos nacional-libertadores, sendo antes de tudo comunistas”.

As prisões que se seguiram à vitória sobre o movimento trouxeram preciosas revelações. O arquivo do Partido Comunista foi apreendido, e bem assim grande parte dos relatórios e esquemas elaborados pelo secretariado sul-americano da Internacional. Essa documentação veio lançar nova luz sobre os fatos, explicando muita circunstância que estivera esquecida e ignorada.

Entre as questões táticas mais discutidas, e mais ardentemente propugnadas pelo Partido, figurava a tática de “guerrilhas”. Um dos membros do Comitê Central ocupara, durante alguns meses, páginas e páginas de *A Classe Operária*, ensinando os militantes do Partido a organizar lutas armadas no interior. Essas lutas, feitas de acordo com a experiência das condições específicas do nosso *hinterland*, eram moldadas no tipo das “guerrilhas” que, como se sabe, tomaram esse nome nas lutas ibéricas contra invasões militares: levando em conta a desproporção de armas e munições, assim como a menor preparação bélica dos seus homens, utilizava-se a pequena guerra – guerrilha –

de sortidas, emboscadas e ataques intermitentes. Era a aplicação, adaptada ao Brasil, de um antigo princípio de luta armada, já experimentado por Prestes durante a marcha da Coluna por ele comandada, em 1924-27. Realmente, em 1924, ao enviar ao chefe supremo das forças revoltadas em São Paulo, general Isidoro Dias Lopes, o seu plano de campanha, dizia o então capitão de engenharia: “Desde já, peço a V. Exa. a necessária licença para que, armado, possa movimentar-me. A guerra no Brasil, qualquer que seja o terreno, é a guerra de movimento. E para nós, revolucionários, o movimento é a vitória. A guerra de reservas é a que mais convém ao governo, que tem fábricas de munição, fábricas de dinheiro e inumeráveis analfabetos para jogar contra as nossas metralhadoras”.

Que visava a Internacional Comunista, recomendando a aplicação da tática de guerrilhas no interior? Pretendia o Partido Comunista criar “regiões soviéticas”, nas quais se pudesse, paralelamente à luta armada, organizar centros de resistência, criando as condições necessárias à manutenção do seu regime. Esperavam, assim, enfraquecer a situação das regiões que ficassem isentas da sua influência, e mais facilmente minar sua estabilidade. Focos de permanente perturbação política, econômica e militar ficariam assim pululando no território nacional. Dessa maneira trocariam a agitação estéril pela sangrenta movimentação da guerra civil.

Mas não pode o P.C. atingir esse objetivo. Encurralada nas cidades, a agitação bolchevista, tentando utilizar os diversos elementos afins, e a

numerosa corrente de “simpatizantes” e tendenciosos, viu-se forçado a modificar, bruscamente, os seus primitivos planos. (...)

Vemos assim que, reconhecendo a inoportunidade de uma ação armada ostensivamente dirigida pelo Partido Comunista, a direção central do Partido encarava outras formas de luta, não desprezando nem mesmo a conquista de aliados entre “os melhores cangaceiros” na região sertaneja. A tentativa malograda de organizar “guerrilhas” no interior do país, que encontrava em Prestes o seu mais entusiasmado adepto, não pode realizar-se pela excessiva concentração do trabalho comunista nas cidades, e pelo extremo “sectarismo” dos elementos comunistas. Quanto às cidades, onde o movimento, crescendo horizontalmente, em ritmo vertiginoso, perdia em profundidade, pela incapacidade da organização acompanhar o trabalho da agitação e propaganda, abriu caminho, na surdina, uma conspiração de caráter militar, insuflada por elementos de diversa tendência, mas desligada da obra de penetração e preparação comunista nos meios civis. Para estes, foi de certo modo uma surpresa a irrupção do movimento armado. Não puderam, por isso, encontrar-se em forma quando chegou o momento da indispensável colaboração civil. No Rio de Janeiro, por exemplo, onde o movimento armado militar deveria, ao menos teoricamente, ser apoiado pelas forças civis do extremismo, verificou-se esse fato surpreendente: enquanto na Praia Vermelha se travava a luta entre as forças da lei e as da mazorca, a cidade prosseguia sua vida normal, e grande massa popular acompanhava, da praia, o tiroteio na Urca.

DEPOIS DE 1935

As forças da ordem, em rápidas manobras envolventes, cercaram o extremismo com todas as armas. Os principais chefes presos, os arquivos apreendidos, possibilitando a inutilização dos planos até então elaborados; o natural desânimo nas fileiras revolucionárias, entrecortado de crises de desespero, e, afinal, a prisão do chefe supremo da revolução, desmoralizara o inimigo. Entre os brasileiros ingênuos que haviam acompanhado, ao menos de longe, a intentona, uma nova surpresa vinha desorientá-los e mesmo, em alguns casos, revolta-os: a participação de elementos estrangeiros na preparação do movimento.

Berger, Ghioldi, Valléce, Baron, representantes do secretariado sul-americano e da Internacional Comunista, aqui estavam instalados, colaborando na preparação insurrecional. Desvendada essa espantosa realidade, teria o Partido Comunista, que ia começando a aparecer, por habilidosa propaganda, como partido nacional, e até como nacionalista, o dever de explicar aos seus correligionários a razão do aparecimento desses orientadores estrangeiros. Tentou então, frouxamente, uma explicação tática, que devemos conhecer, para poder inutilizar: 1º – O P.C. é seção brasileira de uma organização internacional, e, por isso, não guarda “preconceitos” quanto à nacionalidade dos seus participantes. 2º – Trata-se de homens experimentados na luta, com conhecimentos teóricos e práticos indispensáveis à preparação da insurreição. 3º – O exemplo histórico justificaria essa colaboração estrangeira. E então assistimos a essa absurda e estulta comparação com a colaboração de Lafayette

na guerra da independência americana; com o pedido de auxílio do estudante Maia ao embaixador americano Jefferson, para a Inconfidência Mineira; com a presença de Garibaldi nas revoluções do sul; com a presença de chefes militares estrangeiros nas guerras da Independência brasileira.

A inanidade dessas alegações dispensa qualquer comentário. Basta considerar que, naqueles casos, havia um objetivo nacional a atingir, sobrelevando a todas as demais considerações; ao passo que na novembrada, tratava-se de uma tutela caracterizada sobre o Brasil, em caso de vitória.

Os estrangeiros que participavam da direção do comunismo no Brasil, além dos que, como Ghioldi, pertenciam ao secretariado sul-americano, eram “residentes”. Os “residentes”, posto criado pela Internacional há anos atrás, são revolucionários profissionais, funcionários da I.C., encarregados de controlar, em cada país, as atividades do respectivo Partido Comunista. São observadores internacionais junto das respectivas seções nacionais do comunismo, sugerindo medidas para melhor aplicação das “diretivas” emanadas da I.C. Assim como Berger aqui estava, poderia amanhã estar Prestes – eleito em 1935 membro do Comitê Supremo Executivo Internacional Comunista – controlando o movimento comunista na China, na Argentina ou em qualquer outro país. É essa a concepção “nacional” do comunismo.

Refazem-se, os comunistas, pouco a pouco, daquele desbarato de novembro. Seus quadros rarefeitos recompõem-se com dificuldade. Atingindo, por um natural movimento de refração, outras camadas, visava o P.C., depois de 1935, a reorganizar suas forças. No terreno político, procurava estender ainda

mais o seu âmbito de ação, ampliando as concessões programáticas – segundo a fórmula leninista do “compromisso” político. Pretendia evitar um novo movimento mal preparado e circunscrito a uma cidade ou a um só Estado. Rechaçava a ideia de um movimento de quartel, “de forma golpista”, recomendando a preparação de um movimento mais amplo e generalizado, com a participação da massa proletária e popular, tomando como ponto de partida as reivindicações imediatas e a combatividade do povo. Prestes, dias antes de ser preso, recomenda aos seus fiéis: “Parece chegar a hora de nos reorganizarmos, orientando por enquanto a nossa ação sem nenhuma preocupação doutrinária aparente, para alcançar objetivos imediatos... Vencida essa etapa, e mesmo no decorrer da luta, a vanguarda das esquerdas que naturalmente será constituída pelos elementos avançados, procurará emancipar-se com habilidade dessas ligações, batendo-se pela realização de um programa mínimo que, propositadamente, deixará abertas certas questões e omitirá outras que poderiam assustar, no momento, os espíritos tímidos, sempre em maioria por toda parte e em todas as emergências”.

Transfere-se para São Paulo a direção central do Partido, que estava, no Rio, constantemente ameaçada. Elaboram-se novos pontos de partida para a propaganda e infiltração comunista. A campanha da sucessão presidencial, que então se anuncia, será o tema a ser desenvolvido pela ardilosa ação subversiva do P.C. Alguns comunistas, pressurosamente, deram seu apoio a um dos candidatos. Surge outro candidato e logo depois o terceiro, que é o chefe do Integralismo. A candidatura integralista irá naturalmente provocar uma reação

da parte dos elementos democráticos, que assim procuram uma forma de evitar lutas capazes de favorecer a terceira candidatura. Mas os dois candidatos democráticos prosseguem com a campanha. O comunismo infiltra-se então entre os dois, como uma força de rara habilidade e eficiência, arrastando os tímidos, os vacilantes, os indecisos; sobretudo os tímidos “sempre em maioria por toda parte e em todas as emergências”, segundo a expressiva declaração de Prestes. Alegando que um dos candidatos negociara com o integralismo, os comunistas reforçaram a posição de um outro. Pretendem agir como uma quarta força, no conjunto, ou , em relação às duas candidaturas liberais, como uma terceira força necessária, pronta a vender caro o seu apoio.

Percebendo o perigo, os ministros das pastas militares dirigem ao Presidente da República, em plena campanha da sucessão, um memorial (...).

O plano a que se refere o memorial dos ministros militares é um documento apreendido pelo Estado Maior do Exército que consignava os planos de uma insurreição comunista generalizada. A eloquência desse documento, assim como a veemente advertência dos ministros militares, põem em guarda a nação contra os novos assaltos que lhe prepara o comunismo. O Congresso decretou então novo Estado de Guerra, visto ter-se expirado pouco antes o prazo da lei anterior, o que facilitara extraordinariamente a liberdade de muitos comunistas. Todavia, os perigos não desapareceram. Na impossibilidade de obstá-lo pelos meios usuais, dentro das paixões que a campanha presidencial acendera, desregrando a vida nacional, o Presidente da República, em 10 de novembro de 1937, com o apoio das classes armadas, dissolve o Congresso e

promulga uma nova Constituição – da qual surgiu o Estado Novo, buscando criar novos moldes pra um regime brasileiro.

ATITUDE DO P.C.

Em face do golpe de Estado de 10 de novembro, qual viria a ser a atitude do Partido Comunista? Presentindo, há tempos, que sua própria ação corrosiva viria a dar nesse movimento de recomposição nacional, como natural reação das forças vivas contra esse assalto às tradições nacionais, o P.C. preparava-se para encarar essa nova realidade que agora surgia.

Mas uma oposição interna, de há muito latente, explodiu então. Primeiro, fora a fração trotskista – partidária dos pontos de vista de Trotsky, o antigo chefe comunista expulso da Rússia e violentamente combatido pelos stalinistas. Os trotskistas, adeptos da revolução mundial e permanente, representando a ala mais violentamente esquerdista do comunismo, eram apontados pelos comunistas-stalinistas como simuladores, que, através de uma tática errada, iriam levar a Revolução à falência, entregando-a aos seus inimigos. Essa fração, rechaçada no interior do Partido, fora expulsa; a ela vieram juntar-se, no decorrer dos anos, outros elementos expulsos, indesejáveis no interior da “seção brasileira da Internacional Comunista”. Por ocasião do apoio dado pelo Partido Comunista à Aliança Nacional Libertadora, nos termos inequívocos que acima transcrevemos, uma parte dos trotskistas também acorreu com seu apoio, e outra parte divergiu radicalmente. Não admitiam nenhuma aliança, nenhum

compromisso com a burguesia, diziam eles. Eram uma minoria da minoria, deblaterando contra seus próprios aliados da véspera. Suas ação, por falta de ressonância, ficara circunscrita a protestos platônicos, e à exploração, razoavelmente habilidosa, dos erros praticados pela direção do Partido Comunista na aplicação da tática subversiva.

Agora, porém, essa minoria crescera. Dentro do Partido, em virtude dos chamados “erros de tática” cometidos pela direção central, certo número de militantes, especialmente entre os intelectuais, pendiam para a extrema esquerda do movimento, considerada, pelos comunistas, máscara da extrema direita.

Cresceu a oposição interna, quando o Partido resolveu declarar seu ponto de vista em face do golpe de Estado. Um dissídio se verificou na Região de São Paulo, fracionando aquela Região e atingindo, por reflexo, a estrutura já periclitante do Partido. Recompôs-se, afinal, segundo parece, a organização. Mas não tem consistência, nem encontra possibilidades de expansão. Cortado todo pretexto legal à sua ação, faltou-lhe também, por outro lado, a perspectiva do trabalho ilegal. Amesquinhou-se a envergadura da formação dos seus quadros. O que existe, se existe, é uma sombra do que foi e uma forma diminuta daquilo que, em dado momento, poderia ter sido.

O PRETEXTO FASCITA

O *putsch* integralista, malgrado em março de 1938, serviu de pretexto a uma tentativa de recuperação do comunismo. Assim é que a 16 de abril desse ano, o Partido Comunista lançou um manifesto-apelo “ao governo do país e às forças democráticas de toda a nação”, para se unirem numa “frente de salvação nacional”. Declara-se pronto a apoiar o governo (*sic*) “desde que este execute uma política democrática e nacional”. Mas em que consistirá essa política, no entender do Partido Comunista? Conhecendo-se as suas intenções e a natureza dos seus objetivos, fácil é perceber-se o que significa, para ele, a *política democrática* que parecem preconizar. Acrescenta ainda a direção do Partido, com incrível desfaçatez, no referido manifesto-apelo: “O P.C. espera que sua atitude seja interpretada, não como uma manobra feita com segundas intenções, mas como o desejo ardente de cooperar na obra de salvação da pátria, ameaçada pelo fascismo”.

Uma nova tática, portanto, se inaugura. Contrariando os seus partidários da extrema-esquerda, que procuravam fazer vencer a tese de uma conspiração pra a queda imediata do governo atual – ao menos em tese... – os remanescentes do Partido Comunista procuram recompor suas forças desmanteladas. Mas será inútil. O exemplo do passado é bem eloquente. O comunismo não encontrou fórmulas nacionais. Se a primeira etapa da revolução que eles pregam pretende ter a aparência “democrático-burguesa”, etapa caracterizada por Lenin como um instrumento de transformação progressista do país, é para melhor e mais habilmente preparar a sua

transformação em insurreição bolchevista, isto é, a implantação da chamada “ditadura do proletário”. Parafraseando Jaurès, cuja morte roubou um líder comunista em perspectiva, pode-se dizer que o comunismo leva em si a revolução, como a nuvem leva a tempestade.

O desenvolvimento da ideia e da ação comunista no Brasil é uma constante lição e uma advertência permanente, não só ao nosso país, como às outras nações do continente. O governo soube aproveitar essa lição e contrarrestar essa advertência. O Brasil não se tornou presa das forças de subversão da ordem social, e está pronto para resistir a qualquer nova tentativa, notadamente pela sua luminosa legislação trabalhista, que afastou o operário da miragem moscovita e pelo cuidado com que saneou a direção dos sindicatos trabalhistas.

A tática da Frente Popular, preconizada pelo VII Congresso da Internacional, foi violentamente combatida pelos chamados “trotskistas”. No Brasil, a pequena facção que acompanhou a cisão promovida por esse antigo líder bolchevique, tentou organizar uma nova organização, o “Partido Operário Leninista”. Dizia o manifesto de apresentação desse partido: “O Partido Comunista deixou de ser o partido da classe operária, transformando-se em partido pequeno-burguês”. Era a transposição, para o plano nacional, da cisão havida no comunismo internacional. Tendo o P.C. brasileiro recomendado, dentro do país, uma cessação da parte propriamente insurrecional de suas atividades, os trotskistas indígenas apressaram-se em “desmascarar” essa tática como “traição à revolução proletária”, opondo-se, por sua vez, à Frente

Popular, uma “Frente Revolucionária”, confusa e inviável. Mas na *Correspondance Internationale*, órgão teórico da Internacional, um chefe comunista brasileiro afirmava, em contraposição à tese trotskista (nº. de 18 de junho de 1938): “Os comunistas brasileiros denunciam a palavra de ordem trotskista de desmoroamento imediato do governo Vargas, lançada atualmente pelo trotskistas, como manobra para favorecer o fascismo, e lançam com a maior energia a palavra de ordem apregoada desde março de 1937: só a reunião nacional de todo o povo brasileiro em defesa da democracia poderá impedir a dominação fascista”.

Assim pretendia o comunismo traduzir, em termos nacionais, as diretivas da Internacional relativamente ao sentido atual da sua ação política.

Mas, poderão realmente contar com forças capazes de lastrear a sua arrogante proposta? Devemos ver nisso um blefe comunista, ou será realmente uma ameaça a nova tática anunciada no manifesto-apelo? Como quase sempre acontece, nenhuma das duas respostas, a essas duas perguntas, pode ser afirmativa. Nem é um blefe, nem é uma ameaça com reais possibilidades de efetivação. A verdade é que o comunismo poderia ainda levantar a cabeça, para negociar abertamente as “condições” do seu apoio, se se criasse o ambiente necessário às suas manobras envolventes. Mas no regime atual, com a centralização do poder, o prestígio do seu chefe e a união nacional de todos os esforços para uma obra de progresso e de paz, não é provável que o comunismo possa novamente desenvolver-se. À eficiência da repressão policial vem juntar-se agora algo menos fulminante, talvez, e mais duradouro: a existência de um

programa que tende a ser estável, fundamentando um verdadeiro trabalho construtivo. Todas as possibilidades estão contidas nesse programa. E como existe esse ponto de condensação de esforços, um novo rumo se imprime à orientação da política geral do Brasil.

Os organizadores da Exposição Nacional do Estado Novo incluíram no programa da grande exibição de realizações nacionais um extraordinário mostruário sobre o comunismo. No pavilhão anticomunista da Exposição figurou farta documentação fotográfica relativa às desordens comunistas no mundo, à miséria na U.R.S.S. e ao levante de 1935 no Brasil. Acompanhando essa impressionante exibição, figuraram centenas de documentos e fotografias, panfletos, monografias, cartazes, bandeiras e outros elementos de agitação e propaganda do comunismo no Brasil.

O povo acompanhou com interesse a demonstração anticomunista efetuada em pavilhão especial, no recinto da Exposição. Um grande mapa-múndi assinalava os países em que o Partido Comunista é legal, semilegal ou ilegal. Numerosos esquemas figuravam a organização burocrática da Internacional Comunista, com suas respectivas seções nacionais. Grande cópia de livros e material subversivo, inclusive uma reprodução fotográfica, grandemente ampliada, do anteprojeto de Constituição elaborado pelos comunistas do Brasil, figuravam na exposição como peças de alto valor documentário.

Pelo relato circunstanciado, e, tanto, quanto possível, objetivo, da evolução do Partido Comunista no Brasil, procuramos organizar os primeiros subsídios

para a história do comunismo entre nós, completando a valiosa obra de esclarecimento iniciada com a exibição de documentos impressos, autografados e fotográficos realizada na Exposição Nacional do Estado Novo.



A BANDEIRA NACIONAL DE ACCORDO COM A CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA COMMUNISTA DO BRASIL





Brasileiros, Luiz Carlos Prestes vos diz:



MARCHA
ORGAN DO DIRECTORIO MUNICIPAL M.A.N. DO MUNICIPIO PESSEI

Não houve
ainda
democracia



BLOCO OPERARIO E CAMPONEZ

1.º Districto

2.º Districto

**Concentrae
os 8 votos sobre os
unicos candidatos
proletarios!**

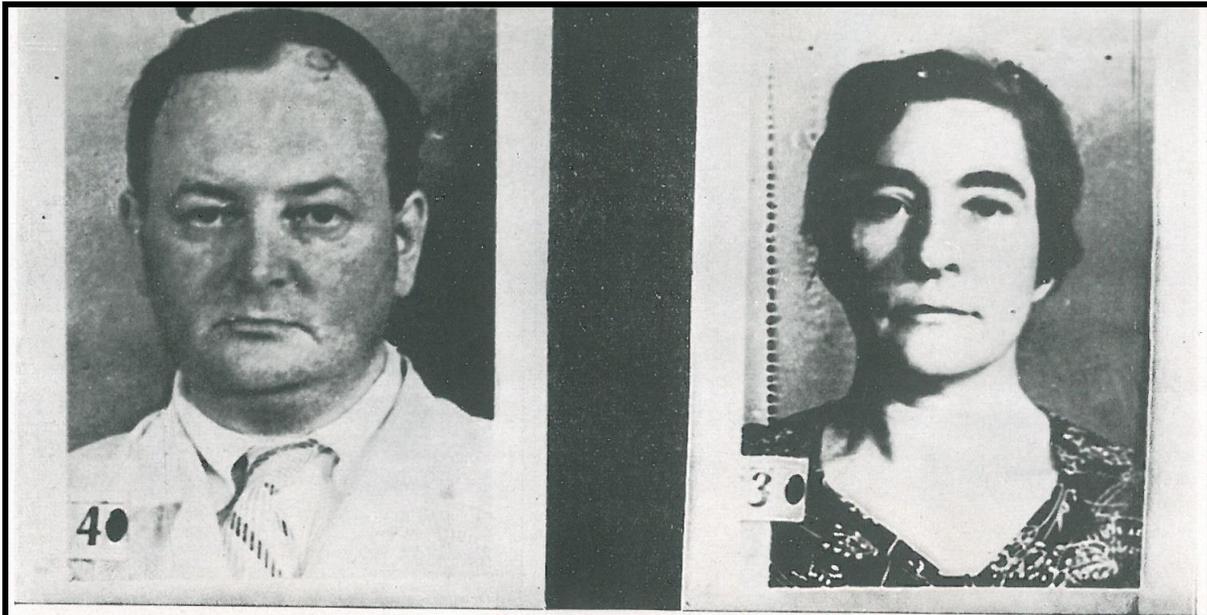
**Rêgo - Minervino de Oliveir
e-vos nos Sindicatos!**

de do B. O. C.: Praça da Republica, 40 - sob.

A CAMPANHA ELEITORAL DO
BLOCO OPERARIO CAMPONEZ







HARRY BERGER, CUJO NOME VERDADEIRO É "ARTHUR ERNEST EWERT" — FOI CHEFE DO BUREAU POLITICO DO PARTIDO COMUNISTA ALLEMÃO DO COMITÉ CENTRAL ENCARREGADO DA ORGANISAÇÃO DA PROPAGANDA DA III INTERNACIONAL — DEPUTADO DO REICHSTAG ELEITO PELO P. C. ALLEMÃO — TOMOU PARTE NO VI CONGRESSO INTERNACIONAL DO KOMINTERN, SENDO ELEITO MEMBRO ACTIVO DO COMITÉ EXECUTIVO DA INTERNACIONAL COMMUNISTA — ACUSADO POR ALTA TRAIÇÃO, RESPONDEU A VARIOS PROCESSOS PERANTE OS TRIBUNAES ALLEMÃES SENDO BENEFICIADO POR UMA AMNISTIA — USAVA TAMBEM OS NOMES: "GEORGE KELLER", "ARTHUR KORNER" E "ULRICH DACH", ALEM DOS PSEUDONYMOS "ARTHUR", "BRAUN" E "BLOM". FOI ASSIGNALADA POR VARIAS VEZES A SUA VIAGEM PARA A RUSSIA.

MACHLA LENCZYCKI, ESPOSA DE HARRY BERGER SEU NOME VERDADEIRO E ELISA SABOROWSKI EWERT. AGENTE DA "TCHECA", SOB O PSEUDONYMO DE "SABO", TENDO TAMBEM FUNCIONADO NO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMMUNISTA ALLEMÃO COMO SECRETARIA. USAVA OS PSEUDONYMOS DE "CLARA", "JOSEF" E "BRAUN".



OS MEMBROS DO CONGRESSO COMMUNISTA DE RECIFE, EM 1932

AUTOGRAPHO DE PRESTES NUM SALVO-CONDUCTO FORNECIDO A HARRY BERGER

Salvo-conducto

O portador deste, Sr. Harry
 Berger (nacionalidade norte
 americana) é pessoa para a qual
 se não realizou nenhum
 crime. Rio, 26/1/35
 Luiz Carlos Prestes

ЛУИЗ КАРЛОС ПРЕСТЕС - ЛЕГОН ДИ МАРИНЬЕРА

Луи Карлос Престес, родившийся в городе Рио-де-Жанейро, Бразилия, 1898 года, является одним из наиболее выдающихся представителей бразильской культуры и общественной мысли.

В 1913 году он окончил юридический факультет Рио-де-Жанейро, а в 1915 году переехал в Париж, где начал свою литературную и общественную деятельность. Он был активным участником в различных культурных и политических движениях того времени.

В Париже он встретил многих выдающихся деятелей культуры и искусства, что оказало большое влияние на его творчество. Он стал близким знакомым таких известных писателей, как Жюль Верн, Жюль Верн и других.

В 1920-е годы он вернулся в Бразилию, где продолжил свою общественную и культурную деятельность. Он был одним из основателей и активных участников в различных культурных и политических организациях.

В 1930-е годы он снова переехал в Париж, где продолжил свою творческую и общественную деятельность. Он был одним из наиболее активных участников в различных культурных и политических движениях того времени.

В 1940-е годы он вернулся в Бразилию, где продолжил свою общественную и культурную деятельность. Он был одним из наиболее активных участников в различных культурных и политических движениях того времени.

В 1950-е годы он снова переехал в Париж, где продолжил свою творческую и общественную деятельность. Он был одним из наиболее активных участников в различных культурных и политических движениях того времени.

В 1960-е годы он вернулся в Бразилию, где продолжил свою общественную и культурную деятельность. Он был одним из наиболее активных участников в различных культурных и политических движениях того времени.

В 1970-е годы он снова переехал в Париж, где продолжил свою творческую и общественную деятельность. Он был одним из наиболее активных участников в различных культурных и политических движениях того времени.

В 1980-е годы он вернулся в Бразилию, где продолжил свою общественную и культурную деятельность. Он был одним из наиболее активных участников в различных культурных и политических движениях того времени.

В 1990-е годы он снова переехал в Париж, где продолжил свою творческую и общественную деятельность. Он был одним из наиболее активных участников в различных культурных и политических движениях того времени.

В 2000-е годы он вернулся в Бразилию, где продолжил свою общественную и культурную деятельность. Он был одним из наиболее активных участников в различных культурных и политических движениях того времени.

В 2010-е годы он снова переехал в Париж, где продолжил свою творческую и общественную деятельность. Он был одним из наиболее активных участников в различных культурных и политических движениях того времени.

В 2020-е годы он вернулся в Бразилию, где продолжил свою общественную и культурную деятельность. Он был одним из наиболее активных участников в различных культурных и политических движениях того времени.



В 1921 году он окончил юридический факультет Рио-де-Жанейро, а в 1923 году переехал в Париж, где начал свою литературную и общественную деятельность. Он был активным участником в различных культурных и политических движениях того времени.

В Париже он встретил многих выдающихся деятелей культуры и искусства, что оказало большое влияние на его творчество. Он стал близким знакомым таких известных писателей, как Жюль Верн, Жюль Верн и других.

В 1930-е годы он вернулся в Бразилию, где продолжил свою общественную и культурную деятельность. Он был одним из основателей и активных участников в различных культурных и политических организациях.

В 1940-е годы он снова переехал в Париж, где продолжил свою творческую и общественную деятельность. Он был одним из наиболее активных участников в различных культурных и политических движениях того времени.

В 1950-е годы он вернулся в Бразилию, где продолжил свою общественную и культурную деятельность. Он был одним из наиболее активных участников в различных культурных и политических движениях того времени.

В 1960-е годы он снова переехал в Париж, где продолжил свою творческую и общественную деятельность. Он был одним из наиболее активных участников в различных культурных и политических движениях того времени.

В 1970-е годы он вернулся в Бразилию, где продолжил свою общественную и культурную деятельность. Он был одним из наиболее активных участников в различных культурных и политических движениях того времени.

В 1980-е годы он снова переехал в Париж, где продолжил свою творческую и общественную деятельность. Он был одним из наиболее активных участников в различных культурных и политических движениях того времени.

В 1990-е годы он вернулся в Бразилию, где продолжил свою общественную и культурную деятельность. Он был одним из наиболее активных участников в различных культурных и политических движениях того времени.

В 2000-е годы он снова переехал в Париж, где продолжил свою творческую и общественную деятельность. Он был одним из наиболее активных участников в различных культурных и политических движениях того времени.

В 2010-е годы он вернулся в Бразилию, где продолжил свою общественную и культурную деятельность. Он был одним из наиболее активных участников в различных культурных и политических движениях того времени.

В 2020-е годы он снова переехал в Париж, где продолжил свою творческую и общественную деятельность. Он был одним из наиболее активных участников в различных культурных и политических движениях того времени.

D O S

ДАС НЕВАС

186

(vuestro estabelecimento na Vila Operaria do Foinstern ou a este alio no Distrito Operario do Foinstern).

ARTIGO DO PRAVDA SOBRE LUIZ CARLOS PRESTES NO QUAL SE DEMONSTRA A LIGACAO DA A N L COM

APPEL
DU
COMITÉ CARLOS PRESTES

CARLOS PRESTES
FÉVRIER 1932

CARLOS PRESTES
après 12 ans de détention
1934 - 1937

OSWALD COSTA
travail sans interruption

OLGA GERMÃO PRESTES
étrangère du Brésil en Allemagne
détenue à Berlin avec son enfant mort-né

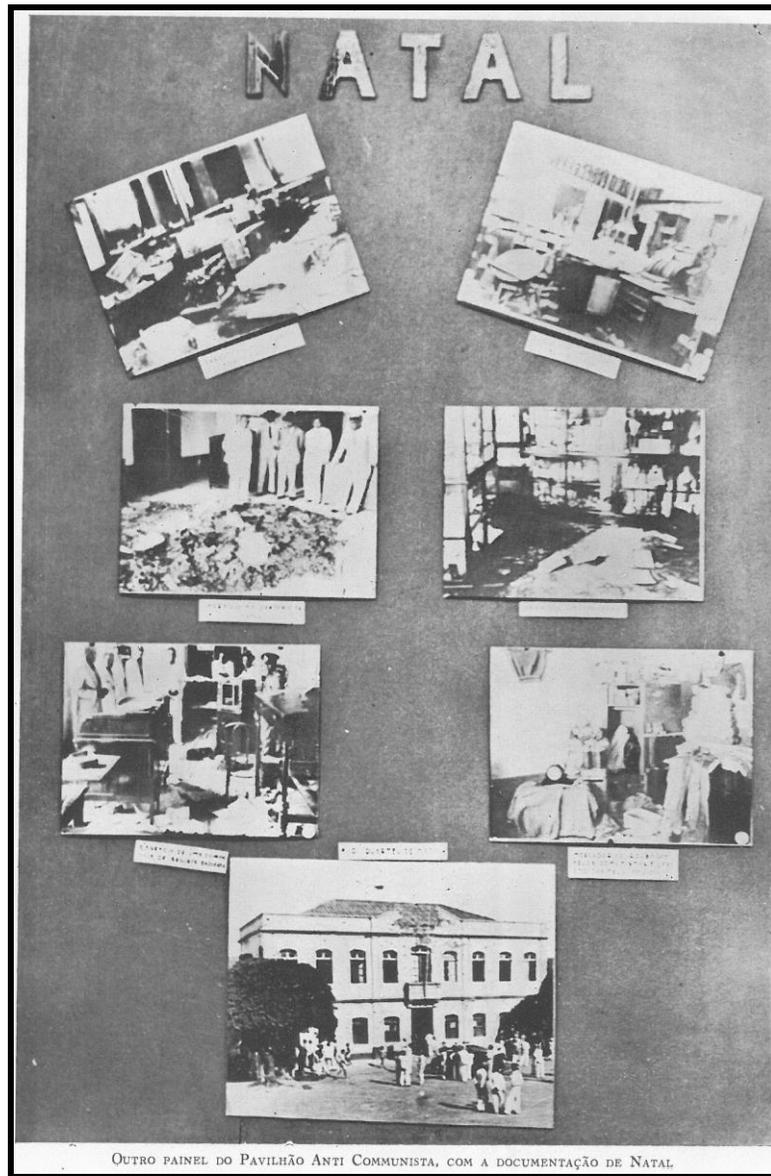
C
7-7

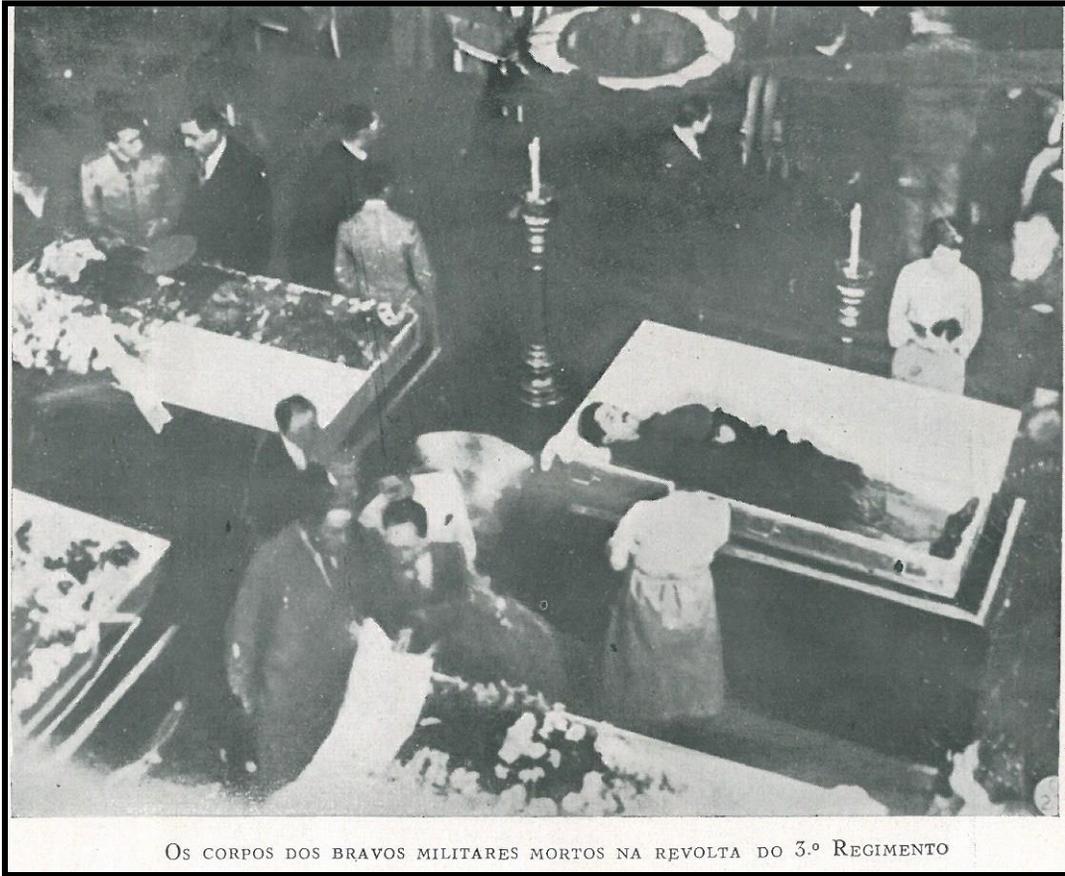


JORNALS COMMUNISTAS
QUE CIRCULAVAM NO
BRASIL ANTES DA CAM-
PANHA SANEADORA



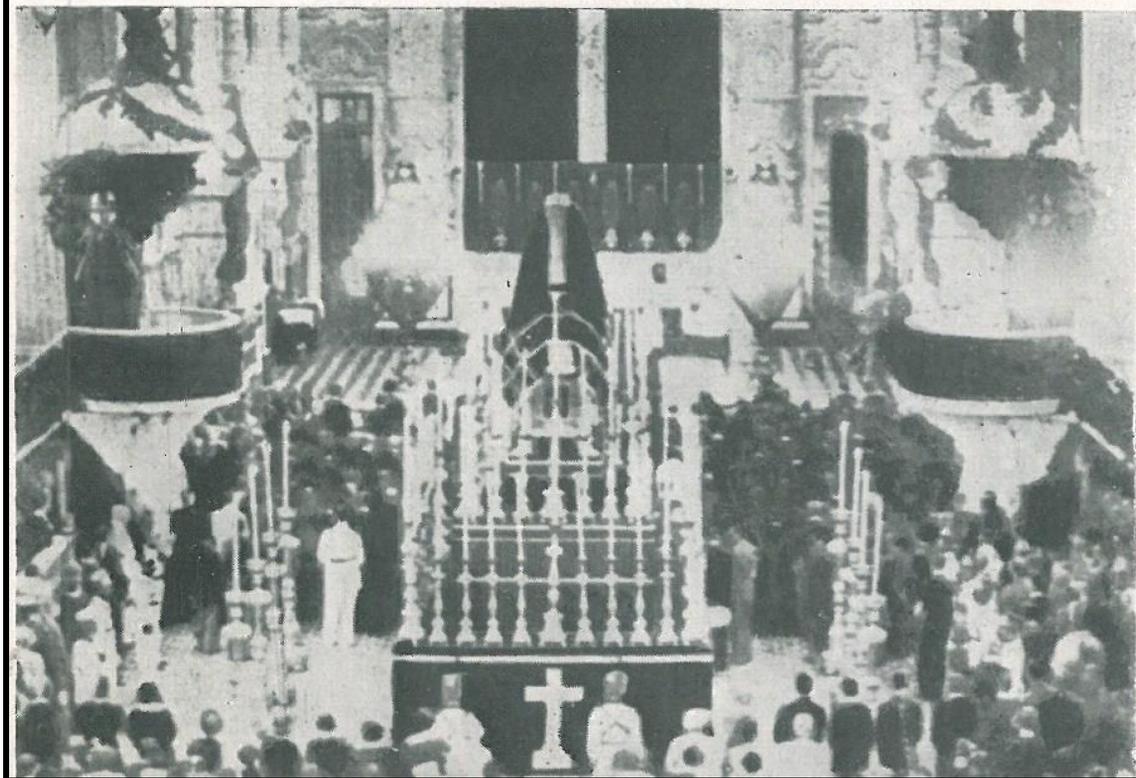




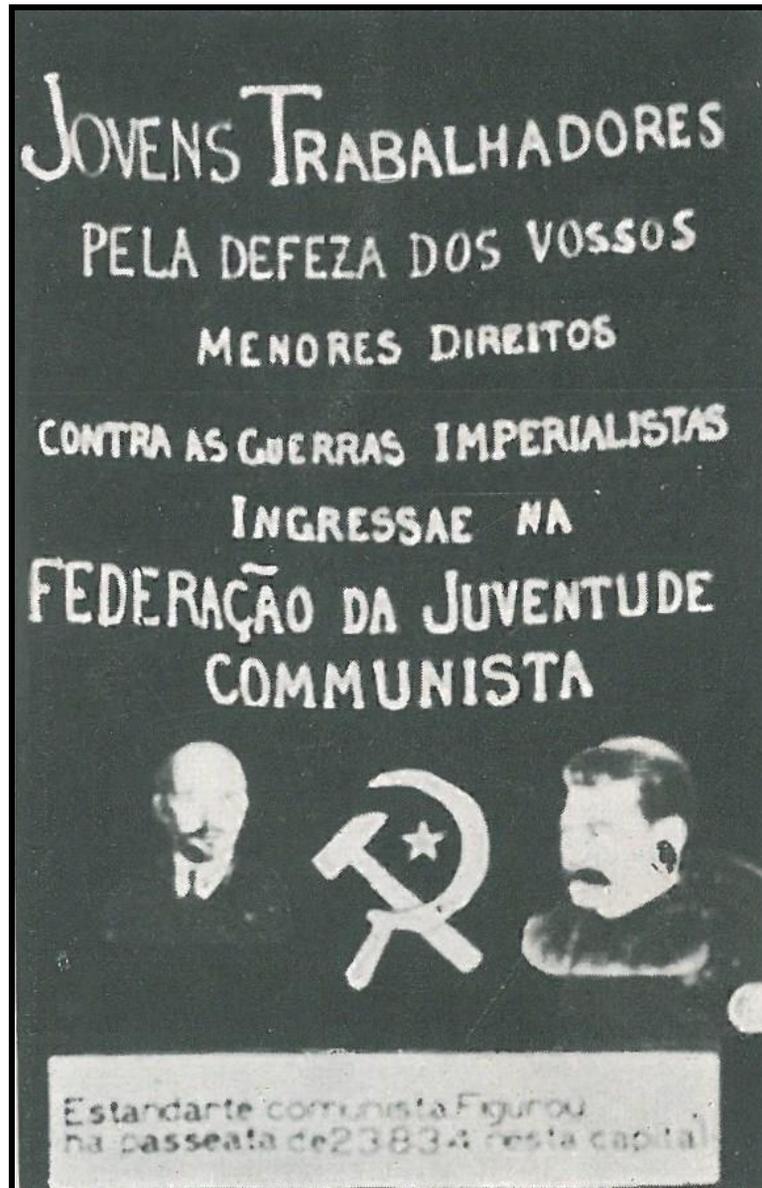


OS CORPOS DOS BRAVOS MILITARES MORTOS NA REVOLTA DO 3.º REGIMENTO

A EÇA LEVANTADA NA CANDELARIA AOS MILITARES DESAPARECIDOS NA REVOLTA DO 3.º R. I.









A **Coleção Documentos** tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.

PELO BRASIL
COMMUNISTA!
PELA REVOLUÇÃO
INTERNACIONAL!


Coleção
Documentos
54

A **Coleção Documentos** tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.

CENTRO DE
LITERATURAS
E CULTURAS
LUSÓFONAS
E EUROPEIAS

CLEPUL
Faculdade de Letras da
Universidade de Lisboa

FCT
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia


BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE

EDIÇÕES BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE



9 786589 557265

edicoesbibliotecariograndense.com

ISBN:978-65-89557-26-5